



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

**ESCOLA ESPECIAL SANTA CLARA DE CATALÃO
(1982 - 2000)**

VANESSA FRANÇA



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

VANESSA FRANÇA

**ESCOLA ESPECIAL SANTA CLARA DE CATALÃO
(1982 - 2000)**

**CATALÃO-GO
2016**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: **Vanessa França**

Título do trabalho: **ESCOLA ESPECIAL SANTA CLARA DE CATALÃO (1982 - 2000)**

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Data: 10/02/2017

Assinatura do (a) autor (a) ²

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.



VANESSA FRANÇA

**ESCOLA ESPECIAL SANTA CLARA DE CATALÃO
(1982 - 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Aparecida Maria Almeida Barros.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Educacionais.

CATALÃO-GO
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

França, Vanessa
Escola Especial Santa Clara de Catalão (1982 - 2000) [manuscrito]
/ Vanessa França. - 2016.
CXCII, 192 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. História das Instituições Escolares . 2. Escola Santa Clara de Catalão. 3. Sociedade Pestalozzi. 4. Ensino Especial. I. Maria Almeida Barros, Aparecida, orient. II. Título.

CDU 37

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO) CEP – 75.704 020

Fone: (64) 3441-5366.

Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com

Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA XLVI SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
VANESSA FRANÇA


ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PELA MESTRANDA **Vanessa França**. Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis (15/06/2016), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Multimeios da Unidade Acadêmica Especial Educação (Sala 4, Bloco H), da UFG/Regional Catalão, teve lugar a XLVI Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Vanessa França** intitulada: “**Escola Especial Santa Clara de Catalão (1982 - 2000)**” A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes Professores: Prof. Dr^a. Aparecida Maria Almeida Barros (Orientadora UFG/PPGEDUC e Presidente), Prof. Dr^a. Juliana Cristina da Costa Fernandes (IFGoiano – Membro Externo) e Prof. Dr. Wolney Honório Filho (UFG/PPGEDUC – Membro Interno). Os examinadores, na ordem citada, arguíram a mestranda sobre a dissertação apresentada, tendo a mesma explicado e/ou rebatido as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa foi suspensa a Sessão Pública e em Sessão Secreta os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foram anunciados os resultados: Juliana Cristina da Costa Fernandes, Aprovada; Wolney Honório Filho, Aprovada; Aparecida Maria Almeida Barros, Aprovada. Média Final: **APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 49 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos (as) Membros da Comissão Examinadora. Programa de Mestrado em Educação/Regional Catalão, aos 15 de junho de 2016.

Prof^a. Dr^a. Aparecida Maria Almeida Barros – _____

Prof^a. Dr^a. Juliana Cristina da Costa Fernandes – _____

Prof. Dr. Wolney Honório Filho – _____

Secretário _____


ROBERTO FERREIRA TAVARES
Sec. do Prog. de Pós-Graduação em Educação
PPGEDUC-UFACAT

Obs: Em anexo as recomendações da Comissão Examinadora. O (a) aluno (a) deverá encaminhar, no prazo de 30 dias, a contar da data da Defesa, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento, conforme as normas definidas pelo PPGEDUC/RC/UFG.

Dedico esta pesquisa à minha filha Daniela, minha mãe, Dona Flora, meu pai França (*in memoriam*), minhas irmãs: Joelma e Berlany, minha orientadora Cida Almeida, e aos idealizadores e funcionários da Escola Santa Clara de Catalão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois, nesses últimos três anos, sem ele, eu não teria suportado os problemas pelos quais passei. Agradeço a ele por ter me colocado no seio de uma família que é meu amparo, meu chão, meu esteio. A minha mãe, Floraci (Dona Flora), minhas irmãs, Joelma e Berlany, e meu cunhado, Luiz, pelo apoio incondicional durante essa etapa, bem como minha pequena, minha filha Daniela, pela compreensão de que a mamãe, na maioria das vezes, não pôde estar “disponível” para dedicar seu tempo integralmente a ela.

A todos os docentes do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão (RC), pelas aprendizagens proporcionadas. Em especial, a minha orientadora, professora Aparecida Maria pela aceitação do projeto e orientação pontual da pesquisa. Pelas contribuições, não só para minha formação acadêmica, que foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui, mas, também, pessoal: estendeu-me a mão em momento de fragilidade, fez-me enxergar/resgatar novamente o sentido das coisas, da vida, dos meus valores e do meu amor próprio.

À professora Ana Maria e ao professor Wolney pelo brilhante trabalho à frente da Coordenação deste Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG - RC e, junto a eles, agradeço à Renata e ao Roberto (da Secretaria do Mestrado), servidores que estiveram sempre dispostos e nos atenderam da melhor forma possível.

Aos colegas de mestrado, pois com eles o percurso, muitas vezes difícil, tornou-se mais leve em função da preocupação, do interesse e da solidariedade compartilhada.

À professora Juliana que, junto com o professor Wolney e minha orientadora, membros de minha banca, contribuíram significativamente na construção da minha pesquisa.

A todo o pessoal da Escola Santa Clara e da Sociedade Pestalozzi de Catalão, em especial, à diretora da escola: Maria Aparecida (Mariinha); à secretária: Maria do Rosário; às servidoras Edna e Silma (transporte), assim como à Presidente da Sociedade Pestalozzi de Catalão: Lúcia Tartuci, pela compreensão, apoio e

disposição em colaborar com o levantamento das minhas fontes documentais da pesquisa.

E, finalmente, agradecer aos meus amigos e colegas de trabalho que contribuíram direta ou indiretamente nessa jornada. Obrigada a todos pelo apoio para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo compreender como se deu a concepção e estruturação da Escola Santa Clara de Catalão no período de 1982 a 2000, tornando-a pioneira na oferta de ensino para portadores de necessidades especiais no interior do estado de Goiás. No percurso da pesquisa buscou-se a interlocução com vários teóricos da história da educação como Nosella e Buffa (2009), Nascimento (2007), Sanfelice (2006, 2007, 2009), Magalhães (2004) e Saviani (2005) para dialogarem com a história das instituições escolares no que se refere aos aspectos estruturais e organizacionais. Em termos metodológicos, a pesquisa utiliza a legislação vigente no período, fontes históricas compostas por documentos oficiais e manuscritos avulsos conservados no arquivo escolar que contêm informações acerca da constituição e da estruturação da escola e a proposta formativa, assistencial e clínica desenvolvida pela instituição no âmbito do ensino especial. O pioneirismo da instituição evidencia-se, principalmente, no empreendimento de concepção, organização e estruturação em uma década em que as Políticas Educacionais ainda se faziam incipientes em Goiás e no sudeste goiano quanto ao atendimento às demandas da Educação Especial. A Escola Santa Clara inicia em Catalão uma ousada proposta de ensino especializado, com ações multidisciplinares (pedagógicas, psicológicas, médicas e sociais) que demarcam as singularidades da organização e da abrangência. Para efeito de caracterização e análise foram delimitadas algumas variáveis que incluem: o processo de criação, a estruturação da escola e seu formato institucional; e as características do atendimento multidisciplinar ancoradas por um projeto educacional diferenciado. A dinâmica de mobilização da sociedade local, composta por pessoas, entidades públicas, privadas e a organização não governamental – Sociedade Pestalozzi, a visibilidade e a abrangência do projeto institucional, marcado por alterações, conflitos, contradições, permanências e rupturas na constituição da escola são aspectos que enriquecem e permitem uma análise geral da construção histórica desta instituição escolar.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares; Escola Santa Clara de Catalão; Sociedade Pestalozzi; Ensino Especial.

ABSTRACT

This work had its objective in understand how was the conception and] structuring of Santa Clara school of Catalão from 1982 to 2000, becoming pioneer at offering teaching to those with special needs in the country side of Goiás. During the research it has been tried the interlocution with various theorists from history of education as Nosella and Buffa(2009), Nascimento(2007), Sanfelice (2006 2007 2009), Magalhães (2004) and Saviani (2005) for dialoguing with history of scholar institutions referring to structural and organizational aspects. About methodological terms the research uses the current legislation in the period, historic sources composed by official documents and detached manuscripts conserved in the school archive containing information about the construction and structuring of the school and the formational, assistance and clinical proposal developed by the institution when it comes to special teaching. The pioneering of the institution evidence itself, firstly at its concept of entrepreneurship, organization and structuring in a decade in which educational politics still did themselves incipient in Goiás and in its southeast region as to attending to demands of special education. The Santa Clara School starts in Catalão a daring proposal of specialized teaching, with multidisciplinary actions (pedagogy, psychology, social takings) that set the singularities of the organization and its comprehensiveness. For the effect of characterizing and analyzing there have been set some variables which includes: the procedure of creation, the structuring of the organization and its institutional format; and the characteristics of multidisciplinary attendance anchored by a different educational project. the dynamics of mobilization of local society, composed by people, public, private entities and the non-governmental organization - Pestalozzi Society, the visibility and comprehensiveness of the institutional project, marked by the alterations, conflicts, contradiction, settlements and ruptures in the constitution of the school are aspects the enrich and allow a general analyses of the historical construction of this scholar institutions.

Key words: History of institutions; School “Santa Clara”; Pestalozzi Society; Special Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AACD – Associação de Assistência a Criança Deficiente.
- ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação.
- ABEDEV – Associação Brasileira de Educadores Deficientes Visuais.
- ADAV – Associação Milton Campos para Desenvolvimento e Assistência às Vocações de Bem Dotados.
- AEPDSPC – Ata de Eleição e Posse da Primeira Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO.
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
- APM – Associação de Pais e Mestres.
- ARAESPC – Ata da Reunião para Aprovação dos Estatutos da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARCSPCG – Ata de Reunião de Criação da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO.
- ARDCFDSPC – Ata da Reunião da Diretoria, Conselho Fiscal e Deliberativo da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARDSEPCESCAE – Ata da Reunião da Diretoria desta Sociedade para Esclarecimento da Promoção Conjunta Escola Santa Clara e Academia Esbelt.
- ARSPC – Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARDSPC – Ata da Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARDSPCEVLBA – Ata da Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão para Esclarecimentos da Verba da Legião Brasileira de Assistência.
- ARESPC – Ata da Reunião Extraordinária da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARODSPC – Ata da Reunião Ordinária da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO.
- ARSPC13051989 – Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão.
- ARVLBA – Ata para Resolução da Verba da Legião Brasileira de Assistência.
- ATA12021985 – Ata da Reunião do dia doze de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e cinco.
- ATA23101984 – Ata da Reunião do dia vinte e três de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro.
- ATA25051987 – Ata da Reunião do dia vinte e cinco de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete.
- ATA29031984 – Ata da Reunião do dia vinte e nove de março de hum mil novecentos e oitenta e quatro.

CADEME – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.

CEB – Câmara de Educação Básica.

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

CESB – Campanha para Educação do Surdo Brasileiro.

CNAIPD – Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CNEC – Campanha Nacional de Educação de Cegos.

CORDE – Coordenadoria da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

DA – Deficiência Auditiva.

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público.

DESE – Departamento de Educação Supletiva e Especial.

DM – Deficiência Mental.

DMT – Deficiência Mental Treinável.

DMU – Deficiências Múltiplas.

DV – Deficiência Visual.

EFEDASC – Estatuto de Fundação da Escola Para Deficientes Auditivos Santa Clara.

ESPCGO – Estatuto da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO.

EUA – Estados Unidos da América.

FASPEGO – Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás.

FENAPESTALOZZI – Federação Nacional das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás.

FENASP – Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

FNDE – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUMBEM – Fundação Municipal do Bem Estar do Menor.

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IES – Instituições de Ensino Superior.

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos.

IPG – Instituto Pestalozzi de Goiânia.

LAARFESCI – Livro de Anotações das Atas das Reuniões de Funcionários da Escola Santa Clara I.

LAARFESCII – Livro de Anotações das Atas das Reuniões de Funcionários da Escola Santa Clara II.

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

LMI – Livro de Matrícula I.

LMII – Livro de Matrícula II.

MEC – Ministério da Educação e Cultura / Ministério da Educação.

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAEAD – Plano Anual de Ensino de Atendimento Domiciliar.

PAEE – Plano Anual de Ensino Estimulação.

PAEEF – Plano Anual de Ensino de Educação Física.

PAEEI – Plano Anual de Ensino Estimulação Individual.

PAEOPJH – Plano Anual de Ensino Oficina de Produção Jardinagem e Hortaliça.

PAEOPMP – Plano Anual de Ensino Oficina Pedagógica Manutenção e Produção.

PAEOPT – Plano Anual de Ensino Oficina de Produção de Tapetes.

PATP – Plano Anual de Trabalho Psicomotricidade.

PATTA – Plano Anual de Trabalho Treino Auditivo.

PEEI – Plano de Ensino Etapa I.

PEEII – Plano de Ensino Etapa II.

PEEIII – Plano de Ensino Etapa III.

PELP – Plano de Ensino Língua Portuguesa.

PLANESP – Plano Nacional de Educação Especial.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

RMSD – Relatório Mundial sobre a Deficiência.

SEE – Secretaria Estadual de Educação.

SEESP – Secretaria de Educação Especial.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental.

SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica.

SUEE-GO – Superintendência de Ensino Especial de Goiás.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	Imagem da Sede da Associação Pestalozzi de Goiânia-GO	34
FIGURA 2 –	Imagem do Brasão da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás	35
FIGURA 3 –	Cópia da Lei Municipal nº. 344 de 07 de maio de 1984	58
FIGURA 4 -	Cópia da Planta Baixa de Corte da Sede Própria da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi construída na Vila Cruzeiro II, no município de Catalão, pronta em 1992	71
FIGURA 5 -	Imagem da Sede Própria da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi construída na Vila Cruzeiro II, Catalão-GO, Ano de Referência: 1994	72
FIGURA 6 -	Imagem do Corredor Interno do Pavilhão II - Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi – Ano de Referência: 1996	72
FIGURA 7 -	Imagem do Corredor Interno, Lateral esquerdo, Paralelo aos Pavilhões da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi – Ano de Referência: 1996	73
FIGURA 8 -	Reprodução do Organograma referente a Organização Institucional da Escola Santa Clara	75
FIGURA 9 -	Cópia do Plano Anual de Ensino da Disciplina de Educação Física (PAEEF), Ano de 1996 – Docente Responsável: Mauri Batista Cunha	84
FIGURA 10 -	Página 1 – Cópia do Plano Anual de Ensino da Disciplina de Língua Portuguesa (PELP), Ano de 1999 – Docente Responsável: Iraídes P. dos Santos	85
FIGURA 11 -	Página 2 e 3 – Cópia do Plano Anual de Ensino da Disciplina de Língua Portuguesa (PELP), Ano de 1999 – Docente Responsável: Iraídes P. dos Santos	86
FIGURA 12 -	Salas de Estimulação – Escola Santa Clara de Catalão – Ano de 1996	88
FIGURA 13 -	I Exposição de Artes da Escola Santa Clara de Catalão – Tapetes Confeccionados por alunos em Oficina de Tapeçaria – Ano de 1994	89
FIGURA 14 -	Imagem da Prática da Oficina de Produção Jardinagem e Horta – Ano de 1998 – Escola Santa Clara de Catalão	90

FIGURA 15 -	FIGURA 15 – Treino Auditivo – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão	91
FIGURA 16 -	Treino Auditivo – Ano de 1986 – Escola Santa Clara de Catalão	91
FIGURA 17 -	Psicomotricidade – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão	92
FIGURA 18 -	Terapia da Linguagem – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão	93
FIGURA 19 -	Área da Piscina Recém-Construída – Ano de 1996 – Escola Santa Clara de Catalão	95
FIGURA 20 -	Sala de Atendimento Odontológico – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão	95
FIGURA 21 -	Tabela com a Relação de Municípios da Microrregião de Catalão: Sua População Total dos Anos de 1950 a 2000 – Organizada com Dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) por Melo (2006, p.04)	100

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Marcos Históricos Relevantes Levantados nas Fontes Documentais da Escola Santa Clara de Catalão	40
QUADRO 2 - Membros Idealizadores da Escola Santa Clara de Catalão (1983): Equipe Diretiva Inicial da Fundação Escola para Deficientes Auditivos Santa Clara	43
QUADRO 3 - Diretoria Executiva da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período de 1984 – 2001	47
QUADRO 4 - Conselho Deliberativo da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período de 1988 – 2001	50
QUADRO 5 - Conselho Fiscal da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período de 1988 – 2001	52
QUADRO 6 - Pessoal Administrativo – Escola Santa Clara – Amostragem Ano 1993	76
QUADRO 7 - Pessoal Docente – Escola Santa Clara – Amostragem Ano 1993	77
QUADRO 8 - Galeria de Diretores da Escola Santa Clara de Catalão – Período de 1984 – 2000	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1.	Motivação e Aspectos Gerais da Pesquisa.....	19
1.2.	A Demarcação Teórica e Metodológica da Pesquisa.....	21
1.3.	Estrutura e Organização do Estudo.....	26
2	CAPÍTULO I: AS SOCIEDADES PESTALOZZI NO BRASIL E EM GOIÁS – O APORTE PARA O ENSINO ESPECIALIZADO	29
3	CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO ESPECIALIZADO NO INTERIOR GOIANO.....	39
3.1.	A Fundação denominada Escola Para Deficientes Auditivos “Santa Clara”– uma intenção de origem.....	41
3.2.	A Sociedade Pestalozzi em Catalão-Goiás.....	45
3.3.	A relação entre a Escola Santa Clara e a Sociedade Pestalozzi de Catalão-Goiás..	54
3.4.	A Captação de Recursos da Escola Santa Clara - Associação Pestalozzi de Catalão-GO	59
4	CAPÍTULO III – ESCOLA SANTA CLARA: ESTRUTURA MULTIFUNCIONAL PARA UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E MULTIDISCIPLINAR.....	69
4.1	Da Estrutura Física Institucional.....	69
4.2	Estrutura Organizacional.....	74
4.2.1.	Organograma Institucional: Organização da área pedagógica.....	74
4.2.2.	Dos Profissionais Atuantes na Instituição.....	76
4.3.	Da Clientela e Horário de Funcionamento da Instituição.....	80
4.4.	Apontamentos sobre a Proposta Pedagógica da Instituição.....	80
5	CAPÍTULO IV – DAS DISPERSÕES E OCULTAMENTOS, AS DESCOBERTAS E DESVELAMENTOS	98
5.1.	Contexto da demanda de Ensino Especializado em Catalão.....	99
5.2.	Da Materialidade e Apropriação da Instituição Escola Santa Clara de Catalão-GO...	102

5.3. A Instituição estruturada – Escola Santa Clara de Catalão-GO/Associação Pestalozzi no Sudeste Goiano.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
7 REFERÊNCIAS	120
8 ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada **Escola Especial Santa Clara de Catalão (1982 – 2000)** teve por finalidade analisar a constituição histórica da Escola Santa Clara de Catalão, no período de 1982 a 2000, inserida no contexto regional, motivada por distintas iniciativas, a partir de ações de diferentes profissionais da sociedade civil local, sendo oficializada pelo município de Catalão como instituição escolar municipal. Torna-se institucionalmente um órgão municipal, cujo ensino especializado se organiza gradativamente numa dimensão multifuncional e multidisciplinar com o aporte de uma entidade privada (uma ONG), denominada Sociedade Pestalozzi de Catalão. Na configuração do projeto institucional, o termo Multifuncional designa o espectro de ações compreendidas no âmbito do atendimento especializado, que não se restringem unicamente a atividades educativas e escolarizadas, mas abrangem, além da educação, diversas áreas como saúde, assistência social, terapêutica e ocupacional, cuidado, socialização, dentre outras. O termo Multidisciplinar é entendido no empreendimento da instituição como meio de articular as ações do atendimento especializado, no sentido de potencializar aos portadores de necessidades especiais oportunidades de inserção social e melhoria na qualidade de vida.

1.1. Motivação e Aspectos Gerais da Pesquisa

Pesquisar a Escola Santa Clara de Catalão teve como motivação inicial ser esta uma instituição singularizada no formato e na organização que, em princípio, sugere ser de natureza mista, de caráter multidisciplinar ou multifuncional, com foco no atendimento especializado a portadores de necessidades especiais na região. Embora integre uma história recente, situada nas últimas décadas do século XX, durante dezoito anos (1982-2000) a Escola se organizou sob um formato institucional e, imediatamente, após o período de recorte, devido a mudanças na legislação federal¹ e estadual, fez-se necessário realizar internamente um redirecionamento da natureza institucional que, dentre outras medidas, instruiu a gradativa inserção dos alunos portadores de necessidades especiais na rede regular

¹ As principais alterações decorreram pela legislação específica após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394 de 1996.

de ensino, em escolas municipais e estaduais da cidade e região. Tal adequação, iniciada a partir do ano 2000, redefiniu as ações e prioridades de atuação no atendimento de ensino especializado; por consequência, redefiniu o foco e exigiu que o projeto da Escola fosse revisto e reorientado para os anos posteriores, sendo que este formato reformulado se mantém até a atualidade. As instalações outrora utilizadas para o atendimento multidisciplinar e especializado aos alunos especiais até o ano 2000, após a transferência dos mesmos para salas da rede regular de ensino, foram também objeto de um novo projeto, com característica de centro de reabilitação e atendimento especializado, o que alterou a dinâmica de funcionamento, diversificando o público alvo desse atendimento. Embora essa nova configuração institucional demarque uma nova funcionalidade da instituição, essa última fase não será objeto da presente pesquisa.

Assim, demarca-se como recorte deste estudo a origem da instituição em 1982, em caráter provisório, tornando-se oficial nos anos seguintes, tendo como prerrogativa o investimento no ensino especializado na cidade e na região, cuja proposta foi encerrada no ano 2000 face ao reordenamento das suas atribuições e funções, em virtude dos novos contornos da legislação vigente e da política de Educação Especial, em nível nacional e estadual.

Portanto, constata-se a existência de uma etapa que foi finalizada, ou seja, período de sua constituição e estruturação enquanto projeto formativo, assistencial e clínico, dentre outras características que atestam o caráter multifuncional e multidisciplinar da instituição, que ainda não foi investigado quanto às particularidades do ensino especializado, assim como a forma de organização, estruturação e provimento, ao longo de quase duas décadas são marcos da instituição que merecem ser conhecidos e compreendidos, sob o viés da história das instituições escolares.

Nesse sentido, a história da instituição toma como referência o movimento de implantação iniciado em meados de 1982, com indícios do interesse multifuncional expresso no grupo pioneiro de profissionais oriundos de áreas distintas como educação, saúde, terapia, (professores, psicólogos, médicos, pais), bem como as motivações que tenham impulsionado o investimento nesse formato de escola até então inexistente na cidade e região. Diante disso, aspectos contextuais e históricos serão observados em função de uma característica particular e relevante da escola, única a oferecer educação especial a alunos portadores de necessidades especiais

em Catalão no período, daí a ênfase em concebê-la como espaço de ensino especializado no interior de Goiás.

Consideradas as possíveis singularidades de uma instituição de Ensino Especial, subsidiada por convênios, com o apoio de órgãos públicos e de entidades privadas, assim como a criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão, a pesquisa teve como objetivo compreender a constituição e organização da Escola Santa Clara de Catalão, no período do recorte (1982-2000), tendo em vista responder à seguinte questão: Como se deu a constituição histórica e a estruturação da Escola Santa Clara de Catalão-GO, no período de 1982 a 2000, na proposta de ensino especializado?

Tem como fontes documentais e bibliográficas a legislação, o Projeto Político Pedagógico, os convênios e contratos celebrados pela Escola, além de fontes complementares como Atas, Relatórios e Manuscritos avulsos localizados no acervo da instituição. Na caracterização dos aspectos organizacionais e funcionais, utiliza-se uma amostra de fontes levantadas no arquivo da escola, com a finalidade de dimensionar o formato institucional, relativo à abrangência do atendimento, especificidades das ações pedagógicas, ocupacionais, terapêuticas, assistenciais, dentre outras, desempenhadas pela escola no período de recorte da pesquisa.

A revisão bibliográfica contempla a fundamentação conceitual e metodológica da pesquisa sobre instituições escolares, apropria-se de variáveis referenciadas em outras pesquisas já realizadas e contextualiza historicamente a existência e participação da Sociedade Pestalozzi no provimento de ações direcionadas ao ensino especializado, no caso, destinadas a portadores de necessidades especiais, educativas ou não, sendo decisiva no processo de consolidação da escola nas décadas compreendidas pelo recorte.

1.2. A Demarcação Teórica e Metodológica da Pesquisa

Em termos conceituais e metodológicos, julga-se relevante definir, a princípio, o ponto de partida da investigação das instituições escolares, indicando o que alguns autores apontam como variáveis a serem consideradas e a compreensão acerca do que seja documento, no caso, as fontes históricas de onde foram extraídas as informações pertinentes para a composição do esboço das variáveis centrais.

No estudo das instituições escolares, a pesquisa considera o contexto histórico, político e social que possibilitou a composição da Escola Santa Clara/Associação Pestalozzi de Catalão, a fim de compreender as complexas relações efetivadas a partir de 1982, para efeito de sua constituição.

Magalhães (2004) destaca três aspectos centrais na composição de um esquema figurativo das instituições escolares que orientam o pesquisador na reconstrução histórica das mesmas. O primeiro deles é a **materialidade**, ou seja, a escola instalada, o instituído, considerando os aspectos físicos, arquitetônicos, seus materiais, equipamentos e estrutura organizacional. O segundo refere-se à **representação**, que diz respeito ao papel desempenhado pela escola envolvendo a tradição, a bibliografia selecionada, o planejamento das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, os currículos e os sujeitos responsáveis pelo funcionamento da escola. E, finalmente, o terceiro aspecto remete à **apropriação**, que corresponde às práticas pedagógicas propriamente ditas, mediante as quais o aprendizado acontece, definindo-se a identidade dos sujeitos e da escola, bem como suas perspectivas de futuro, de destinos de vida.

Ao considerar o sistema figurativo das instituições escolares exposto por Magalhães (2004), entende-se que o percurso de reconstrução histórica de uma instituição escolar requer, inicialmente, observar a sua relação com as condições sociais, políticas e o contexto regional e local em que esta se insere desde a origem. Os aspectos internos constitutivos da sua arquitetura estrutural e pedagógica são influenciados pelas questões externas e estruturais, de modo que a possibilidade de interlocução com as esferas micro e macro se estabelece na dinâmica de institucionalização, o que se efetiva, o que é possível de imediato e o que somente se instala a médio e longo prazo. Nessa diretiva, a pesquisa lançará um olhar para “dentro” da instituição com a finalidade de compreender o seu papel e a quem se destinavam as ações da escola na sociedade da época. E buscará, também, o desvelamento de como teria se estruturado o atendimento especializado proposto e desempenhado nos aspectos multifuncionais.

Dadas as características da massa documental localizada, ou seja, um acervo escolar composto por diversos registros, alguns tidos como oficiais, outros manuscritos avulsos que, embora não tenham a chancela de carimbos e ou signos de oficialização, no entendimento desta pesquisa são igualmente relevantes enquanto portadores de informações que auxiliam a tecer a trama de relações

estabelecidas no percurso das duas décadas em que a Escola Santa Clara emerge do plano das intenções e demandas vislumbradas por um grupo específico e se torna uma instituição reconhecida e estruturada, adquire materialidade, passa a existir e se consolida no formato multifuncional no atendimento especializado em Catalão e região.

No manuseio das fontes e no processo argumentativo para entrelaçar esses indícios no percurso da investigação, conforme instrui Ginzburg (2011, p. 149-150) a respeito da “proposta de um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre dados marginais, considerados revelados. Desse modo, pormenores normalmente sem importância, ou até triviais, (...)”, permitem elucidar conexões e ocorrências que, aparentemente dispersas, compõem o conjunto de relações que envolvem ou determinam o objeto.

O exercício de problematização, indagações e a visualização de possíveis conflitos e contradições imersos nas entrelinhas das fontes e nos descritores da documentação oficial da escola acompanharão o percurso da pesquisa no desdobramento das descobertas e achados originais.

Sobre a materialidade do documento tomado como fonte, Le Goff (2003) sinaliza que, no século XX, ocorreu o triunfo do documento, acompanhado por uma verdadeira “revolução documental”, promovendo a amplitude deste conceito aplicado em termos quantitativos e qualitativos em pesquisas produzidas em diferentes áreas do conhecimento. Nessa direção, alerta para os cuidados pertinentes ao uso e apropriação de documentos como fontes, visto que nem tudo é preservado na forma escrita, tampouco os processos são passíveis de documentação e, principalmente, nem todos os documentos são conservados, guardados. Logo, no mesmo processo em que se alarga a noção de documento, enfatiza a sua parcialidade, ou seja, o que se guarda e o que se registra de alguma forma é sempre algo parcial, um recorte, uma versão considerada legítima de preservação.

Tais recomendações se aplicam ao manuseio de um acervo escolar devido à variedade de tipos, formatos e composição de documentos selecionados e tomados como objeto de preservação pela instituição.

Embora disponha da ampliação do conceito de documento que supostamente poderá ser convertido em fontes de pesquisa, a parcialidade desta seleção reconhece haver ocorrências, fatos, situações em que não se produzem ou não se preservam os documentos. Quer dizer, nem tudo que se relaciona à trajetória de

uma instituição gera ou preserva algum tipo de registro. Em determinadas circunstâncias o que mais se expressa pode ser a ausência de indícios que possam ser comprovados, afinal, nem tudo que acontece tem correspondente material de existência.

Nesse sentido, é conveniente demarcar que o acervo institucional conserva uma massa documental variada, porém, representa uma fração de sua materialidade, não a sua totalidade histórica, composta por registros oficiais, relatórios, projetos aprovados, registros avulsos, manuscritos. A maioria refere-se ao período que compreende à sua institucionalização oficial. Outros são portadores de referências a épocas e processos anteriores ou relacionados. Mesmo nessa abrangência, os documentos são recortes, delimitadores historicamente e preservados segundo diferentes motivações e interesses. É nesse entendimento que se optou por utilizar como fonte da pesquisa documentos disponibilizados no acervo da Escola Santa Clara.

Nosella e Buffa (2009) indicam outros aspectos a serem considerados sobre a pesquisa de instituições escolares quando destacam o cuidado do pesquisador com o levantamento e a análise de diversos dados empíricos que são encontrados na e sobre a escola:

O pesquisador pode estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e a sociedade com base no levantamento e na análise de qualquer dado empírico (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.) (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.83).

Sanfelice (2006) complementa explicando que:

Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; (...) é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2006, p.24).

As considerações destes autores a respeito de possíveis variáveis ou categorias de pesquisa das instituições escolares são tomadas no sentido de

orientar e direcionar o levantamento de questões a partir das quais se processa o alargamento do olhar sobre os documentos e fontes. Assim, os vestígios históricos da instituição podem conter aspectos alusivos ao contexto histórico, acompanhado por relações de interesse, conflito, mediações, por mudanças e permanências, por singularidades, por materialidade, representação e apropriação, além da efetividade de sujeitos, portadores de discursos, concepções, propósitos e interesses por vezes contraditórios e conflituosos.

Na presente pesquisa, algumas variáveis existentes na origem e no percurso de constituição da Escola Santa Clara (como a relação com a Sociedade Pestalozzi e a participação de diferentes entes públicos e privados no provimento financeiro e estrutural) podem representar uma arena de interesses díspares, com disputas, conflitos e afirmações. Os indicativos dos registros podem direcionar o olhar investigativo para aspectos ainda não problematizados, cuja análise não se esgota nesse estudo, porém abre pistas para serem aprofundados *a posteriori*.

Magalhães (2004) explicita que para tornar possível (re)construir a história de uma escola é imprescindível

integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. (MAGALHÃES, 2004, p.133-134).

Sanfelice (2007) explica sobre essas diversas questões “motivadoras” que devem ser consideradas na reescrita da história de uma instituição, visto que todos esses aspectos - sociais, políticos, culturais, religiosos - são as peças que formam o quebra-cabeça dessa história a ser contada, pois são as ações motivadoras/impulsionadoras para a concepção da escola:

Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade” (SANFELICE, 2007, p.77, grifos do autor)

O olhar sobre os documentos desta instituição, assim como a revisão bibliográfica por meio da consulta a artigos, periódicos, relatórios, legislações, documentos oficiais, programas, projetos, livros e publicações em geral sobre o

tema proposto, possibilita encontrar possíveis divergências e conseqüentemente identificar, de certa forma, fatos, ocorrências e indícios que permitam avaliar e obter respostas sobre a implantação e o funcionamento da escola investigada. Direciona a localização de dados com o intuito de interpretar os aspectos históricos que a constituíram e possibilitaram a sua consolidação, com ênfase nas características e especificidades da ação educativa desenvolvida, tendo como foco as particularidades do ensino especializado à época.

1.3. Estrutura e Organização do Estudo

Considerada a natureza multidisciplinar da escola, o estudo proposto aborda questões direcionadas pelas particularidades das ações educativas, clínicas e adaptativas desenvolvidas, cujos convênios e parcerias possibilitaram a sua consolidação enquanto instituição de referência no atendimento especializado, com exclusividade, sendo pioneira na cidade e na região.

A originalidade da pesquisa e da discussão pretendida se dá no exercício analítico e interpretativo dos processos e estratégias desencadeadas por distintos sujeitos e entidades, no sentido de prover e subsidiar sua estruturação e existência, conferindo uma natureza mista, operada pela Associação Pestalozzi local. Vale dizer que por natureza mista entende-se a abertura na captação de recursos de diversas origens.

Embora a escola seja oficialmente uma instituição municipal, a complexidade de atendimento e de demandas absorvidas implicaria em recursos provenientes de distintas fontes, tendo em vista a natureza e as especificidades das ações desenvolvidas.

Nesse sentido, o olhar investigativo toma a instituição como objeto a ser compreendido sob a ótica de múltiplas determinações que a constituíram e a estruturaram no decorrer dos dezoito anos de existência e teve funcionamento regular no mesmo formato, conforme descrito nas normativas oficiais e regimentais, convênios, projetos e parcerias, proposta de organização pedagógica e funcional que a caracterizaram como instituição multidisciplinar.

O percurso e os procedimentos da pesquisa resultaram em um texto dissertativo organizado em seis partes distribuídas em uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais, conforme descrito a seguir.

1) A **Introdução** apresenta um esboço geral da proposta da pesquisa, situa as intenções e finalidades, bem como as motivações e questões principais que delinearão o processo de investigação da Escola Santa Clara no recorte proposto. As opções alusivas à metodologia, às fontes e ao campo científico também são anunciados e delineados nesta parte.

2) O capítulo I - **AS SOCIEDADES PESTALOZZI NO BRASIL E EM GOIÁS – O APORTE PARA O ENSINO ESPECIALIZADO** aborda a origem da Sociedade Pestalozzi no Brasil e em Goiás – entidade que se ocupou do aporte para o Ensino Especializado. Ao final, o conhecimento oriundo desta revisão histórica e contextual suscita apontamentos, indagações e mediações sobre o objeto da investigação, em particular, naquilo que visualiza uma demanda não atendida até então, convergindo esforços para a criação de uma instituição de ensino especializado no interior de Goiás.

3) No capítulo II - **CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO ESPECIALIZADO NO INTERIOR GOIANO**, o caleidoscópio da pesquisa focaliza os contextos local e regional em que o objeto concebe, adquire forma e materialidade, estrutura-se e movimenta ações para consolidar-se e tornar-se pioneira no ensino especializado e no atendimento multidisciplinar de portadores de necessidades especiais. A criação da Sociedade Pestalozzi é concomitante e consequente para o aporte e provimento de convênios e parcerias com entes federados públicos e privados.

4) Capítulo III – **ESCOLA SANTA CLARA: ESTRUTURA MULTIFUNCIONAL PARA UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO MULTIDISCIPLINAR**, caracteriza a arquitetura pedagógica da instituição, demonstrando a abrangência e o alcance das ações implementadas, a dimensão multidisciplinar e a organização multifuncional da escola.

5) Capítulo IV – **DAS DISPERSÕES E OCULTAMENTOS, AS DESCOBERTAS E DESVELAMENTOS**, remete a análise das fontes documentais levantadas durante a pesquisa quanto aos aspectos da estrutura e organização com o objetivo de realizar a discussão de acordo com os eixos de materialidade, apropriação e consolidação desta escola.

6) As **CONSIDERAÇÕES FINAIS** enfatizam os aspectos centrais da investigação, no sentido de atestar as particularidades do atendimento especializado sustentado por um projeto multidisciplinar e pioneiro na Escola Santa Clara de

Catalão, e demonstram as lacunas da investigação que instigam e motivam o investimento de novos estudos.

2 CAPÍTULO I: AS SOCIEDADES PESTALOZZI NO BRASIL E EM GOIÁS – O APORTE PARA O ENSINO ESPECIALIZADO

Entendidas enquanto organizações não governamentais (ONGs), as Sociedades Pestalozzi se originam de iniciativas privadas de interesse público, cuja existência e finalidade possuem vinculação direta com as demandas de atendimento especializado em diferentes localidades do país e do estado de Goiás. Apresentar a origem e trajetória histórica do surgimento das Sociedades Pestalozzi no Brasil e em Goiás é o foco deste capítulo, cujo objetivo é visualizar o contexto geral de criação destas entidades, tendo em vista compreender o contexto local em que a Escola Santa Clara de Catalão recorre a esta entidade como alternativa para gerir e aportar os recursos necessários para o provimento do projeto institucional.

Os estudos em torno do Ensino Especial e dos dispositivos institucionais para o atendimento especializado em diferentes contextos passam, inevitavelmente, por dois eixos: a indução de políticas de governo ou a composição de entidades privadas de interesse público, como mecanismos de provimento financeiro e a manutenção das ações. É recorrente a aproximação de áreas afins como por exemplo: psicologia, educação, saúde, psiquiatria, terapia ocupacional, fonoaudiologia, dentre outras que se interessaram pela temática tanto do ensino quanto do atendimento de pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Fatores como socialização, discriminação e diferentes formas de preconceitos contra essas pessoas eram preponderantes, tanto em relação à restrição de seus direitos civis, quanto à tutela desses sujeitos imposta às famílias e instituições. Nesse contexto e circunstâncias emergem entidades civis de natureza pública, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), que se ocupam de distintos aportes e mediações entre a sociedade e as instituições públicas ou conveniadas, colaborando no atendimento de demandas relativas às necessidades especiais. A Sociedade Pestalozzi, enquanto entidade jurídica, tem origem e expansão dentro de tais finalidades.

Anteriormente à década de 1970, as ações voltadas para as pessoas com deficiência concentraram-se na educação e em obras caritativas e assistencialistas. Durante o século XIX, de forma pioneira na América Latina, o Estado brasileiro criou duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Paralelamente às poucas ações do

Estado, a sociedade civil organizou, durante o século XX, as próprias iniciativas, tais como: as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, voltadas para a assistência das pessoas com deficiência intelectual (atendimento educacional, médico, psicológico e de apoio à família); e os centros de reabilitação, como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente – (AACD), dirigida, primeiramente, às vítimas da epidemia de poliomielite (LANNA JUNIOR, 2011, p. 1).

Para compreender a concepção e os princípios nos quais se fundamentaram as Sociedades Pestalozzi no mundo e no Brasil, faz-se necessário recorrer à trajetória de seu fundador, Johann Heinrich Pestalozzi. Enquanto educador sempre esteve envolvido no “processo de transformação e modificação da infância e das instituições responsáveis por formá-la e, também, como isso proporcionou a ele as variadas chances de pensar uma educação mais adequada e mais eficaz para as crianças” (SIQUEIRA, 2012, p. 90). Para a autora, essa proposta de uma educação adequada e eficaz para as crianças na perspectiva pedagógica e social de Pestalozzi torna-se um alicerce da educação especial em todo o mundo, ou seja, Pestalozzi propõe que as crianças e/ou todos os sujeitos portadores de deficiência sejam acolhidos, atendidos e educados em ambientes propícios para o desenvolvimento da personalidade de cada um, levando-se em conta a educação especial em toda sua problematicidade e não apenas em questões pontuais.

Segundo Rodrigues (2008), Pestalozzi concebia que todo ser humano é capaz de adquirir autonomia intelectual para desenvolver uma atividade produtiva autônoma, de modo que a educação escolar deveria propiciar o desenvolvimento de cada um, em três campos: o da faculdade de conhecer, o de desenvolver habilidades manuais e o de desenvolver atitudes e valores morais.

Diferentes referenciais tratam da deficiência no mundo e no Brasil, configurando a origem e evolução, mudança de paradigmas, legislação, etc., tendo em vista que são muitas as iniciativas civis e oficiais em favor de seus portadores. Sobre as Sociedades Pestalozzi, no Brasil há que se frisar que elas surgiram no século XIX, sob a influência de Johann Heinrich Pestalozzi, que considerava que a escola deveria ser como um lar, pois essa era a melhor instituição de educação, base para a formação moral, política e religiosa (RODRIGUES, 2008).

Ao enfatizar a existências das Sociedades Pestalozzi é pertinente situar o próprio Pestalozzi em seu contexto:

[...] sem dúvida, um pensador cuja obra só pode ser entendida se entrelaçada com sua vida. Sua pedagogia continua viva nos dias de hoje, justamente pela problematização dos acontecimentos educacionais, políticos e sociais que conseguia realizar ao observar cada uma das situações por que passavam as crianças com quem travava contato. [...]. Cada um dos institutos fundados e comandados por Pestalozzi funcionou seguindo o princípio de que a escola deve funcionar com o mesmo amor existente no lar (SIQUEIRA, 2012, p. 85-86).

Pestalozzi tinha por propósito descobrir leis que propiciassem o desenvolvimento integral da criança e, para isso, concebeu uma educação com as dimensões intelectual, profissional e moral, estreitamente ligadas entre si (PESTALOZZI, 1946). Outros estudos afins sobre a vida de Pestalozzi mostram que a sua pedagogia romântica era fundamentada na psicologia sensualista e defendia que a vida mental estrutura-se nos dados do sentido (FREITAS; ZANATTA, 2006). Para esse autor, o aprendizado deve ser natural, espontâneo, sem coerção, já que a criança se desenvolve de dentro para fora, é um ser puro, ou seja, deve ser conduzido.

Helena Antipoff foi responsável pela implantação de uma política de educação e assistência às crianças portadoras de algum tipo de deficiência e pela primeira Sociedade Pestalozzi do Brasil, em Belo Horizonte/MG, que deu início ao movimento pestalozziano brasileiro que, atualmente, conta com, aproximadamente, uma centena de instituições espalhadas pelo país.

Segundo Mendes (2010),

Helena Antipoff (1892-1974), havia estudado psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, e no Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Seu trabalho inicial foi uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Helena Antipoff foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, iria se expandir no país. Em 1939 ela criou uma escola para crianças excepcionais, na Fazenda do Rosário, que pretendia integrar a escola à comunidade rural adjacente, dando início ao Complexo Educacional da Fazenda do Rosário [...]. Além dessas iniciativas participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, além de influenciar a formação de um contingente grande de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores. (MENDES, 2010, p. 95-96)

Sobre a criação, no Brasil, de instituições que carregavam a filosofia Pestalozziana, Lanna Junior (2011) afirma:

No Brasil, inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi criado, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. A influência do ideário de Pestalozzi, no entanto, ganhou impulso definitivo com Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa que, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Foi Helena Antipoff quem introduziu o termo “excepcional”, no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual. Para ela, a origem da deficiência vinculava-se à condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica. (LANNA JUNIOR, 2011, p. 1-1)

A partir de 1926, a evolução das Sociedades Pestalozzi se deu da seguinte forma:

- Em 1932, Helena Antipoff criou a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte;
- Em 1945, fundou-se a Sociedade Pestalozzi do Brasil;
- Em 1948, fundou-se a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro;
- Em 1952, foi criada a Sociedade Pestalozzi de São Paulo;
- Em 1970, foi fundada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP).

Durante o movimento pestalozziano (1926-1970), foram fundadas oito organizações em todo o País, mas com a criação da FENASP, também por iniciativa de Helena Antipoff, o surgimento das sociedades Pestalozzi pelo Brasil foi se ampliando, podendo-se dizer que, hoje, são cerca de 150 sociedades Pestalozzi filiadas à FENASP (LANNA JUNIOR, 2011).

[...] em 28 de agosto de 1970 [...] nasceu a FENAPESTALOZZI – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – tendo sido fundada pelas Associações Pestalozzi de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro, de Resende, de São Paulo e Associação Pestalozzi do Brasil. Surgida, desta forma, a partir da união de esforços para o atendimento a pessoa com deficiência, desde seu início não descuidou de fazer-se presente em todas as ações e atividades que se realizassem no Brasil, bem como incorporou a todos os movimentos que viessem beneficiar a vida das pessoas com deficiência. O crescimento da Federação foi-se dando de maneira rápida. [...]. Essa expansão continuou até atingir um atendimento integral no País, passando a congregar mais de duas

centenas de organizações afiliadas. Hoje, a FENAPESTALOZZI constitui-se como uma verdadeira rede espalhada em todo o território nacional, fazendo-se sempre presente, numa contribuição efetiva, em toda e qualquer comissão ou evento onde a pessoa com deficiência seja alvo (Disponível em: <http://www.fenapestalozzi.org.br/quem-somos> Acesso em: 10/06/2015).

A FENAPESTALOZZI assumiu como competência básica a

articulação para o fortalecimento as entidades que compõe a Rede Pestalozziana com vistas à ampliação da assistência e inclusão social das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e suas famílias. (Disponível em: <http://www.fenapestalozzi.org.br/quem-somos> - Acesso em: 10/06/2015).

As Sociedades Pestalozzi, no Brasil, têm como missão “congregar, articular, representar e fortalecer as entidades que compõe a rede Pestalozziana, visando ampliar a assistência e a inclusão social das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e suas famílias” (PESTALOZZI, site oficial – 2015)².

As Sociedades Pestalozzi vieram para Goiás, na década de 1950, como proposição de compreensão e repúdio a um fenômeno de não superação de um modelo tradicional de educação especial na articulação do trabalho pedagógico, frente a propostas políticas que assumem discursos progressistas e inovadores, considerando-se que essas associações reafirmam uma proposta institucional da educação especial integrada e articulada à política educacional do Estado.

Em Goiás, no ano de 1953, foi criada a primeira escola estadual especial por meio da Lei nº 926: o Instituto Pestalozzi de Goiânia (IPG), sendo inaugurada em 1955, com o objetivo de atender aos alunos com deficiência mental e auditiva. Após uma década, entre 1960 e 1970, outras instituições particulares de cunho filantrópico e de caráter assistencial foram implantadas no Estado de Goiás: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Sociedade Pestalozzi (ALMEIDA, 2003).

Para Silva (2014),

² Atualmente, existem 11 Federações Estaduais Pestalozzi, sediadas nos Estados de Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Goiás, a Federação Estadual Pestalozzi é sediada em Goiânia/GO, porém, existem onze Associações Pestalozzi sediadas em: Águas Lindas de Goiás, Bela Vista de Goiás, Caldas Novas, Catalão, Goiânia, Inhumas, Ipameri, Jataí, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Senador Canedo.

a educação especial em Goiás seguiu a mesma trajetória do país, iniciando com uma abordagem segregacionista e assistencial voltada para o cuidado e o bem estar. [...], a primeira iniciativa educacional ocorreu em 1953, com a criação do Instituto Pestalozzi de Goiânia, uma instituição pública para atender alunos com deficiência (SILVA, 2014, p. 96)

De acordo com Henriques (2015), a história da Federação Nacional e de suas filiadas - as Federações Estaduais, as Associações Pestalozzi e as Entidades Análogas - tem como princípio e inspiração Johann Heinrich Pestalozzi, que passou a vida pesquisando formas de melhorar o sistema de educação, com ênfase nas crianças carentes e deficientes.

Em Goiás, 11 cidades goianas contam com a presença de uma Associação Pestalozzi, sendo que a atuação de cada uma varia de acordo com o apoio e parceria com o poder público (umas Associações atuam mais, outras menos e algumas com muitas dificuldades).

Tal configuração confirma a origem e a expansão das Sociedades Pestalozzi no Brasil e em Goiás com características similares ao que foi operacionalizado em Catalão, na década de 1980. Isto é, há um histórico processo de instalação dessas entidades, vinculadas a alguma instituição pública ou conveniada, que se ocupa do Ensino Especial, nos mais diferentes formatos e especificidades.

Figura 1 - Imagem da Sede da Associação Pestalozzi de Goiânia-GO



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+sede+da+federaçã+estadual+pestalozzi+em+goiânia/go&espv> acesso em: 10/06/2015.

Figura 2 - Imagem do Brasão da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+sede+da+faspego-go&espvAcesso> em: 10/06/2015.

Os estudos de Castro (2007) sinalizam que, depois da implantação das Sociedades Pestalozzi no Estado, como em todo o Brasil, a Educação Especial em Goiás expandiu-se no setor público mediante ações e incentivo do Governo Federal. Em 1973 foi criada, em Goiânia, a Seção de Ensino Especial, vinculada ao Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria Estadual de Educação, passando, posteriormente, em 1976, a funcionar como Divisão de Ensino Especial na Unidade de Ensino de 1º Grau.

A exemplo do que ocorre nas demais regiões do estado de Goiás, Catalão, cidade situada no sudeste goiano, no início da década de 1980, também possuía uma demanda social que era a de promover inicialmente a educação de onze deficientes. Neste caso, surdos, que necessitavam estudar e não tinham acesso a escolas públicas que fornecessem ensino especializado visto que não existiam políticas educacionais que fossem efetivamente aplicadas a essa realidade no município (PPP, 2010).

A partir desta demanda, pessoas da sociedade civil, envolvidas e motivadas em grande parte por experiência pessoal e familiar com essa problemática – muitos sujeitos envolvidos nas ações iniciais eram pais e mães, alguns, inclusive, educadores de formação, outros médicos destes deficientes – empenharam ações para a criação de uma instituição educacional no município destinada ao atendimento diferenciado, novo, especializado a estes alunos.

Supostamente talvez esteja nessa intenção de origem o formato multifuncional que a Escola Santa Clara materializou em seu projeto institucional nos anos posteriores à sua criação formal. Desta feita, ao conceber os contornos da

instituição não se pode desprezar a coalizão de interesses, movidos por necessidades reais e concretas, percebidas por profissionais e pais que, em determinado momento no início dos anos oitenta, resolveram canalizar esforços em busca do atendimento aos deficientes em Catalão. Possivelmente, a sensibilidade de pessoas diretamente envolvidas com situações relacionadas às diferentes necessidades de filhos e pacientes seriam justificativas que convergiram na mobilização das primeiras iniciativas em prol de uma instituição.

Ao expor a trajetória histórica alusiva à criação de entidades (ONGs) e instituições (Escolas Especiais) voltadas para o atendimento de pessoas deficientes, percebe-se que “não há histórias sem sentido [...] é preciso considerar os acontecimentos, liga-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis” (MAGALHÃES, 2004, p.169). Por meio dos vestígios e indícios é possível compreender como se dá essa interlocução entre a instituição e a Sociedade Pestalozzi, uma entidade de cunho filantrópico, permeada por mediações e intervenções, que oficializou a legalidade e a funcionalidade da Escola Santa Clara tal como se constituiu e se estruturou, no sentido de consolidar, manter e ampliar a oferta de vagas, resultando no atendimento de pessoas com diferentes deficiências em Catalão e região.

A propósito de alguns nexos entre o contexto histórico nacional e estadual e o caso da Escola Santa Clara em Catalão, é possível apontar algumas intencionalidades que potencialmente permearam os distintos percursos. A importação de modelos e concepções, relativos ao formato institucional, de entidades e instrução pedagógica é recorrente na literatura educacional do Brasil, e não se resume ao Ensino Especial. Adquire distinção e *status*, no caso de instituições especializadas, a necessidade de uma estrutura adaptada e multifuncional, que requer investimentos pontuais, inclusive com a contratação de profissionais especializados, em diferentes áreas. É uma instituição que, a começar pelo formato e projeto, compreende exigências e especificidades que mobilizam recursos materiais, humanos e estruturais, sem o alinhamento com o quantitativo de alunos. O padrão de referência é a especialidade e a especificidade do atendimento como prerrogativa para assegurar a regularidade de atendimento a determinados grupos de alunos.

No tocante à suplementação de recursos, as entidades filantrópicas se apresentam como alternativas para garantir a legalidade e a oficialização de

recursos orçamentários provenientes de diferentes fontes. Quer dizer que uma organização não governamental legitima e legaliza, por meio da minuta de convênios e contratos, a captação de recursos. Esse canal se faz necessário justamente porque, embora a instituição tenha uma natureza pública, com vínculo municipal ou estadual, os provimentos financeiros e estruturais destinados pela esfera pública são insuficientes para atender todas as demandas geradas pelo funcionamento da escola. Isso significa que o estado regulador não garante o aporte orçamentário condizente com as demandas e especialidades da instituição. Por sua vez, a direção escolar não dispõe de *status* jurídico para formalizar as parcerias e convênios, sendo necessário que uma entidade sem fins lucrativos, declarada a filantropia, seja instalada para executar a captação de recursos.

Nesse sentido, a Sociedade Pestalozzi, fundamentada na concepção de origem, respaldada por uma trajetória de aporte ao Ensino Especial, tem uma seccional criada em Catalão com o propósito de apoiar e dar suporte ao projeto multifuncional da Escola Santa Clara. Enquanto entidade não governamental tem existência jurídica própria, possui autonomia de ação e mediação junto a corporações e autarquias, porém, a atividade meio e a atividade fim adquirem materialidade atrelada à instituição de atendimento especializado. Em determinados momentos, verificar-se-á que o argumento jurídico justifica o fracionamento da própria entidade (Associação Pestalozzi) como mecanismo para legalizar a captação de recursos de diferentes origens. Uma ambiguidade pode ser evidenciada: são duas instituições, de natureza jurídica e administrativa distintas, que coexistem e se materializam no mesmo propósito: prover o atendimento multidisciplinar e multifuncional a pessoas portadoras de necessidades especiais em Catalão, estendendo esse atendimento aos municípios da região.

Dado o formato e a complexidade do projeto institucional, os recursos oriundos exclusivamente do município não seriam suficientes. Contudo, do ponto de vista legal e regimental, uma instituição municipal tem restrições jurídicas para captar recursos de outras fontes públicas e privadas. Assim, somente uma entidade privada, sem fins lucrativos, nos moldes da Sociedade Pestalozzi disporia das condições legais para buscar recursos provenientes de outras fontes, além das verbas municipais já empenhadas, em favor da instituição. Sob essas condições é que foram lançadas as bases para a estruturação do projeto de ensino especializado, na complexidade de ações e demandas, caracterizando-o como

multifuncional. A Sociedade Pestalozzi edifica sua existência material e física nas dependências da própria Escola Santa Clara.

O contraditório é que, se por um lado, a origem da instituição teve o aporte inicial de recursos municipais para alavancar as primeiras ações, por outro, a política estadual para o Ensino Especial teve sua expansão tutelada por uma entidade não governamental. Desse modo, seria discutível o alcance das políticas públicas para o Ensino Especial, uma vez que a Escola Santa Clara depende da criação da Sociedade Pestalozzi para alavancar o projeto de interiorização do ensino especial em Catalão e região.

3 CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO ESPECIALIZADO NO INTERIOR GOIANO

Este capítulo direciona o olhar para as características e circunstâncias de constituição e consolidação da Escola Santa Clara e para a criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão. Oriundas de processos e dispositivos de legalização distintos, ambas aglutinam um objetivo comum, qual seja: o provimento de ensino especializado no interior de Goiás, numa iniciativa pioneira e singular, marcada por diferentes estratégias para a composição de convênios e parcerias para efeito da constituição e consolidação das ações multidisciplinares na instituição. Como resultado, têm-se a constituição e consolidação da Escola Santa Clara como referência no atendimento especializado a portadores de necessidades especiais. As fontes documentais explicitam os percursos da constituição da instituição e oficialização dos processos para a sua consolidação, os quais passam, necessariamente, pela criação e manutenção da Sociedade Pestalozzi. Em termos legais, essa é a prerrogativa para oficializar a captação de recursos de diferentes origens.

Ao constatar a dispersão das informações em diferentes fontes e formatos, considera-se pertinente organizá-las em ordem cronológica, com o intuito de disponibilizar um tipo de registro histórico pontual, que desenha os percursos oficiais que possibilitaram a existência da instituição. No empreendimento de converter diferentes documentos em potenciais fontes para a pesquisa, ao consultar o acervo preservado na instituição, tanto os documentos oficiais como registros avulsos, manuscritos, anotações que tinham interesse direto para conhecer e explicitar o objeto deste estudo foram considerados. Nesse sentido, adianta-se que, dada a variedade de fontes, a maioria das informações estava dispersa, ou seja, havia indícios localizados em diferentes registros, por vezes fragmentados, espalhados em meio à massa documental. Como alternativa de demonstração das descobertas, optou-se por reuni-las na forma de quadros, com eventos e ocorrências diversas que caracterizaram o percurso histórico de oficialização e reconhecimento da instituição:

Quadro 1 – Marcos Históricos Relevantes Levantados nas Fontes Documentais da Escola Santa Clara de Catalão-GO

Ano	Evento ou Ato oficial	Informações adicionais
1982	Início das atividades da Escola Santa Clara se deu em espaço cedido temporariamente pelo Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão-GO.	Inicialmente a ênfase foi no atendimento de crianças com deficiência auditiva. A prefeitura municipal era a principal mantenedora da Instituição (PPP, 2010).
1983	Criação/Registro do Estatuto da Fundação denominada Escola Para Deficientes Auditivos “Santa Clara” – EFEDASC.	É criada a Fundação por iniciativa de profissionais da saúde e da educação, em conjunto com pais de crianças com deficiências dentre outros profissionais. Demarca-se a natureza beneficente da instituição. O funcionamento da instituição ainda acontecia no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus (EFEDASC, 1983). A prefeitura municipal ainda era a principal mantenedora da Instituição (PPP, 2010).
1983	Continuidade das ações escolares em um espaço cedido temporariamente pela Prefeitura Municipal de Catalão – antiga escola Luiz Alcântara, no bairro Pio Gomes	A ênfase no atendimento ainda neste período era o atendimento a crianças com deficiência auditiva. Continuava com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Catalão (PPP, 2010).
1984	Criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão; instalação da primeira diretoria.	A Sociedade Pestalozzi, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, passa a ser a principal mantenedora da Escola Santa Clara (ARCSPCG, 1984).
1984	Continuidade das ações escolares em outro espaço cedido temporariamente pela Prefeitura Municipal de Catalão: prédio, da antiga Fundação Municipal do Bem Estar do Menor – FUMBEM situado no Bairro Mãe de Deus.	Com o aporte da Sociedade Pestalozzi, amplia-se o atendimento especializado a portadores de deficiência mental. Há aumento na demanda e número de alunos atendidos (PPP, 2010).
1984	Leis municipais que caracterizaram a instituição como municipal e de utilidade pública: Lei Municipal nº. 344 de 07 de maio de 1984 e Lei 345 de mesma data.	Leis criadas com a intenção de garantir subsídios municipais para a manutenção da Escola. Mesmo com a vinda da Pestalozzi, a escola ainda contava com a prefeitura no que se refere a auxílios para sua manutenção (ATA12021985).
1985	Firmado convênio, junto à Rede Estadual de Ensino e à Secretaria da Educação do Estado de Goiás - Superintendência do Ensino Especial o convênio a nível Estadual.	Com a concretização do Convênio Estadual, fora disponibilizado corpo docente e servidores administrativos para o funcionamento da Escola (ATA12021985, 1985).
1987	Doação do terreno onde fora construída a sede própria da Escola Santa Clara de Catalão / Sociedade Pestalozzi.	O terreno foi doado pelo Sr. Álvaro de Mendonça Netto (ATA25051987, 1987).
1988	Firmado Contrato junto à LBA	Com o Contrato firmado a Escola Santa Clara passou a receber um recurso financeiro para auxílio na manutenção de um projeto de tratamento de reabilitação à pessoa portadora de deficiência com idade entre 0 e 27 anos (ARDSPCEVLBA, 1988)
1990	Grande Doação em dólares	Doação feita pela Fundação Lord Michellin, da Suíça

	que alavancou a construção da sede da Escola Santa Clara de Catalão.	(ARDCFDSPC,1990).
1992	Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi (1992 – 1994)	Conforme acordado, a Pestalozzi teria acesso à dotação orçamentária referente a três rubricas: a de Educação Precoce, a de Manutenção da Rede de Ensino Especial e a de Outros Serviços e Encargos.
1992	Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992	Autoriza a prefeitura de Catalão a pagar as taxas de água e energia elétrica consumidas pela Escola Santa Clara.
1993	Lei nº. 1.301 de 08/09/1993, amplia a lei (nº. 1.196 de 14/09/1992).	Alcance e abrangência do convênio assegurado pela Lei é ampliado, pois esta autoriza a prefeitura municipal a disponibilizar para a Escola Santa Clara de Catalão, além das rubricas orçamentárias, 02 Merendeiras, 02 Professoras, 02 Auxiliares de Serviços, 01 Fisioterapeuta e 01 Fonoaudiólogo. A mesma lei autoriza a municipalidade a executar o transporte de alunos e professores de suas residências até a Escola Santa Clara e vice-versa.
1997 – 2004	Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi agregando a Lei nº. 1.301 de 08/09/1993. (São dois Convênios: o primeiro de 1997 a 1998 e o segundo de 1999 a 2004).	Autoriza a prefeitura municipal a disponibilizar para a Escola Santa Clara de Catalão, além das rubricas orçamentárias, 02 Merendeiras, 02 Professoras, 02 Auxiliares de Serviços, 01 Fisioterapeuta e 01 Fonoaudiólogo. A mesma lei autoriza a municipalidade a executar o transporte de alunos e professores de suas residências até a Escola Santa Clara e vice-versa.
1998	Decreto nº. 2.512 de 09 de março de 1998 que trata da declaração da entidade como de utilidade pública em âmbito Federal.	Com esse decreto foi possível firmar a parceria com a união para o recebimento também de recursos federais por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (PPP, 2010).

Fonte: Organizado por França (2016) a partir das anotações de pesquisa.

É pertinente esclarecer a demarcação do ano de 1983 como início das atividades da Escola Santa Clara, e, embora não seja objeto de nenhum decreto, o Projeto Político Pedagógico (2010) registra o empenho das primeiras ações educativas, possivelmente originado por relato memorial de algum profissional que tenha se envolvido diretamente nessas atividades naquele momento histórico em que o embrião da Escola Santa Clara teve seu início. Ao transpor uma narrativa para o registro da memória histórica, inscrita no Projeto Político Pedagógico, o relato adquire materialidade e se transforma em documento oficial, passível de ser consultado, manuseado e referenciado numa pesquisa com fontes documentais.

3.1. A Fundação denominada Escola Para Deficientes Auditivos “Santa Clara” – uma intenção de origem

Para Saviani (2007), o conceito de instituição escolar está atrelado à necessidade do homem em criar algo para atender à determinada necessidade

humana de caráter permanente. Nesse sentido, o autor destaca que, ao ser criada, a instituição assume um caráter social em que

[...] Para satisfazer as necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p.5).

Segundo registro no Projeto Político Pedagógico – PPP (2010) da escola Santa Clara, a mesma foi concebida no ano de 1982, por influência de um médico otorrinolaringologista e de diversos pais com filhos que possuíam algum tipo de deficiência. Sendo assim, a instituição já possuía, ao nascer, uma clientela em potencial, especificamente de onze deficientes auditivos que demandavam escolarização, ou seja, requeriam um atendimento educacional especializado e não tinham a oportunidade, visto que na cidade de Catalão-GO nenhuma das escolas possuía atendimento especializado para portadores de deficiência.

O objetivo inicial era estruturar, nessa nova instituição de ensino, um projeto multidisciplinar até, então, inédito na cidade/região que atendesse à demanda de necessidades educacionais para pessoas com deficiência. Desde o início a instituição contou com uma equipe multidisciplinar composta por diversos profissionais como professores, pedagogos, médicos, psicólogos, dentre outros, que atuaram no desenvolvimento e formação destes alunos.

Em síntese, o empenho no empreendimento das primeiras atividades teve origem na convergência de interesses entre profissionais e pais de alunos especiais, que demarcaram a existência de demanda por atendimento especializado em instituição própria. Assim, em caráter embrionário, protagonizado por um grupo de pessoas da sociedade local, a expectativa de uma instituição para esse tipo de atendimento teve início, considerando-se distintas especificidades que incluíam desde atividades pedagógicas até atendimento diferenciado no âmbito da saúde e de diferentes terapias. Ainda em que caráter provisório, utilizando-se de espaços temporários e improvisados, a equipe original que abriu a demanda e mobilizou agentes públicos e privados no apoio à proposta, já visualizava a necessidade de

uma instituição que potencialmente fosse capaz de abrigar diferentes tipos de atendimento especializado, conforme as necessidades da clientela matriculada. Das reuniões iniciais e da mobilização de pessoas interessadas tiveram origem as primeiras ações formais no sentido de dar materialidade à instituição. Conforme registros avulsos, essas ações teriam sido desencadeadas a partir de 1982, quando ocorreram as primeiras atividades formais. No ano seguinte, o processo de oficialização receberia a primeira versão, a Escola para Deficientes Auditivos Santa Clara, no formato de uma Fundação, com estatuto próprio.

Conforme os Artigos 1º e 2º do Estatuto de Fundação da Escola para Deficientes Auditivos Santa Clara – EFEDASC (1983), inicialmente, a instituição se constituía como uma Fundação de caráter beneficente, sem fins lucrativos, criada com a denominação Escola Para Deficientes Auditivos “Santa Clara”, concebida para atender a “*deficientes auditivos e excep/cionais e geral*”, no âmbito educacional.

O EFEDASC (1983) aponta que a fundação tinha na época sete membros idealizadores dessa fundação, pertencentes a diversos setores da sociedade civil, conforme descrito no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Membros Idealizadores da Escola Santa Clara (1983): Equipe Diretiva Inicial da Fundação Escola de Deficientes Auditivos Santa Clara

Nome	Profissão/atução	Informações Adicionais
Eliane Aires Cândido	Não foram localizadas informações nos documentos oficiais.	Mãe da criança com deficiência auditiva (Rinna Clara Aires Cândido) e esposa do Sr. José Francisco Cândido (na época, Delegado Regional de Educação). Apoiadora voluntária no projeto de Criação da Escola Santa Clara de Catalão.
José Francisco Cândido	Ex-delegado Regional de Educação	Pai de criança com deficiência auditiva (Rinna Clara Aires Cândido).
Mario Tsutsui	Médico Otorrinolaringologista	Atendimento voluntário a crianças com deficiência auditiva.
Lívia Maria Serradourada	Psicóloga	Atendimento voluntário a crianças com deficiência.
Ivani Felício da Silva	Pedagoga	Participante voluntária de ações voltadas para o atendimento de demandas pontuais de ensino especializado.
José Aparecido Boaventura	Não localizadas informações nos documentos oficiais.	Não localizadas informações nos documentos oficiais consultados.
Sebastião Rodrigues da Cruz	Não localizadas informações nos documentos oficiais.	Não localizadas informações nos documentos oficiais consultados.

Fonte: Organizado por FRANÇA (2015), a partir das anotações de pesquisa.

O 3º Artigo do EFEDASC (1983) dispõe que a referida fundação possuía um corpo diretivo composto de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um assessor jurídico, todos eleitos pelos e entre os membros da fundação, e poderiam exercer o mandato de dois anos sem qualquer remuneração, conforme artigos 4º e 10º do EFEDASC (1983).

Em 1982, essa escola teria funcionado em uma sala cedida pelo Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus³, no Centro da cidade de Catalão-GO, com uma clientela de onze alunos, todos deficientes auditivos. Em 1983, houve a transferência de local, com a Escola saindo das dependências do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus para o prédio da antiga Escola Municipal Luiz de Alcântara⁴, no bairro Pio Gomes, cedido na época pela Prefeitura Municipal de Catalão (PPP, 2010). Essa alteração de endereço, ainda em espaço temporário, seria indício de que o governo municipal assumia, gradativamente, o apoio à Escola. Ceder um espaço de propriedade do município sinalizava a disposição em participar efetivamente do projeto institucional, visto que, até o ano de 1983, o provimento financeiro vinha prioritariamente dos cofres municipais e de iniciativas avulsas, empreendidas pelos próprios profissionais diretamente envolvidos. A Associação Pestalozzi foi oficializada no ano seguinte, em 1984.

O Artigo 13º do EFEDASC (1983) diz que o patrimônio da Fundação podia ser constituído por meio de “*subvenções, convênios, doações e outras rendas*”, mas, nos anos de 1982 e 1983, a prefeitura municipal foi a principal mantenedora da instituição.

Pelo verificado nos documentos, a intenção primeira expunha as necessidades e mobilizava voluntários em prol da demanda por uma instituição destinada ao Ensino Especial. Embora, desde o início tenham havido o apoio e a participação de órgãos públicos e privados na cessão de espaços e no aporte mínimo para abrigar as atividades iniciais, a cobertura era restrita e limitada a um grupo pequeno de crianças e adolescentes. Já nesta fase observa-se uma

³ Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus localizado na Avenida 20 de Agosto, s/nº, Centro em Catalão-GO.

⁴ A Escola Municipal Luiz de Alcântara funcionava em um prédio situado na Rua Brasil Cavalcante, nº 35, Esquina com as Ruas Caldas Novas, Porto Nacional e Planaltina, no Bairro Pio Gomes, em Catalão-Goiás. As edificações físicas foram extintas e no local há apenas uma praça com espaço de lazer.

característica que se efetivará nos anos posteriores: a presença e a participação de pais de crianças com algum tipo de deficiência na mobilização de interesses pela Escola.

Apesar de ocupar espaços temporários e contar com a boa vontade de profissionais voluntários, esse embrião já se mostrava proativo e ambicioso, haja vista a capacidade de capitanear apoios em diferentes instâncias para regularizar as atividades, mesmo antes de demarcar a oficialização da Escola. Iniciativas como a busca de estagiários nos cursos de magistério em funcionamento na cidade e a aproximação com o diretor do recém-instalado campus da UFG em Catalão são ilustrativos do empenho de seus idealizadores. Tais percursos ficam evidentes nos registros de diferentes atas, especialmente nas ações iniciais, quando ainda estava em processo de institucionalização formal. Semelhantes registros das primeiras reuniões revelaram a presença e a participação de distintas autoridades, assim como de pais de alunos deficientes.

3.2. A Sociedade Pestalozzi em Catalão-Goiás

Os prováveis entraves verificados para a oficialização de recursos oriundos de diferentes fontes, sendo a instituição pública municipal, incorreu na busca de alternativas que possibilitassem a estruturação do projeto institucional para o atendimento especializado preconizado. A via seria, então, a instalação de uma ONG, valendo-se dos padrões da Sociedade Pestalozzi. Embora a entidade em nível nacional e estadual forneça o suporte de capacitação para a criação de novas unidades, cada afiliada possui estatuto próprio e tem relativa independência de gestão interna.

Segundo o Estatuto da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO - ESPCGO (1984), a Pestalozzi foi fundada, neste município, em 27 de maio de 1984 e tratava-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tinha por finalidade promover, de acordo com seu artigo 2º:

o estudo, tratamento, educação e ajustamento social de crianças, adolescentes e adultos que por seu desenvolvimento mental, deficiências físicas, aptidões, ou caráter excepcionais necessitem de assistência individual no campo médico-psico-pedagógico especializado (ESPCGO, 1984, p. 3v).

Consta na Ata de Eleição e Posse da 1ª Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão – AEPDSPC (1984), no dia 09 de fevereiro de 1984, a Sociedade Pestalozzi de Catalão elegeu e empossou sua primeira diretoria composta para o mandato de dois anos, com a finalidade de atuar no âmbito das questões relacionadas à Escola Santa Clara, no município de Catalão. As diretorias que se sucederam no período tiveram como marco essa regularidade bianual, embora em alguns intervalos houvesse adequação de tempo dos mandatos, provavelmente para atender exigências pontuais da época.

Quadro 3 – Diretoria Executiva da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período 19

Cargo/ Período	Fev. 1984 a Abr. 1986	Abr. 1986 a Jul. 1987	Jul. 1987 a Mar. 1988	Mar. 1988 a Mar. 1989	Mar. 1989 a Mar.1990	Mar. 1990 a Mai. 1992	Mai. 1992 a Mai. 1993	Mai. 1993 a Fev. 1995
Presidente	Isabel Christina Paranhos Escher	Isabel Christina Paranhos Escher	Maria Abadia de Souza	Maria Abadia de Souza	Maria Cristina Netto Silva	Maria Cristina Netto Silva	Maria Cristina Netto Silva	Maria Cristina Netto Silva
Vice-presidente	Maria Abadia de Souza	Maria Abadia de Souza	Lúcia Helena Müller Netto de Lamadrid	Aparecida de Fátima Paranhos Neto	Zoraida Aparecida Marques Santos	Zoraida Aparecida Marques Santos	Zoraida Aparecida Marques Santos	Zoraida Aparecida Marques Santos
1ª Secretária	Maria Christina Netto Silva	Maria Christina Netto Silva	Maria Christina Netto Silva	Maria Christina Netto Silva	Lúcia Netto	Lúcia Netto	Lúcia Netto	Lúcia Netto
2ª Secretária	Marina Vilela Rezende Fernandes.	Avany Dayrell Borges	Avany Dayrell Borges	Márcia Bezerra Maya Faiad	Ozelina David de Souza Netto	Ozelina David de Souza Netto	Ozelina David de Souza Netto	Ozelina David de Souza Netto
3ª Secretária	Avany Dayrell Borges	Marina Vilela Rezende Fernandes	Marina Vilela Rezende Fernandes	Ozelina David de Souza Netto	Silma Machado de Oliveira	Silma Machado de Oliveira	Silma Machado de Oliveira	Silma Machado de Oliveira

1º Tesoureiro	Agostinho Ivo de Souza	Agostinho Ivo de Souza	Agostinho Ivo de Souza	Agostinho Ivo de Souza	Cláudia Aires Teixeira	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	Avany Dayrell Borges
2º Tesoureiro	Luziano Eurípedes da Cruz	João Meirelles Júnior	João Meirelles Júnior	Avany Dayrell Borges	Avany Dayrell Borges	Avany Dayrell Borges	Avany Dayrell Borges	Aparecida de Fátima Netto

Fonte: Organizado por FRANÇA (2015), a partir das anotações de pesquisa.

Em 22 de março de 1988, conforme Ata da Reunião Ordinária da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARODSPC 22/03/1988, foi escolhida uma nova diretoria para a Sociedade Pestalozzi de Catalão mais completa, composta por Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, atendendo assim ao Estatuto da Sociedade Pestalozzi em vigor no período.

Quadro 4 – Conselho Deliberativo da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período 1

Cargo/ Período	Março1988 a Março 1989 *	Março 1989 a Março 1990	Março 1990 a Maio 1992	Maio 1992 a Maio 1993	Maio 1993 a Fevereiro 1995	Fevereiro 1995 a Fevereiro1997
Membro efetivo 1 Presidente	Fernando Antônio Aires	Fernando Antônio Aires	Fernando Antônio Aires	Fernando Antônio Aires	Mário Tsutsui	Mário Tsutsui
Membro Efetivo 2	Rômulo Lucas Pereira	Rômulo Lucas Pereira	Rômulo Lucas Pereira	Rômulo Lucas Pereira	Rômulo Lucas Pereira	Rômulo Lucas Pereira
Membro Efetivo 3	João Meirelles Júnior	João Meirelles Júnior	João Meirelles Júnior	João Meirelles Júnior	João Joaquim da Silva	João Joaquim da Silva
Membro Efetivo 4	Manoel Januário	Manoel Januário	Manoel Januário	Manoel Januário	Lillyan de Lourdes Toledo Tartuci	Teresinha de Assis O. Pinto
Membro Efetivo 5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	Maria Lúcia da Silva Ferreira	Maria Lúcia da Silva Ferreira	Maria Lúcia da Silva Ferreira	Maria Lúcia da Silva Ferreira	Leila Vieira Nunes Faria
Suplente 1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	Maria Cristina Netto Silva
Suplente 2	Dalva Rosa Badico	Márcia Bezerra Maya Faiad	Maria Ângela Borges de Mesquita	Maria Ângela Borges de Mesquita	Maria Ângela Borges de Mesquita	Aparecida de Fátima Paranhos Netto

Suplente 3	Lúcia Netto	Maria Ângela Borges de Mesquita	-	Francisco Neto de Campos	Francisco Neto de Campos	Avany Dayrell Borges
Suplente 4	Maria Ângela Borges de Mesquita	-	-	-	-	-

Fonte: Organizado por FRANÇA (2015), a partir das anotações de pesquisa.

* Criado como parte constitutiva da Diretoria da Sociedade Pestalozzi, conforme ata de 22/03/1988– ARODSPC 22/03/1988.

Quadro 5 – Conselho Fiscal da Sociedade Pestalozzi de Catalão – Período 1988 a 1997

Cargo / Período	Março 1988 a Março 1989	Março 1989 a Março 1990	Março 1990 a Maio 1992	Maio 1992 a Maio 1993	Maio 1993 a Fevereiro 1995	Fevereiro 1995 a Fevereiro 1997
Membro efetivo 1 Presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	Gabriel Pedro da Silva	Mario Tsutsui	Mario Tsutsui	Wanja Paranhos Netto	Antônio Cândido de Oliveira
Membro Efetivo 2	Cláudia Aires Teixeira	Aparecida de Fátima Paranhos	Gabriel Pedro da Silva	Gabriel Pedro da Silva	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	José Saturnino de Castro
Membro Efetivo 3	Lucy Marcelino Meireles	Lucy Marcelino Meireles	Lucy Marcelino Meireles	Lucy Marcelino Meireles	José Saturnino de Castro	Maria José de Souza Rios
Membro Efetivo 4	Sebastião da Luz Mesquita	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	Antônio Cândido de Oliveira	Maria de Jesus Mesquita
Membro Efetivo 5	Stella Maria Badico Dantas Rosa	Fátima Marcelino de Paula	Fátima Marcelino de Paula	Fátima Marcelino de Paula	Maria José de Souza Rios	Neuza Maria de S. Evangelista
Suplente 1	Silma Machado de Oliveira	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	Nancy Maria Aires
Suplente 2	Fátima Marcelino de Paula	Maria Aparecida Lopes Rossi	-	Sandra Virgínia Pires Castro	Sandra Virgínia Pires Castro	Márcia Paiva G. da Rocha
Suplente 3	Gabriel Pedro da Silva	Eleusa Lamounier Santana	-	Antônio C. Oliveira	Jussara de Moraes	Tânia Verônica B. Peixoto
Suplente 4	-	-	-	-	-	-

Fonte: Organizado por FRANÇA (2015), a partir das anotações de pesquisa.

* Criado como parte constitutiva da Diretoria da Sociedade Pestalozzi, conforme ata de 22/03/1988 – ARODSPC 22/03/1988.

Conforme o artigo 2º, Parágrafo Único do ESPCGO (1984), por constituição a Pestalozzi ficaria obrigada a manter e organizar a Escola Santa Clara de Catalão, realizar “pesquisas médico-psico-pedagógicas, orientação educacional e vocacional, ensino especializado nos mesmos níveis, terapia ocupacional e formação para o lar, atividades físicas, recreativas e artísticas” (ESPCGO, 1984, p.3-4).

Ressalta-se que a Instituição tinha três tipos de sócios: os efetivos, os contribuintes e os beneméritos.

Os *sócios efetivos* eram aqueles que possuíam dependentes que necessitavam de cuidados por parte da instituição. Eles poderiam colaborar ou não com mensalidades e tinham o direito exclusivo de votarem e poderiam ser votados.

Os *sócios contribuintes* deveriam de alguma forma realizar contribuições financeiras periodicamente (mensalmente), permanentemente, à Pestalozzi e possuíam facultado apenas o direito de serem votados, mas somente após 12 meses de efetiva contribuição.

Já os *sócios beneméritos* eram os que comprovadamente prestavam serviços relevantes, fizessem doações ou legados e eram escolhidos a critério da diretoria em exercício.

O Capítulo II do ESPCGO (1984) trata especificamente da administração da Pestalozzi na época. Destacam-se aí quatro órgãos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral era o órgão soberano da Sociedade Pestalozzi formada pelos votantes sócios efetivos e contribuintes (estes últimos em dia com suas mensalidades e sócios há pelo menos 12 meses). É nela que acontecia a deliberação referente aos assuntos regulamentados em lei. Era dirigida pelo Presidente da Sociedade Pestalozzi (substituído pelo Presidente do Conselho Deliberativo) e acontecia, exceto extraordinariamente, uma vez ao ano.

O Conselho Deliberativo era composto por cinco membros, havendo três suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral. Tinha por responsabilidade elaborar e aprovar o regimento interno e estatutos, fiscalizar a execução de resoluções das assembleias gerais, deliberar sobre propostas (com parecer do conselho fiscal) e assuntos omissos.

A Diretoria era o órgão incumbido da administração da Pestalozzi, responsável por fazer tudo que fosse necessário para conduzir as questões administrativas, como por exemplo, cumprir e fazer cumprir os estatutos, regimentos

e resoluções aprovados pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral, alienar bens imóveis, contrair empréstimos, etc. Era constituída pelos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro. A Diretoria eleita tinha mandato de dois anos e não era remunerada pela Sociedade Pestalozzi.

O Conselho Fiscal era composto por cinco membros, sendo três suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral. Tinha as atribuições previstas em lei, emitia pareceres e atos com a finalidade de fiscalizar e assessorar a administração por parte da Diretoria.

O Artigo 20º, Capítulo III, do ESPCGO (1984) deixa claro que os sócios não poderiam, em hipótese alguma, ser responsabilizados por obrigações assumidas pelos dirigentes em função da Sociedade Pestalozzi.

Mediante a consulta aos documentos sobre a Sociedade Pestalozzi pode-se perceber que o objetivo de criá-la era o de implementar uma instituição que promovesse o desenvolvimento do deficiente levando em conta suas potencialidades a fim de que o mesmo fosse útil a si mesmo e, de certa forma, pudesse ser integrado à sociedade (ESPCGO, 1984).

3.3. A relação entre a Escola Santa Clara e a Sociedade Pestalozzi de Catalão-Goiás

Conforme a literatura do campo, “as instituições escolares guardam importantes documentos que tratam das relações sociais e institucionais e como as políticas públicas educacionais foram implementadas naquele determinado contexto” (VIEIRA, 2013, p. 75). De modo que, fazer pesquisas acerca da história dessas instituições é identificar os

[...] elementos ensejadores da criação de uma instituição, bem como sua história, seu público-alvo, suas propostas, sua arquitetura, entre outros aspectos, é possível identificá-las e os pressupostos, pois as instituições escolares evidenciam a cosmovisão de uma época e defendem um projeto educativo calcado em valores vigentes na sociedade (TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 182).

Ao considerar esses aspectos para a pesquisa histórica em questão pode-se verificar na Ata da Reunião de Criação da Sociedade Pestalozzi de Catalão-Goiás -

ARCSPCG (1984) que, na época, o arranjo político-social apontado pelos envolvidos era o da criação da Sociedade Pestalozzi, pois se tinha a visão de que, com ela, seria possível manter a instituição Escola Santa Clara, que sob o subsídio do município se mantinha de maneira precária.

O plano de se constituir a Pestalozzi tinha, aos olhos dos fundadores da Escola Santa Clara e dos envolvidos no processo de manutenção e estruturação da instituição, um objetivo maior no que se refere à subsistência pura e simples de manter a escola tal como se encontrava em 1984. A ideia era ampliar o atendimento educacional da Escola Santa Clara para pessoas com outros tipos de deficiência, visto que, até o presente momento, a instituição subsidiada pela prefeitura municipal somente atendia, e ainda de maneira insuficiente, a onze deficientes auditivos (ARCSPCG, 1984).

As instituições escolares, segundo Magalhães (2004),

[...] são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante. (MAGALHÃES, 2004, p. 127),

Em outras palavras, o autor tem as instituições escolares como uma “epistemologia de uma totalidade”, na qual estão inseridos valores, concepções, políticas públicas, interesses, etc. Por essa razão, Saviani (2005) compactua com Magalhães (2004) ao corroborar que as instituições escolares formam

[...] uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entrededendo e projetando futuros(s) pessoais, através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 2004, p. 61-62)

Observado o panorama social, os arranjos políticos e os interesses civis por meio dos documentos levantados na pesquisa, compreende-se que com o advento da Pestalozzi a escola teria a oportunidade de ampliar sua oferta de vagas também para alunos com outros tipos de deficiências e, além da prefeitura municipal de Catalão, poderia, com o *status* de entidade filantrópica (que se tratava a Sociedade Pestalozzi), firmar outros convênios, que alavancariam recursos financeiros

suficientes para implementar toda a estrutura necessária e ideal almejada para o atendimento dos deficientes que se matriculassem.

Com a Pestalozzi, a escola ampliou o atendimento a alunos portadores de deficiência mental, atingindo a matrícula de 37 alunos no ano de 1984 (PPP, 2010).

Neste período, havia forte procura por vagas nesta instituição de ensino. E, em função da ampliação do número de vagas ofertadas, a instituição precisou de um espaço mais amplo para atendimento dos alunos e foi transferida para um novo prédio, da antiga Fundação Municipal do Bem Estar do Menor – FUMBEM, situada à Rua João Netto de Campos, no Bairro Mãe de Deus, cedido pela Prefeitura Municipal de Catalão (PPP, 2010).

Segundo o referido ESPCGO (1984), a Sociedade Pestalozzi ficou responsável por angariar recursos para que os serviços que se relacionavam a pesquisas médicas-psicopedagógicas, de orientação educacional e vocacional, de ensino especializado ao deficiente, de terapia ocupacional, de formação para o lar, de atividades físicas, recreativas e artísticas que pudessem ser ofertadas pela escola.

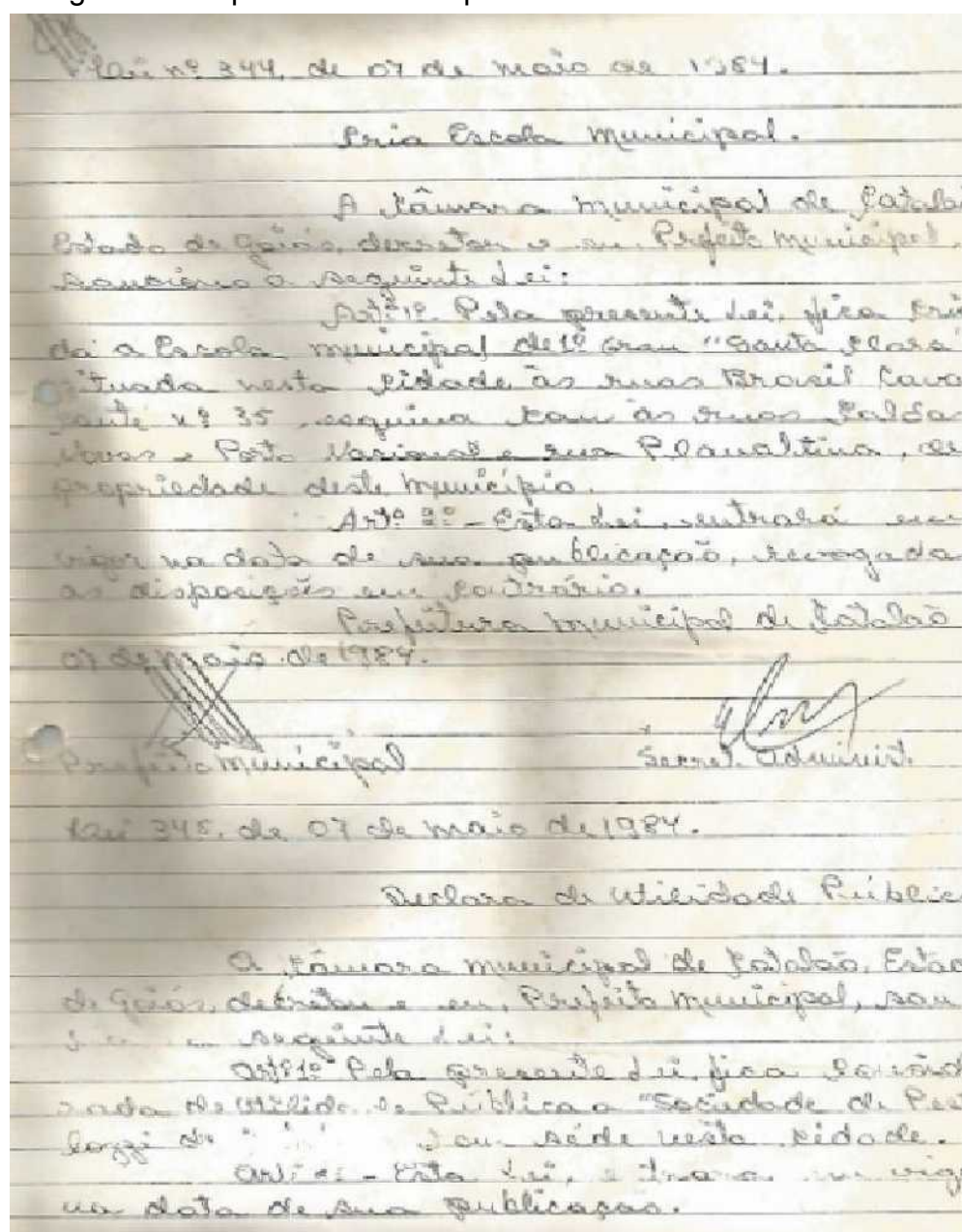
Naquelas circunstâncias, por meio da Sociedade Pestalozzi foi possível realizar os arranjos e organizar a escola Santa Clara para a oferta deste tipo de ensino/assistência às demais deficiências, por meio de convênios firmados com outras esferas governamentais e outras entidades, ampliando as possibilidades de captação de recursos, diferente do período anterior em que a escola era mantida apenas pela Prefeitura Municipal de Catalão.

Mesmo com a implantação da Sociedade Pestalozzi de Catalão, entidade beneficente, sem fins lucrativos, principal responsável por subsidiar a Escola Santa Clara, o convênio com a Prefeitura Municipal foi mantido. A viabilidade de funcionamento e estruturação da escola se daria pela legalidade das ações, isto é, por força de legislação aprovada no âmbito do legislativo municipal. Dessa forma, o prefeito de Catalão, o Exmo. Sr. Haley Margon Vaz, apresentou a proposta e sancionou a Lei que caracterizou a instituição como municipal e de utilidade pública, permitindo assim que, legalmente, a mesma tivesse (também como as escolas de primeiro grau do município) acesso a subsídios municipais destinados à educação, conforme pode ser observado na Figura 3 que trata da cópia da Lei Municipal nº. 344 de 07 de maio de 1984 e da Lei 345 de mesma data, cópia esta encontrada nos acervos documentais da escola, haja vista que os recursos públicos não poderiam

ser aplicados em uma instituição de ensino que não fosse de responsabilidade pública do município.

Obviamente que ao se apropriar do texto oficial, o pesquisador dispõe da força do argumento legal que constituiu a natureza pública da instituição, assim como sua vinculação enquanto entidade pública municipal. Tal opção tem o mérito de reunir dados e informações dispersas em distintas fontes e torná-las acessíveis no corpo da dissertação. Contudo, permanecem em aberto os trâmites da referida lei, assim como possíveis conflitos e disputas que porventura tenham se interposto à propositura desse certame. Não fora prioridade da pesquisa enveredar por essa seara, que implicaria no cruzamento de outras fontes históricas, que devido ao prazo de conclusão do estudo não puderam ser ampliadas.

Figura 3 – Cópia da Lei Municipal nº. 344 de 07 de maio de 1984.⁵



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Nesta fase, a escola se constitui como instituição municipal, contando com a Sociedade Pestalozzi enquanto entidade legalmente estabelecida para efetuar a captação de recursos e celebrar os convênios e parcerias com distintos entes federados e empresas privadas, assim como fundações e autarquias.

⁵ Lei da criação da Escola Municipal de 1º grau, denominada "Santa Clara", e Lei Municipal nº. 345 de 07 de maio de 1984, que caracteriza a Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO como entidade de Utilidade Pública.

3.4. A Captação de Recursos da Escola Santa Clara - Associação Pestalozzi de Catalão-GO

Em 20 de março de 1984, segundo a Ata de Reunião para a Aprovação dos Estatutos da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARAESPC (1984), os termos do Estatuto foram criados, discutidos e aprovados, ficando claro que uma das garantias de sustento da Pestalozzi, e conseqüentemente da Escola Santa Clara, far-se-ia por meio do pagamento de mensalidades por parte dos sócios contribuintes e efetivos (estes últimos, poderiam fazê-lo, mas não eram obrigados), além de doações ou prestações de serviços realizadas pelos chamados sócios beneméritos à referida instituição. Em muitas atas é recorrente o apelo para conseguir novos sócios contribuintes ou beneméritos, que deveriam ser conseguidos pelos membros da Diretoria da Sociedade, os quais deveriam convidar outras pessoas para fazerem parte da Organização.

Em Ata da Reunião do Dia Vinte e Nove do Mês de Março de Hum Mil e Novecentos e Oitenta e Quatro – ATA29031984 (1984) foi constituída uma Comissão exclusiva para Divulgação e Levantamento de Fundos em prol da Pestalozzi. Tal iniciativa atesta o empenho de ações formais para a captação de recursos, assim como a mobilização de colaboradores em prol da proposta da Escola Especial, de modo que, aproximadamente sete meses depois, conforme registra a Ata da Reunião do Dia Vinte e Três do Mês de Outubro de Hum Mil e Novecentos e Oitenta e Quatro – ATA23101984 (1984), a instituição já contava com 107 sócios contribuintes, sendo toda a renda direcionada para a manutenção das ações em andamento. Observa-se que em um tempo relativamente curto a eficácia das ações é comprovada pela abrangência quantitativa do número de sócios, assumindo o compromisso com as subvenções financeiras para a Escola Especial.

Com a criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão iniciou-se um trabalho por parte da equipe diretiva para angariar recursos que garantissem a subsistência da Escola Santa Clara, de forma que a instituição pudesse atender adequadamente aos alunos deficientes já matriculados com a finalidade de ampliar o número de vagas ofertadas à comunidade de Catalão e região.

A Prefeitura Municipal de Catalão continuou presente no provimento de algumas ações. Na Ata da Reunião do Dia Doze de Fevereiro de Hum Mil e

Novecentos e Oitenta e Cinco – ATA12021985 (1985) lê-se “A Sociedade Pestalozzi continuará contando com a ajuda da Prefeitura no que se refere a material permanente, no mobiliário, na assistência médica” (ATA12021985, 1985, p.11v), também na Ata da Reunião do Dia Vinte e Cinco de Maio de Hum Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco – ATA25051987 (1987) a Presidente da Pestalozzi comunicou “do transporte gratuito que foi conseguido por intermédio dos pais junto a prefeito desta cidade para a locomoção das crianças dependentes”. (ATA25051987, 1987, p. 18v).

Nota-se que os textos oficiais, no caso os registros em ata, priorizam as ações efetivas firmadas entre diferentes entidades pública e privadas, enquanto os possíveis conflitos, disputas ou situações controversas não adentram as entrelinhas dos discursos oficiais.

Ao verificar os documentos oficiais no acervo da Escola, percebe-se que havia, periodicamente, a renovação dos convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi, conforme pode ser observado na descrição dos documentos abaixo:

- 1) Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi de Catalão do ano de 1992. Este tinha o prazo de 02 anos de duração, ou seja, estaria vigente até setembro de 1994. Conforme acordado, a Pestalozzi teria acesso à dotação orçamentária referente a três rubricas: a de Educação Precoce, a de Manutenção da Rede de Ensino Especial e a de Outros Serviços e Encargos. Além disso, a Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992, era a encarregada de pagar as taxas de água e energia elétrica da Escola Santa Clara.
- 2) Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi de Catalão do ano de 1994. O presente tinha o prazo de 02 anos de duração, ou seja, estaria vigente até setembro de 1996. Conforme acordado, a Pestalozzi teria acesso à dotação orçamentária referente a três rubricas: a de Educação Precoce, a de Manutenção da Rede de Ensino Especial e a de Outros Serviços e Encargos. Além disso, a Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992 alterada pela Lei nº. 1.301 de 08/09/1993, era a encarregada de pagar as taxas de água e energia elétrica consumidas pela Escola Santa Clara, além disso, a prefeitura colocaria à disposição da Escola

Santa Clara de Catalão 02 Merendeiras, 02 Professoras, 02 Auxiliares de Serviços, 01 Fisioterapeuta e 01 Fonoaudiólogo e também executaria o transporte de alunos e professores de suas residências até a Escola Santa Clara e vice-versa.

- 3) Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi de Catalão do ano de 1997. Tinha o período de validade de 02/01/1997 a 31/12/1998. Conforme acordado, a Pestalozzi teria acesso à dotação orçamentária referente a três rubricas: a de Educação Precoce, a de Manutenção da Rede de Ensino Especial e a de Outros Serviços e Encargos. Além disso, a Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992 alterada pela Lei nº. 1.301 de 08/09/1993, era a encarregada de pagar as taxas de água e energia elétrica consumidas pela Escola Santa Clara e foi colocados à disposição da Escola Santa Clara de Catalão 02 Merendeiras, 02 Professoras, 02 Auxiliares de Serviços, 01 Fisioterapeuta e 01 Fonoaudiólogo e a Prefeitura Municipal de Catalão ainda executaria o transporte de alunos e professores de suas residências até a Escola Santa Clara e vice-versa.
- 4) Termo de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Sociedade Pestalozzi de Catalão do ano de 1997. Contava com o período de vigência de 01/01/1999 a 31/12/2004. Conforme acordado, a Pestalozzi teria acesso à dotação orçamentária referente a três rubricas: a de Educação Precoce, a de Manutenção da Rede de Ensino Especial e a de Outros Serviços e Encargos. Além disso, a Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992 alterada pela Lei nº. 1.301 de 08/09/1993, era a encarregada de pagar as taxas de água e energia elétrica consumidas pela Escola Santa Clara, colocar à disposição da mesma 02 Merendeiras, 02 Professoras, 02 Auxiliares de Serviços, 01 Fisioterapeuta e 01 Fonoaudiólogo e executaria o transporte de alunos e professores de suas residências até a Escola Santa Clara e vice-versa.

Na eminência de buscar outros recursos além daqueles já assegurados pelo governo municipal de Catalão, a Diretoria da Sociedade procurou também firmar convênio com a Secretaria Estadual da Educação de Goiás a partir do ano de 1985, no intuito de promover uma parceria que também auxiliasse a instituição por meio de recursos oriundos do estado (PPP, 2010).

Foi protocolado um processo na Secretaria Estadual da Educação com base na legislação estadual: Resolução nº. 969 de 30 de janeiro de 1973, que dispõe sobre os pedidos de autorização condicional para efeito de funcionamento de unidade de ensino de 1º e 2º graus, unido a ele estava também disposta a Resolução nº. 256 de 26 de dezembro de 1979, que fixa normas para autorização de funcionamento de estabelecimentos de Educação Especial no estado de Goiás, a Resolução nº. 107 de 07 de julho de 1983, que estabelece normas para organização de processo, e a Lei Estadual nº. 9.526 de 26/09/1984, que declarava a Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO como uma entidade de utilidade pública no âmbito Estadual, o que proporcionou, em 1985, que fosse firmado o convênio junto à Rede Estadual de Ensino, Secretaria da Educação do Estado de Goiás - Superintendência do Ensino Especial.

Com a concretização do Convênio Estadual, o corpo docente disponibilizado para atender aos 60 alunos matriculados na instituição, no ano de 1985, foi ampliado e foram ainda disponibilizados 10 servidores administrativos para que o funcionamento fosse melhorado (ATA12021985, 1985).

O Processo nº 11102756, que trata da Renovação de Convênio para o ano de 1998 – referente ao Convênio Total que entre si celebram o Estado de Goiás por meio da Secretaria de Educação e Cultura e a Sociedade Pestalozzi de Catalão, mantenedora da Escola Santa Clara, também confirma tal Secretaria para atuar na referida Escola, visto que, conforme acordado e documentado, a Secretaria do Estado deveria ceder pessoal docente e administrativo, relativo ao quadro de pessoal estritamente necessário ao desenvolvimento das atividades funcionais realizadas na Escola Santa Clara de Catalão.

Em 1998, a Pestalozzi de Catalão consegue, por meio do Decreto nº. 2.512 de 09 de março de 1998, a declaração de entidade de utilidade pública, em âmbito Federal, com a finalidade de firmar parceria com a união para o recebimento também de recursos oriundos desta rede governamental, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (PPP, 2010).

A Sociedade Pestalozzi, mantenedora da Escola Santa Clara de Catalão, além dos subsídios financeiros, estruturais e humanos recebidos de seus sócios, civis e das três esferas governamentais, desde sua concepção, durante todo esse período do recorte temporal abordado na pesquisa (1982-2000) periodicamente obteve vários donativos para fins de sua subsistência e manutenção. De acordo com

a ATA29031984 (1984), já em 29 de março de 1984 foi instituída a Comissão de Divulgação e Levantamento de Fundos que tinha por finalidade divulgar a instituição, angariar recursos financeiros e donativos de qualquer espécie que pudessem ser utilizados no custeio e ampliação da instituição em questão.

Sobre as doações pode-se citar alguns exemplos descritos nas mais diversas Atas. Havia entidades/pessoas/instituições que realizavam doações financeiras à Sociedade Pestalozzi ainda no ano de 1984: empresas do setor industrial de Catalão; instituição filantrópica como a maçonaria; bancos estatais e privados; Paróquia Mãe de Deus de Catalão; Paróquia São Francisco de Catalão; pessoas da sociedade civil; empresas locais; dentre outras.

Havia, também, a arrecadação proveniente: da venda de produtos de artesanato confeccionados por alunos, diretoria e sócios contribuintes; da realização de jantares, eventos, festas, gincanas e bingos; da venda de produtos sobressalentes (aqueles que sobravam e não eram consumidos pelos alunos da instituição) oriundos da horta da escola, que se tratava de um projeto que a instituição desenvolvia em um terreno cedido por uma pessoa da sociedade civil.

A instituição recebia doação de lanches, materiais de construção, cadeiras de rodas, telas de pintura, roupas, bicicletas, geladeiras, eletrônicos, eletrodomésticos, artigos de cozinha, máquina de escrever, máquina de costura, materiais didáticos, jóias de pessoas da sociedade civil e etc.

De acordo com a Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão, datada de 13 de maio de 1989 – ARSPC13051989 (1989), a Direção da Escola Santa Clara de Catalão também trabalhava com ações paralelas à Sociedade Pestalozzi a fim de arrecadar outros recursos, que pudessem ser usados na manutenção e ampliação da instituição. Ela conseguiu, por exemplo, com a ajuda da Prefeitura Municipal de Catalão, um convênio com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, de Goiânia, que garantiu recursos financeiros que foram usados inicialmente para a compra de aparelhos auditivos.

Enfim, ressalta-se que além dessas doações para a Escola Santa Clara e Associação Pestalozzi de Catalão mais três outras se destacam no panorama de subsídios/doações conseguidos por esta instituição.

A primeira delas refere-se à Verba da Legião Brasileira de Assistência – LBA. De acordo com a Ata da Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão para Esclarecimentos da Verba da LBA – ARDSPCEVLBA (1988), datada de 25 de

agosto de 1988 a LBA, entidade filantrópica firmou um contrato com a Escola Santa Clara/Sociedade Pestalozzi de Catalão e passou a oferecer um recurso financeiro para auxílio na manutenção de um projeto de tratamento de reabilitação da pessoa portadora de deficiência com idade entre 0 e 27 anos, recurso este gerido diretamente pela Direção da Escola Santa Clara de Catalão na época.

A segunda refere-se à doação de um terreno (local onde fora construída a sede própria da Escola Santa Clara, ainda ativa atualmente neste endereço). Conforme a Ata da Reunião do Dia 25/05/1987 – ATA25051987 (1987), o terreno foi doado pelo Senhor Álvaro de Mendonça Netto e estava nesta data com sua escritura já legalizada. De posse do novo Terreno, a equipe gestora da Sociedade Pestalozzi passou então a buscar recursos para a construção de sua sede própria.

É nesse contexto, após garantir essas condições de base, que se consegue a terceira e mais expressiva doação que possibilitou a edificação da sede própria. A Fundação LORD MICHELLIN da Suíça, segundo a Ata da Reunião da Diretoria, Conselho Fiscal e Deliberativo da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO – ARDCFDSPC (1990), realizou uma doação em dólares para a construção da Escola Santa Clara em terreno próprio. De acordo com o PPP (2010), a Escola Santa Clara de Catalão passou a funcionar em sede própria em fevereiro de 1992, com uma área de 5.000 m², sendo 2.218 m² de área construída especialmente para atender ao aluno de acordo com suas necessidades individuais.

É possível perceber nas diversas fontes documentais levantadas na pesquisa que a busca pela consolidação da Escola Santa Clara de Catalão como instituição de ensino especializado foi o que levou à criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão, visto que a escola que ali existia, que ofertava esse tipo de atendimento, funcionava de forma precária, pois os recursos conseguidos/ofertados por parte do governo municipal para a mesma eram escassos e não atendiam à demanda financeira que a instituição exigia/necessitava para que pudesse manter o “tão sonhado” atendimento inédito, diferenciado e multidisciplinar que abordava áreas médicas, psicológicas, pedagógicas e educacionais.

No entanto, o gerenciamento de todas as ações de interesse da escola por meio da Sociedade Pestalozzi não é algo tranquilo. Na leitura de diversos documentos ficam evidentes os indícios de conflitos, discordâncias no que se refere à gestão dos recursos, como se pode perceber em partes da Ata para Resolução da Verba da LBA – ARVLBA, de 13/09/1988, que expressa:

Dando início a reunião, o Senhor Presidente do Conselho deliberativo explicou aos presentes a sua luta, aflição (...) juntamente com a vice-presidente (...), para se chegar a um consenso entre Sociedade Pestalozzi e Diretora da Escola Santa Clara com relação a verba da LBA (ARVLBA, 1988, p.01).

Obviamente que para operacionalizar todas as frentes, manter todas as ações em andamento, exercitar o consenso quanto à destinação de recursos, a escala de prioridades dadas as características do atendimento multifuncional, por certo o amplo entendimento entre a diretoria da Sociedade Pestalozzi e a equipe gestora da Escola, não seriam um processo tranquilo em função de diferentes visões de gestão e definição de prioridades conforme observado na ARVLBA (1988).

Outrora, conforme pode ser observado na citação abaixo da Ata de Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARDSPC (1989), as preocupações são evidenciadas não apenas em relação às decisões relacionadas aos recursos, mas também à prestação de contas, no caso em destaque se refere à verba recebida da LBA:

Posteriormente a Presidente levou ao conhecimento dos presentes da existência de uma verba destinada a Escola Santa Clara pela LBA que não teve o controle da Sociedade Pestalozzi, razão porque solicitou da nova diretoria que fossem realizadas diligências no sentido de apurar a existência real da verba, sua origem e regular a aplicação (ARDSPC, 1989, p.03).

As disputas de poder sobre a autonomia na arrecadação de recursos entre a Sociedade Pestalozzi e a Escola Santa Clara também seriam recorrentes, conforme observado na Ata da Reunião da Diretoria desta Sociedade para Esclarecimento da Promoção Conjunta Escola Santa Clara e Academia Esbelt - ARDSEPCESCAE (1989), em exposição da presidente da Pestalozzi:

prestou esclarecimentos diversos sobre a nova diretoria frisando as senhoras presentes que a Sociedade Pestalozzi sendo uma entidade mantenedora da Escola Santa Clara, não pode ficar a parte do que ali se passa, justificando assim sua participação a partir de agora na promoção de um jantar anteriormente programado pela direção da referida escola, juntamente com a Academia Esbelt, desta cidade, visando angariar fundos que serão igualmente divididos por ambas entidades... (ARDSEPCESCAE, 1989, p.02).

.Observa-se nos registros avulsos e documentos que a Pestalozzi envidou esforços no sentido de organizar e estruturar social, política e financeiramente a instituição, por meio do empenho na arrecadação de recursos de modo a assegurar a estabilidade almejada pela unidade escolar.

Na Escola Santa Clara, a Sociedade Pestalozzi, ao celebrar os distintos convênios com o município, governo estadual e autarquias, embora tenha jurisdição municipal, sua manutenção tem vínculos com diferentes entes federados, empresas privadas e autarquias. É por meio da Sociedade Pestalozzi que se garante a execução do projeto multifuncional e multidisciplinar da instituição. O foco das parcerias e convênios era o provimento de recursos para a manutenção do atendimento da Escola Santa Clara aos portadores de Necessidades Especiais. Assim, a operacionalidade do sistema misto não é feita pela Escola, mas pela entidade mantenedora, ou seja, pela Sociedade Pestalozzi.

Dentre os apontamentos e indagações que podemos ser extraídos dos dados apresentados nos diferentes quadros, especialmente na composição dos cargos e funções da Sociedade Pestalozzi, chama a atenção algumas outras ocorrências, tais como: a alternância dos mesmos profissionais na hierarquia da entidade por um extenso período de tempo e a permanência dos membros na Diretoria Executiva nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Será que a mobilização original da sociedade teria se restringido a poucos interessados em alavancar o projeto da Escola? Ou isso seria indício de outros fatores como disputas internas?

As ausências também são notórias, na medida em que os nomes que aparecem nas primeiras iniciativas do suposto projeto de uma Escola Especial, na cronologia histórica até meados de 1984, desaparecem dos documentos. Salvo a presença nas primeiras atas, embora tenha incentivado e aberto os caminhos iniciais indicando que criação da Sociedade Pestalozzi era condição para que a Escola deixasse de ser uma intenção voluntária e se materializasse, parte do grupo de origem deixa de existir na documentação oficial. Da intenção e projeção inicial, o que teria se efetivado: a Escola Santa Clara conduziu com autonomia uma organização provedora como meio para se chegar aos fins do projeto institucional, ou a Sociedade Pestalozzi, revestida de sua autonomia jurídica e administrativa, supostamente teria assumido o projeto da Escola Santa Clara, determinando os contornos e direcionamentos distintos? São indagações complexas e, talvez, a documentação oficial não permita explicitar todas as facetas desta relação. Contudo,

observa-se nos encaminhamentos formais e nos desdobramentos ao longo do período que a instituição se materializou e se consolidou, assumindo um formato diferenciado, com atendimento multifuncional.

Uma indagação que se impõe nesse processo de investigação a respeito da dubiedade das duas organizações montadas para fins convergentes, qual seja, a constituição da Escola Santa Clara, sua manutenção e provimento, respaldada pela Sociedade Pestalozzi, é que: se todos os convênios, parcerias e recursos tinham como atividade fim a existência e funcionamento da Escola Santa Clara, o que justificaria os possíveis conflitos, divergências e contradições entre as duas instâncias?

Uma ONG, embora tenha interesse e destinação pública, pressupõe um organismo independente, com estatutos e regulamentos distintos da funcionalidade de uma instituição escolar pública. Ou seja, possui autonomia de gestão e atuação em relação à escola. Há de se supor que os próprios sujeitos envolvidos diretamente nos centros decisórios, na eminência de cumprirem suas funções tanto na escola quanto na sociedade, talvez nem tenham se apercebido dessa dinâmica e de suas contradições. Se num primeiro momento a saída encontrada para assegurar os recursos necessários para o provimento da Escola foi compor uma entidade público-privada, os desdobramentos alusivos à legalização e à operação dos processos mostraram-se complexas, na medida em que se impõem duas equipes gestoras com fins e objetivos distintos, nem sempre alinhados. Há outras variáveis que podem ser levantadas e analisadas, como a natureza do vínculo da equipe diretiva da Sociedade Pestalozzi, assim como a origem dos profissionais que atuaram na Escola, dentre outras. Possivelmente, a Escola Santa Clara e a Sociedade Pestalozzi em Catalão tenham protagonizado uma experiência inédita que caracteriza as fronteiras da chamada parceria público-privada, permeada por desafios internos e determinantes operacionais que demarcaram os limites e dificuldades visualizadas no percurso dos dezoito anos em que o projeto da instituição foi edificado e estruturado dentro da conformação multifuncional do atendimento especializado.

A relação entre duas equipes compostas pela Diretoria da Escola e pela Diretoria da entidade denominada Sociedade Pestalozzi de Catalão, ambas oficializadas com a finalidade de prover e manter em funcionamento a Escola Santa Clara, é algo que precisa ser melhor caracterizado e conhecido, visto que os

indicativos e amostras levantadas nessa investigação por meio dos documentos oficiais são ainda passíveis de lacunas.

No entanto, percebe-se que na delimitação do que foi a instituição e como se constituiu, os documentos consultados asseguram a caracterização suficiente para dimensionar sua trajetória histórica no período de recorte, devidamente sustentada pelas fontes oficiais preservadas e consultadas.

Enquanto exercício de síntese parcial extraída dos dados oficiais expostos nesse capítulo, é possível afirmar que houve uma convergência de interesses políticos acionados por pessoas da comunidade local, por profissionais de diferentes especialidades com os gestores que estiveram à frente da municipalidade à época. Fica evidenciada a disposição em canalizar recursos oriundos de diversas fontes em prol da proposta da Escola Especial e da efetiva estruturação do projeto multifuncional e multidisciplinar. É o que indica as fontes consultadas.

4 CAPÍTULO III – ESCOLA SANTA CLARA: ESTRUTURA MULTIFUNCIONAL PARA UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E MULTIDISCIPLINAR

O argumento que mobiliza a composição desse capítulo situa a natureza multidisciplinar da escola Santa Clara. Nesse sentido, não é possível uma descrição densa dos aspectos pedagógicos descolados de outras relações internas e externas que permeiam o processo de construção e consolidação da escola no período. Ao manusear a massa de fontes diversas que contém informações sobre a sua organização interna, optou-se pelo recurso da amostragem como alternativa para demonstrar a natureza multifuncional e multidisciplinar da escola, por meio das ações e unidades de trabalhos que foram operacionalizadas, gradativamente, ao longo do período investigado.

O provimento e a captação de recursos diversos necessários à manutenção das unidades e etapas propostas tiveram o respaldo da Sociedade Pestalozzi em conjunto com a direção da escola, sendo que a primeira foi constituída para se responsabilizar pela legalidade da captação financeira. Aliada a esta estrutura oficializada, o protagonismo dos profissionais que estiveram à frente da instituição e da sociedade foi determinante nas relações da escola com a sociedade local, assim como na abrangência do atendimento educacional e clínico oferecido aos alunos. A inserção dos profissionais junto às empresas e ao poder público possibilitaram mediações e parcerias diversas que vitalizaram as ações internas e externas.

Portanto, o capítulo em questão faz um desenho da arquitetura estrutural e pedagógica da instituição, abordando: os dados extraídos das fontes documentais são caracterizados e descritos nas particularidades dos projetos e ações multidisciplinares que compuseram o atendimento especializado da escola no período investigado; a funcionalidade dos espaços e as especificidades de setores e atividades; o que foi implementado e com quais finalidades; e a abrangência do ensino especializado proposto e desenvolvido pela instituição. Neste capítulo é caracterizada a instituição em sua arquitetura interna, organização pedagógica e estrutural.

4.1 Da Estrutura Física Institucional

De acordo com Buffa, diversas são as categorias que devem ser observadas

na investigação sobre a concepção de uma escola:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade. (BUFFA, 2002, p. 27).

Uma das categorias que deve ser abordada é a caracterização e utilização do espaço físico da instituição.

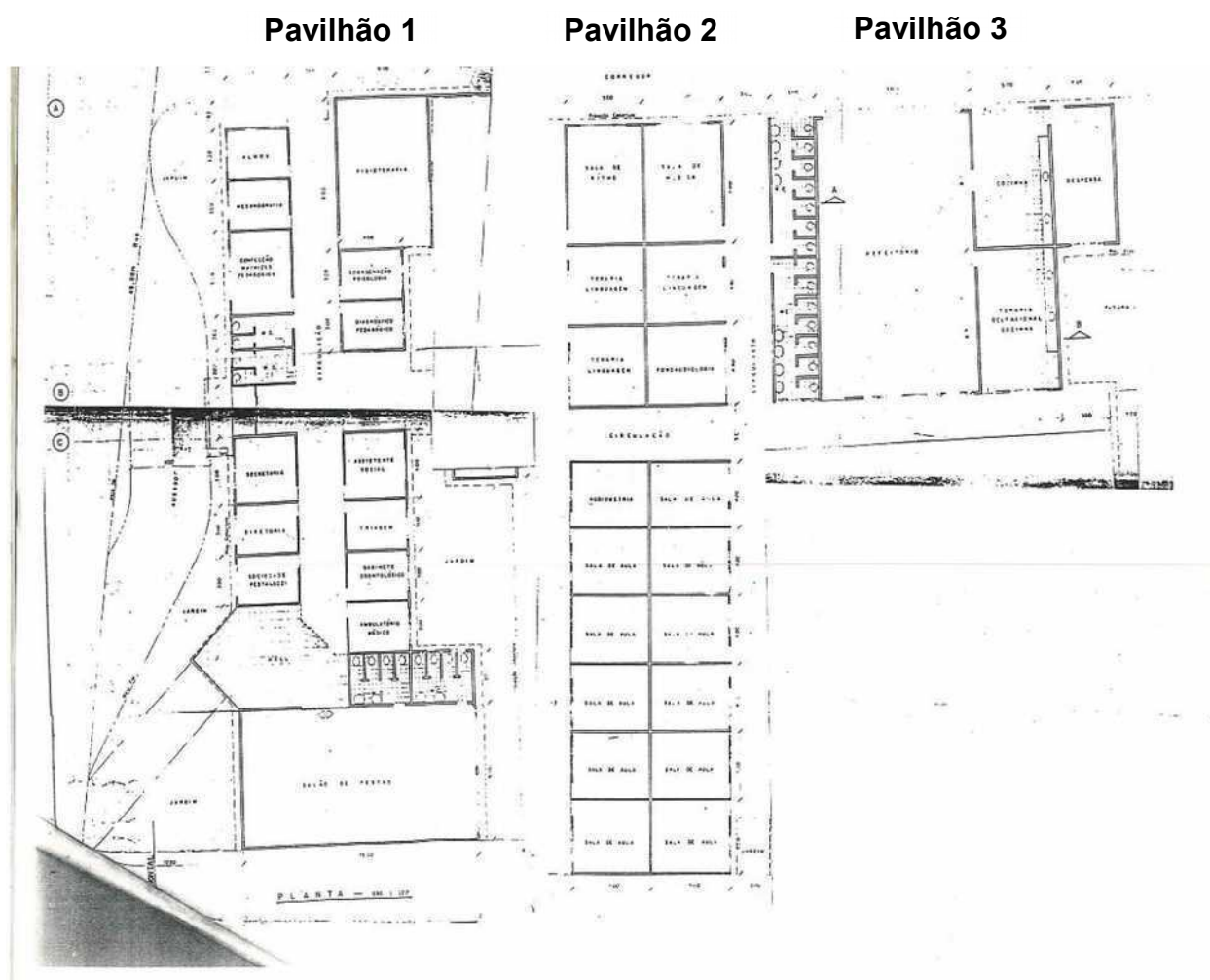
A escola Santa Clara funcionou até 1987, como já mencionado, em diversos bairros da cidade de Catalão-GO, sempre em prédios cedidos. Em 27 de março de 1987, segundo a Escritura de Doação lavrada no Cartório do 1º Ofício – Comarca de Catalão-GO, o comerciante Sr. Álvaro de Mendonça Netto doou para a Sociedade Pestalozzi um terreno situado no município de Catalão-GO, à Rua Boiadeiros, lado par, distante 191,80m da Avenida das Américas, com área total de 5.000m², bairro Vila Cruzeiro II. E, em 1989, iniciou-se a construção da sede própria com recursos oriundos de doações da Fundação LORD MICHELLIN – Suíça no referido terreno doado (PPP, 2010).

Em 1992, com a sede própria já construída, transferiu-se em definitivo para a Vila Cruzeiro II. Conforme o PPP (1993), a Escola, no período, funcionava em prédio próprio, tendo 2.218 m² de área construída especialmente para atendimento de alunos com deficiência. A área construída era constituída de três pavilhões.

Possui 17 salas amplas, ventiladas e confortáveis, inclusive salas especiais destinadas aos vários tipos de atendimentos, bem como gabinete dentário, auditório, refeitório, dispensa, almoxarifado, área de serviço, banheiros sendo: masculino e feminino (com 04 sanitários e 02 chuveiros cada um); amplo pátio com jardins, etc.
Em fase de acabamento mais um pavilhão onde deverá funcionar a parte administrativas e salas especializadas. (PPP, 1993, p.8).

De acordo com a cópia da planta baixa de corte encontrada no acervo documental da instituição pesquisada, percebe-se que a escola foi projetada considerando-se a ideia de três pavilhões, conforme Figura 4:

Figura 4 – Cópia da Planta Baixa de Corte da sede própria da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi construída na Vila Cruzeiro II, Catalão-GO, concluída em 1992.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Na descrição da planta baixa de corte – Figura 4 -, o primeiro pavilhão conta com sala para Almoxarifado, Mecnografia, Confecção de Matrizes Pedagógicas, Sanitários, Secretaria, Diretoria, Sociedade Pestalozzi, Hall, Fisioterapia, Coordenação Psicológica, Diagnóstico Pedagógico, Assistente Social, Triagem, Gabinete Odontológico, Ambulatório Médico, Sanitários, Salão de Festas, Jardins e Corredores de Circulação.

No segundo pavilhão há Salas: de Ritmo, de Terapia de Linguagem (três unidades), de Música, de Fonoaudiologia, de Audiometria e Salas de Aulas (onze unidades), além dos Corredores de Circulação e Jardins.

O terceiro pavilhão possui Refeitório, Cozinha, Sala de Terapia Ocupacional – Cozinha, Despensa, Jardins e Corredores de Circulação.

Ainda segundo o PPP (1993), a escola “está localizada em bairro afastado,

com poucas ruas asfaltadas, mas de fácil acesso para os alunos, uma vez que contam com duas „kombs“ à disposição e com transporte urbano para funcionários.” (PPP, 1993, p.8).

Seguem as Figuras 05, 06 e 07, que tratam das imagens da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi.

Figura 05 – Imagem da sede própria da Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi construída na Vila Cruzeiro II, Catalão-GO, ano de referência: 1994.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Figura 06 – Imagem do Corredor Interno do Pavilhão II - Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi - ano de referência: 1996.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Figura 07 – Imagem do Corredor Interno, Lateral Esquerdo, Paralelo aos Pavilhões - Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi - ano de referência: 1996.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

No que se refere ao aspecto mobiliário, de acordo com o PPP (1993), a instituição contava com número suficiente de carteiras, filtros, mesas, cadeiras, armários, arquivos, cômodas, bicamas, berços, colchões, colchonetes, cadeiras de roda, equipamentos para fisioterapia, terapia da fala e ainda com consultório dentário em funcionamento. Possuía também material pedagógico de qualidade que atendia aos alunos nas suas especificidades, televisão, vídeo cassete, aparelhos de som, blocos lógicos de madeira e de espuma, fantoches, brinquedos pedagógicos, mimeógrafos, máquinas de datilografar, etc.

Ao observar a estrutura arquitetônica/estrutural desta escola é possível perceber que o ensino ali vislumbrado não era ofertado de forma tradicional como ocorria, na época, nas demais escolas do município.

A escola tradicional (convencional ou regular) propõe um espaço e mobiliário próprios a sua disposição, compostos de quadro, mesa de professor, carteiras para alunos e alguns recursos didáticos como gravuras, mapas, globos terrestres, etc. (BUFFA; PINTO, 2011).

Já a Escola Santa Clara era uma instituição que possuía um projeto arquitetônico diferenciado com a finalidade de promover ensino de qualidade, levando em conta as singularidades de sua clientela. Todo um aparato estrutural, assistencial, clínico e pedagógico fora montado com a intenção de se ter uma

instituição de ensino diferenciada que atendesse ao público deficiente e que considerasse/observasse suas especificidades, de forma a proporcionar mecanismos que estimulassem o aluno, a fim de que o mesmo pudesse desenvolver suas potencialidades e, conseqüentemente, pudesse aprender efetivamente. A instituição contava com diversos profissionais tais como: médicos (otorrinolaringologista, neurologistas, etc.), psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, dentistas, etc. Além do atendimento psicológico que era ofertado ao aluno e à família, diversas áreas de apoio ao ensino também eram exploradas objetivando o aprendizado por parte dos alunos, são elas: psicomotricidade, terapia da linguagem, fisioterapia, treino auditivo, educação musical, educação física e etc.

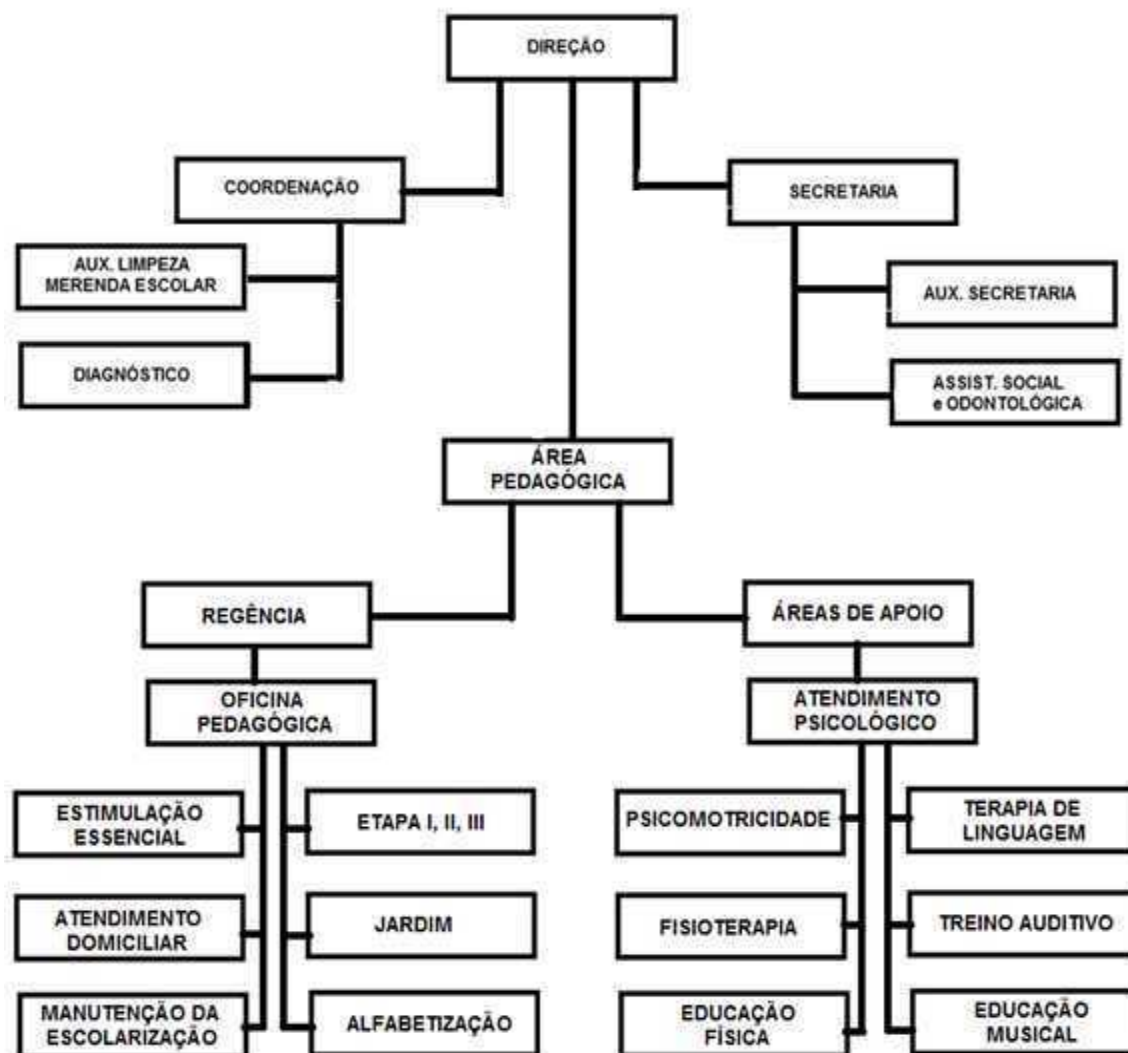
Aspectos alusivos às dificuldades vivenciadas na manutenção e regularidade dessa visionária e complexa proposta de ensino especializado escapam ao disposto nos registros oficiais. Em se tratando de uma equipe com várias vinculações, assim como a presença do trabalho voluntário, permanecem lacunas a respeito da operacionalização de todas as atividades, dadas as características da clientela atendida e das especificidades de composição da equipe multidisciplinar e multifuncional.

4.2 Estrutura Organizacional

4.2.1. Organograma Institucional: Organização da área pedagógica

A Figura 8 (abaixo) com o Organograma da Escola Santa Clara expõe a distinção desta instituição em relação às escolas tradicionais, conforme indica a sua estrutura organizacional.

Figura 8 – Reprodução do Organograma referente a organização institucional da Escola Santa Clara



Fonte: (PPP, 1993, p.4)

A área pedagógica é subdividida em duas outras áreas: Regência e Áreas de Apoio. Vinculadas à Regência estão as Oficinas Pedagógicas: Estimulação Essencial, Etapa I, Etapa II, Etapa III, Jardim, Alfabetização, Atendimento Domiciliar e Manutenção da Escolarização. Esta subdivisão da Regência refere-se a propostas educacionais trabalhadas com os alunos. As áreas de Apoio complementavam a Regência, vislumbrando desenvolver no deficiente atendido o máximo de suas potencialidades e a formação necessária para que o mesmo pudesse se preparar para a vida em sociedade.

Esse fluxograma da organização institucional visualiza a estrutura multifuncional e multidisciplinar da proposta escolar, com abrangência para

diferentes áreas além do ensino. Embora caracterizada como instituição escolar, sua estrutura abarca diferentes especializações, incluindo áreas como assistência social, saúde, terapias, ocupações, socialização e interação com a sociedade.

4.2.2. Dos Profissionais Atuantes na Instituição

Para que fosse possível executar o projeto de uma instituição que ofertava, na época, ensino especializado a pessoas com necessidades especiais, profissionais de diversas áreas se agregaram ao quadro de profissionais que atuavam no desenvolvimento das atividades junto aos discentes na Escola Santa Clara com o intuito de alcançarem sucesso na formação desses alunos.

O Quadro 6 e o Quadro 7, a seguir, descrevem sobre os profissionais administrativos, docentes e demais funções dispostas no quadro funcional que atuavam junto à formação, integração e atendimentos aos alunos deficientes na Escola Santa Clara, no ano de 1993, período este em que a instituição se encontrava consolidada, pois já contava com convênios nos âmbitos municipal, estadual, federal e também com diversas doações de particulares, empresas, indústrias, etc. (PPP, 2010).

Quadro 6 – Pessoal Administrativo – Escola Santa Clara – Amostragem:
Ano de 1993

PESSOAL ADMINISTRATIVO ESCOLA SANTA CLARA – 1993			
Item	Nome	Função	Qualificação
1	Alda de Jesus Mendonça	Aux. Of. de Risco	Magistério
2	Anália M ^a V. Rezende	Coordenadora	Pedagogia – Pós – Graduação em Adm. Escolar
3	Anali de O. Pereira	Aux. Of. de Risco	Magistério
4	Antônio A. Bernardes	Motorista	1º Grau Incompleto
5	Eliene A. Guimarães	Merendeira	1º Grau Completo
6	Hilsa Vieira dos S. Ferreira	Coordenadora	Pedagogia – Pós – Graduação em Plan. Educacional
7	Jane Darc C. S. Martins	Diretora	Pedagogia (Cursando)
8	Jasiva P. Gonçalves	Aux. S. Gerais	1º Grau Incompleto
9	Joana da Silva Marques	Merendeira	1ª Fase – 1º Grau
10	Joana Dulce M. da Costa	Aux. S. Gerais	1º Grau – Incompleto
11	Joel Rodrigues Queiroz	Odontólogo	Odontologia
12	Júlia Leão Barbosa	Secretária Geral	Geografia – Pós – Graduação em Ad. Escolar
13	Lillyan de Lourdes T. Tartuci	Fonoaudióloga	Fonoaudiologia
14	Lívia M ^a . Serradourada	Psicóloga	Psicologia – Pós – Graduação em Linguística
15	Nilva F. Martins	Aux. Of. de Risco	Magistério
16	Márcia Paiva G. da Rocha	Odontólogo	Odontologia
17	M ^a . Cristina F. Ribeiro	Aux. De Serviços	1º Grau-Completo
18	Nilza M ^a . C. Costa	Merendeira	1º Grau-Incompleto
19	Rômulo Lucas Pereira	Fisioterapeuta	Fisioterapia

20	Sebastião Pereira Alves	Horticultor	1º Grau-Incompleto
21	Sônia Castro Iacoub	Merendeira	1º Grau-Incompleto
22	Silvânia M ^a . Mesquita	Psicóloga	Psicologia
23	Terezinha de Jesus	Aux. S. Gerais	1ª Fase – 1º Grau
24	Wilton de F. da S. Araújo	Aux. Administração	2º Grau – Incompleto
25	Zilda Aires S. Oliveira	Coordenadora	Pedagogia – Pós Graduação em A. Escolar

Fonte: (PPP, 1993, p.5) – Organizado por França (2016), a partir de consultas à fonte.

A diversidade de profissionais lotados e à disposição da Escola Santa Clara evidencia a complexidade do atendimento especializado que se estruturou, considerando as diversas demandas e particularidades dos alunos matriculados. A operacionalização de projetos e unidades educativas e terapêuticas também compõe o projeto institucional.

Quadro 7 – Pessoal Docente – Escola Santa Clara – Amostragem: Ano de 1993

PESSOAL DOCENTE ESCOLA SANTA CLARA – 1993				
Item	Nome	Função	Qualificação	Série / Atuação
1	Ana Lúcia da Silva	Aux. Fisioterapia	Letras (Cursando)	Fisioterapia
2	Cynthia D. Martins	Prof. ^a . Ed. Física	Ed. Física	Todas
3	Dinorá R. da S. Araújo	Prof. ^a . En. Especial	Pedagogia (Cursando)	Estimulação
4	Divina de L. Matos	Prof. ^a . En. Especial	Est. Adicionais	Estimulação
5	Fátima P. Carneiro	Prof. ^a . En. Especial	Magistério	Ter. Fala
6	Helena M ^a . A. Gomes	Prof. ^a . Psicomotric.	Magistério	Psicomotricidade
7	Henriqueta O. Solimões	Prof. ^a . O. Pedagógica	Magistério	Trein. de Habilidade
8	Lucimar M. de Paula	Prof. ^a . En. Especial	Pedagogia (Cursando)	Ter. Fala
9	Lúcia N. T. Lorenzi	Prof. ^a . O. Pedagógica	Magistério	Trein. de Habilidade
10	M ^a . Antonieta N. Paixão	Prof. ^a . O. Pedagógica	Magistério (CADES)	Hortaliça
11	M ^a . Aparecida C. Araújo	Prof. ^a . En. Especial	Magistério	Estimulação
12	Augusta D. Ferreira	Prof. ^a . En. Especial	Magistério (LUMEN)	Estimulação
13	Canedo Souto	Prof. ^a . En. Especial	Pedagogia (Cursando)	Etapa I
14	M ^a . da Luz Assunção	Prof. Ed. Musical	Magistério	Ed. Musical Especializada
15	M ^a . de Jesus M. Duarte	Aux. Fisioterapia	Magistério	Fisioterapia
16	M ^a . de Jesus Mesquita	Prof. T. de Fala	Est. Adicionais	Ter. Fala
17	M ^a . de Lourdes S. Duarte	Assis. Social	Assis. Social	Social
18	M ^a . do Rosário M. Pereira	Prof. ^a . En. Especial	Letras (Cursando)	Atendimento Domiciliar

19	M ^a . Helena Marques	Prof. ^a . Especial	En.	Magistério	Etapa II
20	M ^a . Joana D. Paranhos	Prof. ^a . Especial	En.	Est. Adicionais	Alfabetização / Jardim
21	M ^a . Lúcia S. Ferreira	Prof. ^a . Pedagógica	O.	Pedagogia – Pós – Grad. A. Escolar	Oficina Protegida
22	M ^a . Senhorinha F. Nunes	Prof. ^a . Especial	En.	Letras (Cursando)	Estimulação
23	Marlene Tavares Netto	Prof. ^a . Especial	En.	Magistério	Etapa II
24	Mirna A. F. Silva Assis	Prof. ^a . Psicomotric.		Pedagogia – Pós Grad. A. Escolar	Psicomotricidade
25	Mônica P. Guimarães	Prof. Ed. Musical		Pedagogia – Pós Grad. A. Escolar	Ed. Especializada Mus.
26	Romilda M. R. da Silva	Prof. ^a . Especial	En.	Pedagogia (Cursando)	Etapa I
27	Sandra N. Monteiro	Prof. ^a . Especial	En.	Pedagogia (Cursando)	Atendimento Domiciliar
28	Tânia V. B. Peixoto	Prof. ^a . Especial	En.	Letras – Pós Grad. A. Escolar	Treino Auditivo
29	Verondina M. P. Felício	Prof. ^a . Pedagógica	O.	Pedagogia – Pós Grad. A. Escolar	Jardinagem

Fonte: (PPP, 1993, p.5) – Organizado por França (2016), a partir de consultas à fonte.

Além dos profissionais efetivos, observa-se a articulação entre a Escola e outras instituições formativas, no sentido de potencializar a realização de projetos multidisciplinares com a participação de estagiários e profissionais de diversas áreas. O momento ocorre nas relações estabelecidas com empresas, seja no provimento de profissionais específicos ou mesmo na contratação de alunos, por meio de Programas como Menor Aprendiz. Algumas empresas participavam contratando-os e mantendo-os em atividade nas dependências internas da própria escola.

Quadro 8 – Galeria de Diretores da Escola Santa Clara – Período de 1984 a 2000.

GALERIA DE DIRETORES DA ESCOLA SANTA CLARA DE CATALÃO-GO -1984 A 2000⁶ -					
Período	Diretor (a)			Formação do Diretor (a)	Secretário(a) Geral
1984 – 1987	Isabel Escher	Christina	Paranhos	Assistência Social	Júlia Leão Barbosa

⁶ Nos dois anos (1982 e 1983) em que a instituição existiu no formato de uma Fundação Escola para Deficientes Auditivos Santa Clara não foram localizados dados referentes à direção. Pressupõe-se que teria funcionado sob a responsabilidade da equipe inicial, conforme o Quadro 2.

1987 – 1989	Eurípia Sueli de Lima Silveira	Pedagogia	Júlia Leão Barbosa
1990 – 1991	Maria Helena Alvarenga Resende	Pedagogia	Júlia Leão Barbosa
1992 – 2000	Jane Darc Cândida Silvestre	Pedagogia	Maria do Rosário Mesquita Pereira

Fontes de Pesquisa. – Organizado por França (2016), a partir de consultas à fonte.

Se considerarmos os mandatos oficializados a cada dois anos, a primeira equipe assumiu por dois períodos. A segunda e a terceira equipes exerceram os respectivos mandatos em tempos relativamente regulares, enquanto a última equipe se manteve na direção da Escola por um período que abarca cerca de três mandatos, descontado o tempo de conclusão do anterior.

Pelo disposto nesse quadro, é possível antecipar que, a exemplo dos cargos na hierarquia da Sociedade Pestalozzi, também a direção da Escola tem como característica a longevidade, assim como se mantém a alternância de profissionais ora na direção da escola, ora na direção da Sociedade Pestalozzi. Nesse período, os diretores escolares em Goiás eram objeto de indicação política por parte de lideranças que estivessem à frente de cargos no governo municipal e estadual. Assim, quando havia convergência de partidos nas duas esferas de governo isso significava relativa possibilidade de diálogo e convergência de apoios. Entretanto, quando ocorrida o contrário, os diretores escolares quase sempre conviviam com o cerceamento de suporte e o conseqüente fechamento de portas no tocante às demandas de interesse da escola.

Conforme disposto em seu próprio Estatuto, a Direção da Escola seria indicada pela Sociedade Pestalozzi. Contudo, a considerar a natureza mista do aporte financeiro provido por minutas de diferentes convênios, a seara das disputas e interesses dos entes federados seria provável e até inevitável. Em algumas anotações manuscritas há indícios de questionamentos quanto à prioridade de investimentos, demora na prestação de contas, cobranças relacionadas à transparência de processos e perfis de gestão. Ora a ênfase das cobranças recai sobre a direção escolar, ora sobre a presidência da Sociedade Pestalozzi. Em diferentes circunstâncias as anotações aludem a potenciais divergências no encaminhamento de questões internas de interesse da escola Santa Clara. No entanto, é conveniente reiterar que a disposição de pessoas na alternância de cargos e funções durante o período, ocupando responsabilidades à frente da instituição e da ONG, supõe que, a rigor, não ocorrem rupturas, haja vista a

permanência de sujeitos, cargos e funções com uma relativa longevidade. Logo, havendo disputas (veladas ou explícitas), presumir-se-á que a prevalência dos interesses institucionais se sobrepôs ao confronto e às rupturas evidentes. Contudo, sendo uma pesquisa fundamentada nos registros oficiais escritos, as possíveis lacunas abrem-se a outras possibilidades para que novos estudos aprofundem tais aspectos, com o cruzamento de novas fontes produzidas com narrativas de sujeitos envolvidos, cujo foco esteja nos conflitos, tensões e rupturas vivenciadas na relação entre as entidades, pessoas e organismos instituídos em torno da Escola Santa Clara.

4.3. Da Clientela e Horário de Funcionamento da Instituição

Inicialmente, a escola Santa Clara atendia apenas alunos de Catalão e cidades circunvizinhas (inclusive da zona rural), portadores de deficiência auditiva (DA), e, após a oficialização da Sociedade Pestalozzi, a partir de 1984, alunos com outros tipos de deficiência como deficiência mental (DM), deficiência mental treinável (DMT), deficiência múltipla (DMU) e deficiência visual (DV) também tiveram a oportunidade de estudarem na instituição (PPP, 2010). De acordo com o observado nos Livros de Matrícula I – LMI (de parte de 1989 até parte de 1992) e Livro de Matrícula II – LMII (de parte de 1995 até parte de 1997), não havia idade mínima ou máxima (faixa etária de idade) pré-definida para que os alunos pudessem se matricular haja vista que a matrícula em determinada turma dependia de triagens/avaliações/análises feitas pelos diversos profissionais atuantes na instituição.

O funcionamento da escola se dava no período matutino e vespertino das 07h30min às 11h30min e das 12h30min às 16h30min e os alunos contavam com a oferta, por parte da instituição, de quatro refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche e jantar, alimentação balanceada (PPP, 1993).

4.4. Apontamentos sobre a Proposta Pedagógica da Instituição

Na observação das fontes documentais levantadas procurou-se compreender não só a estrutura física e de recursos humanos que a escola possuía, mas, também, a organização pedagógica, as propostas educacionais que foram

aplicadas/trabalhadas/desenvolvidas na instituição.

“A escola Santa Clara é um estabelecimento que ministra exclusivamente ENSINO ESPECIAL. Não possui Grade Curricular mas segue Proposta de Normas da Superintendência de Ensino Especial.” (PPP, 1993, p. 6, grifos no original).

Com base nessa afirmativa, pressupõe-se que a instituição não possuía, de fato, a organização pedagógica tradicional adotada na época pela maioria das escolas do município, visto que a mesma preparava suas atividades não de forma convencional, mas de forma a atender as limitações de sua clientela.

Esse arranjo pedagógico diferenciado objetivava o atendimento adequado ao processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, de modo que suas potencialidades fossem trabalhadas ao máximo, a fim de proporcionar condições para que os mesmos pudessem ter uma formação básica (cada um no seu ritmo) e se tornarem indivíduos mais independentes para serem integrados de fato à sociedade.

O ensino era organizado observando as necessidades específicas de cada aluno. A instituição contava com equipe de diagnóstico “médico-pedagógico-psicológico” e social; estes profissionais atuavam em conjunto no sentido de perceberem as reais necessidades do aluno vislumbrando oferecer condições e potencializar o aprendizado. A escola, além de possuir ambientes propícios e específicos para o atendimento das deficiências, também fornecia materiais pedagógicos construídos/adquiridos para o melhor desenvolvimento do aluno (PPP, 1993).

Para Buffa (2002, p. 27), na reconstrução da história de uma instituição escolar uma categoria que também deve ser observada, pois é muito importante, é a organização escolar, a escolha dos conteúdos aplicados, visto que essa categoria nos remete à compreensão da escola como um todo, incluindo seus objetivos, seu funcionamento, sua clientela, seu dia-a-dia, seus rituais, sua cultura e seu impacto no meio social em que a mesma está inserida.

De acordo com o PPP (2010), inicialmente, no que se refere à proposta pedagógica, a oferta de ensino se dava no formato dos chamados períodos.

Eram ofertados até o ano de 1991 os períodos I, II, III e a Alfabetização.

Em 1992, os Períodos I, II e III escolares foram substituídos pelas Etapas I, II, III, sendo que, esta última, foi extinta posteriormente em 1994, retornando novamente em 1996 (PPP, 2010).

De acordo com as fontes levantadas, os chamados Períodos sofreram em sua organização pedagógica poucas alterações para as chamadas Etapas. Em relação aos objetivos é importante salientar que, assim como nas etapas, a finalidade é desenvolver nos alunos com deficiência hábitos para o convívio social e a independência.

O Plano de Ensino da Etapa I – PEEI do ano de 1992, o Plano de Ensino Etapa II – PEEII do ano de 1994 e o Plano de Ensino Etapa III – PEEIII do ano de 1992 mostram que as Etapas I, II e III aconteciam antes da alfabetização para turmas de Deficientes Mentais Treináveis – DMT e tinham o objetivo de proporcionar a esses deficientes formas de adaptação e inserção social, fazendo com que os mesmos adquirissem “treino” em atividades que se referem a hábitos pessoais, higiênicos, de saúde e segurança, tornando-os mais independentes e fazendo com que estes pudessem interagir melhor no meio social (também em grupos) e familiar podendo, assim, melhorar sua qualidade de vida.

Na Etapa I, o Plano de Ensino possuía alguns conteúdos que buscavam proporcionar aos deficientes oportunidades de “treinarem”, ou seja, aprenderem e repetirem atividades da vida cotidiana desenvolvidas corriqueiramente para que os mesmos pudessem conseguir mais autonomia para viverem em família e em sociedade (PEEI, 1992). Eis alguns conteúdos ministrados:

- Ajustamento Social;
- Atividades de Vida Diária: Alimentação, Movimentação no Ambiente, Higiene, Vestuário, Saúde e Segurança;
- Desenvolvimento da Linguagem: Relaxamento, Respiração, Lábio, Língua, Mandíbula;
- Desenvolvimento Psicomotor: Coordenação Dinâmica Global, Equilíbrio Dinâmico, Estático, Coordenação Motora Final, Relação Espacial;
- Percepção Auditiva;
- Percepção Gustativa;
- Percepção Tátil;
- Percepção Olfativa;
- Orientação Temporo – Espacial;
- Esquema Corporal;

- Conduas Percepto-Motoras: Atenção, Percepção Visual: Coordenação Viso-Motora, Figura Fundo, Constância Perceptual, Posição Espacial;
- Atividades Criadoras: Atividades Manuais; Atividades Musicais; Atividades Recreativas.

Nas turmas de Etapa II, os conteúdos eram bem semelhantes aos conteúdos abordados na Etapa I. A diferença é que, na Etapa II, os mesmos eram revisados e suas abordagens eram ampliadas, observando o ritmo de desenvolvimento do discente. Isso também acontecia na Etapa III, que tinha os conteúdos semelhantes aos da Etapa II e, conseqüentemente, aos da Etapa I. O que muda nesta terceira Etapa é que os conteúdos revisados eram os das duas etapas anteriores e suas abordagens eram ainda mais ampliadas (considerando sempre o tempo de aprendizado de cada um).

Percebe-se ao analisar as fontes documentais levantadas na pesquisa que essa instituição de ensino possuía um perfil pedagógico que visava ofertar educação aliada à formação ocupacional (entrevendo a inserção dos deficientes no mercado de trabalho), bem como assistencial no que tange ao atendimento clínico, terapêutico, médico e psicológico de seu alunado.

Para isso, foram, dentro das fontes de pesquisa, levantados alguns documentos selecionados por meio de amostragem, que auxiliaram a pesquisa na compreensão, embasamento e amparo das/sobre a proposta pedagógica, os conteúdos aplicados, bem como estes eram aplicados nessa instituição, demonstrando, assim, o panorama real do tipo de ensino/atendimento ofertado pela instituição pesquisada.

Os conteúdos eram ministrados levando em consideração o tipo de deficiência dos discentes. Um plano de ensino, por exemplo, de determinado conteúdo era construído para uma turma, ou para determinados alunos, levando em conta o tipo de deficiência dos mesmos.

Exemplos:

- 1) O Plano Anual de Ensino da Disciplina de Educação Física (PAEEF), do Professor Mauri Batista Cunha, aplicado no ano de 1996, no período matutino, tinha em sua organização o apoio de diversos outros docentes que trabalhavam com alunos em específico de diversas turmas como Alfabetização, Alfabetização DA, Cozinha Pedagógica (Oficina Pedagógica), Etapa III, Etapa II, Etapa I, etc. Na confecção deste plano, o

objetivo primeiro é o de promover, junto com os docentes das turmas, o desenvolvimento das potencialidades deste alunado deficiente, utilizando conteúdos específicos para cada turma, visando o aprendizado escolar em consonância com o atendimento às necessidades especiais dos alunos. Apesar de ser um plano só, havia diversos objetivos, cada um específico à determinada turma. Por isso, a necessidade dos conteúdos serem diferentes para cada turma. Um fato interessante é que, neste plano, eram especificados os nomes dos alunos e conseqüentemente as turmas a que eles pertenciam e os docentes por eles responsáveis.

Figura 09 – Cópia do Plano Anual de Ensino da Disciplina de Educação Física (PAEEF), Ano de 1996 – Docente Responsável: Mauri Batista Cunha.

ESCOLA SANTA CLARA DA SOCIEDADE PESTALOZZI			
PLANO ANUAL DE ENSINO			
DISCIPLINA: Educação Física		TURNOS: Matutino	ANO: 1996
PROFESSOR: Mauri Batista Cunha			
TURMA	ALUNOS	OBJETIVO	CONTEÚDO
Produção Professor: Maria Lúcia	Wellington, Valéria, Elton, Greuzagone, Francisca, Marileza, Leandro, Adriana, Joenio, Eliangela Rosa.	- Melhorar o condicionamento físico através da resistência física e dos grandes jogos desportivos.	- Alongamento, flexibilidade, coordenação ocular manual, equilíbrio dinâmico e estático, jogos recreativos.
Treinamento Habilidades Professor: Maria Canedo	André, Kerli, Hellangelo, Donizete, Patrícia, Cleonir, Alex, Neusa, Vera.	- Executar as várias formas de coordenação motora ampla e primária.	- Corridas de várias formas, saltos e saltitos, coordenação ocular manual, equilíbrio dinâmico e estático, rolamentos.
Cozinha Pedagógica Professor: Mª de Jesus	Marlene, Luciene, Luciana, Angela.	- Executar as várias formas de coordenação de membros simultânea e grande jogos.	- Equilíbrio dinâmico e estático, coordenação ocular manual, qualidades físicas, jogos recreativos.
Alfabetização Joaquina	Daniel Antônio, Clara, Viviane, Luciene, Andreia.	- Executar e reconhecer a ginástica escolar e jogos recreativos e desportivos.	- Corridas, arremessos, saltos e saltitos, coordenação ocular manual, iniciação esportiva.
Alfabetização D.A. Professor: Maria Joana	Érica, Thaís, Geiziele, Daniel Rosa, Alessandra, Fernando.	- Reconhecer e executar a ginástica escolar e jogos motores.	- Equilíbrio dinâmico e estático, equilíbrio recuperado, corridas, saltos e saltitos, coordenação viso motora, iniciação a natação olímpica.
TURMA	ALUNOS	OBJETIVOS	CONTEÚDO
			pequenos jogos
Etapa III Professor: Mª Helena	Rander, Rogério, Xênia, Eliângela Aparecida, Clés, Igor, Tatiana.	- Reconhecer e executar as atividades de coordenação motora ampla, jogos desportivos e qualidades físicas.	- Corridas em velocidade, flexibilidade, equilíbrio estático, dinâmico e recuperado, saltos e jogos motores.
Jardim D.A. Professor: Sandra	Flávio, Paulo Henrique, João Batista	- Desenvolver a coordenação motora ampla, atenção e ordens de comando.	- Equilíbrio estático, dinâmico e recuperado, força de membros, coordenação viso motora, coordenação primária, coordenação espaço temporal.
Etapa III Professor: Romilda	Douglas, Washington, Daniel Mendes, Frederico, Rodolfo.	- Desenvolver as coordenações motoras, jogos desportivos e recreativos.	- Coordenação viso motora, coordenação primária, coordenação espaço temporal, equilíbrio estático, dinâmico e saltos.
Etapa I Professor: Dina	Hélio, Enio, Rosa, Alexandre, Marcos.	- Desenvolver as coordenações motoras e ordens de comando.	- Coordenação motora ampla, coordenação primária, coordenação ocular manual, equilíbrio dinâmico e estático, tempo de reação reflexo.
Etapa II Professor: Ivani	Carlos, Thiago Lima, Suzana, Camila, Reineubia.	- Desenvolver as coordenações motoras, qualidades físicas, jogos motores e recreativos.	- Coordenação ocular manual, coordenação primária, coordenação ampla, equilíbrio dinâmico e estático, reflexo e tempo de reação.

Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

2) O Plano de Ensino de Língua Portuguesa (PELP) de 1988, da Turma de Alfabetização, aplicado para os discentes DA, da Professora Iraídes P. dos Santos, tinha como conteúdos ofertados, além dos temas específicos de português como séries silábicas e gramática, temas que consideravam a deficiência auditiva dos alunos, tais como: respiração, relaxamento, treino auditivo, ritmo, discriminação visual e motora, linguagem oral, etc., sendo que estes eram trabalhados concomitantes ao estudo do conteúdo específico. A ideia era propiciar condições para que o educando desenvolvesse a percepção e a emissão oral, paralelas à alfabetização, conceitos linguísticos visando o desenvolvimento global dos aspectos: psicomotor, cognitivo, afetivo social; bem como promover a estimulação auditiva. Abaixo segue modelo do Plano – Figuras 10 e 11:

Figura 10 – Página 1 – Cópia do Plano de Ensino da Disciplina de Língua Portuguesa (PELP), ano de 1988 – Docente Responsável: Iraídes P. dos Santos.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESCOLA <i>Língua</i> PLANO DE ENSINO - 1º SEMESTRE DE 1988 PERÍODO: (Português) TURMA: D.A. Alfabetização Matutino PROFISSOR: Iraídes P. dos Santos				
CONTÉUDOS	CONTEÚDO	ESPECIFICAÇÃO	AVLIÇÃO	MAT. EDUCACIONAL
1º- Executar exercícios que interferem na respiração colocando-a adequadamente.	1º- Respiração	<ul style="list-style-type: none"> - Respiração costa diafragmática. - Exercícios de sopro (soprar vela, bolinha de isopor, pena etc.) - Exercícios de respiração na posição deitado, sentado, de pé com músculos relaxados. - Inspirar pelo nariz e pela boca. - Inspirar e expirar pelo nariz. - Exercícios de sopro com instrumentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Será feita avaliação direta dos exercícios realizados se os objetos propostos foram alcançados. 	<ul style="list-style-type: none"> - velas - bola de isopor - penas - mil bolhas - canudos - língua de sogra - apito - flauta - corneta - gaita - Instrumento da bandinha rítmica - toca discos
2º Proporcionar o afrouxamento, soltura, e tensão dos músculos e nervos do corpo.	2º Relaxamento	<ul style="list-style-type: none"> - Relaxamento em forma de jogos. (Imitar robô; marchar; imitar coelho cansado; planta e vento, etc.) - Relaxamento global por contraste (contrair e relaxar o corpo). - Relaxamento segmentário (pés, pernas, braços, abdômen, tronco, ombro, pescoço, face, testa, etc.). 		
3º- Estimular e incentivar o D.A. a descobrir-se, interessar-se e prestar atenção aos sons que o rodeiam	3º- Treino auditivo	<ul style="list-style-type: none"> - Presença e ausência de sons; sons ambientais, sons instrumentais, sons humanos não verbais, voz humana, (humano), sons de rádio, sons de animais etc. - Localização do som: discriminar os sons de diferentes pontos. - Identificação de sons: diferenciar um som do outro. 		

Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Figura 11 – Página 2 e 3 – Cópia do Plano de Ensino da Disciplina de Língua Portuguesa (PELP), ano de 1988 – Docente Responsável: Iraídes P. dos Santos.

48- Desenvolver o seu próprio ritmo e adaptar-se ao ritmo do outro.	48- Ritmo.	<ul style="list-style-type: none"> - Ritmo espontâneo (andar, correr, saltar livremente etc.) - Adaptação ao ritmo do outro (correr de mãos dadas, andar paralelamente, etc.) - Conceito de lento e rápido, (marcha lenta, normal e rápida; rolar bola, mover objetos, etc.) - Conceito de forte e fraco. (Bater os pés, palmas, tambor, pronunciar sílabas; ritmo frasal etc.) - Breve e longo (pronunciar vogais, repetir assobios, etc.) - Batidas rítmicas (compasso binário, ternário, quaternário). - Grave e agudo (vocalizações etc.) - Inventar ritmos (ruídos cotidianos, estruturas rítmicas etc.) 	
52- Desenvolver a percepção visual e motora através de exercícios.	52- Discriminação visual e motora.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades tais como: recortar, modelagem, fazer colagem, cobrir linhas e desenhos, desenhar objetos de várias formas, traçar desenhos simples, armar quebra-cabeça, ligar figuras da mesma cor, etc. 	Será feita através de exercícios orais e escritos realizados pelo aluno individual e coletivo. <ul style="list-style-type: none"> - revistas - jornais - massa de modelagem - gravuras - jogos pedagógicos - exercícios mimeografados. - desenhos etc.
60- Desenvolver a linguagem oral do aluno com objetividade, clareza e coesão.	60- Linguagem Oral.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades tais como: nomes (chamada diária, apresentação do aluno etc.) - cumprimentos 	Será feita através da observação da emissão e recepção dos <ul style="list-style-type: none"> - fichas - calendário - cartazes - material de
		<ul style="list-style-type: none"> - Avisos, recados, conversas, diálogos, hora da novidade, hora da estória etc. - Excursões e passeios - Dramatizações. - Pentecimas - Desenhos - Esquema corporal - Expressão musical. 	
72- Reconhecer em qualquer situação de leitura as famílias silábicas estudadas. - Escrever, corretamente sílabas, palavras e sentenças demonstrando limpeza, ligação entre as letras, inclinação, regularidade no espaçamento entre as letras e palavras.	72- Linguagem escrita: - Etapas do processo de alfabetização: - Série silábica: cha-che-chi-cho-chu; nha-nhe-nhi-nho-nhu; lha-lhe-lhi-lho-lhu qua-que-qui-as-es-is-os-us-ar-er-ir-or-ur	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de pequenos textos. - Formação de frases. - Formação de palavras. - Leitura e escrita de sílabas simples e complexas. - Inserção da família silábica. - Leitura de palavras, frases e textos visando a emissão correta dos fonemas, individual e coletivo. - Exercícios escritos. - Ditado (palavras e frases) - Treino ortográfico (juntar e separar sílabas) - Pequena composição ditada. 	Será feita através de todas as atividades orais e escritas realizadas pelo aluno em classe e em casa. <ul style="list-style-type: none"> - Exercícios escritos em folhas mimeografadas, caderno do aluno, livro básico. - quadros giz - cartazes - fichas - recortes de jornais e revistas. - desenhos.

Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Com a intenção de compreender mais a fundo o trabalho pedagógico adotado na instituição em questão, pretende-se então mencionar outras fontes documentais importantes.

Pensando nisso, destaca-se o Plano Anual de Ensino da Estimulação (PAEE), do ano de 1996, da Professora Valmira Cristina, aplicado no período vespertino, que tinha como objetivo “propiciar as condições necessárias ao ajustamento e/ou ocupacional do aluno atentando para suas necessidades e possibilidades” (PAEE, 1996, p.01). O Plano, por sua vez, possuía conteúdos como Linguagem, aspecto

cognitivo, relação espacial, percepção visual, coordenação motora fina, coordenação motora grossa, percepção auditiva, visual, tátil, olfativa, gustativa, aspecto social, alimentação, vestuário, higiene, esquema corporal, etc.

Outro Plano Anual de Ensino da Estimulação (PAEE), do ano de 1997, da Professora Lineida R. Lino, aplicado no período vespertino para alunos com DV tinha por finalidade “Estimular o aluno a desenvolver suas potencialidades no máximo, tendo em vista sua deficiência visual, procurando minimizar suas dificuldades” (PAEE, 1997, p.01). Abordava conteúdos que seriam ministrados através da percepção tátil, tais como: esquema corporal, aspecto cognitivo, atividades lúdicas, percepções auditiva, visual (por meio de visão residual e percepção tátil), tátil, olfativa, gustativa, linguagem, coordenação percepto-motora, atividades da vida diária, aspecto social, etc.

Muito parecido com o PAEE (1997) anterior foi o Plano Anual de Ensino de Estimulação Individual (PAEEI), do aluno Benício Marques Neto, ministrado no ano de 1996 pela professora Lineida, no período vespertino. Era um plano individualizado para este aluno, portador de deficiência visual. Segundo o PAEEI (1996), o plano foi proposto ao discente com o intuito de prepará-lo para uma Pré-Alfabetização em Braille, sendo necessário, além do Planejamento Curricular normal que foi trabalhado em sua turma. O aluno se dispôs a participar das aulas deste outro plano individualizado em questão. O objetivo aí era “Estimular o aluno a desenvolver e aperfeiçoar suas capacidades cognitivas e táteis para aquisição de novos conhecimentos.” (PAEEI, 1996, p.01). Os conteúdos adotados nesta proposta do PAEEI (1996) referem-se à percepção tátil, reconhecimento de formas, reconhecimento de tamanhos, dobras, aspectos cognitivos, conceitos numéricos, conhecer figuras em relevo, letras em relevo, desenhar em relevo, conhecer e utilizar reglete, etc.

No conjunto das figuras apresentadas, optou-se por demonstrá-las por amostragem das atividades realizadas em diferentes etapas, na forma de ilustração de rotinas e ambientes produzidos na instituição. Na totalidade das ações, projetos e etapas, há uma diversidade de situações e atividades com maior abrangência, o que seria inviável apresentar no corpo do texto dissertativo, razão pela qual se optou pela amostragem.

A seguir, a Figura 12 apresenta imagens das Salas de Estimulação da Escola Santa Clara:

Figura 12 – Salas de Estimulação – Escola Santa Clara de Catalão – Ano de 1996.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Percebe-se que existia uma preocupação diária com a formação escolar dos alunos da Escola Santa Clara, mas que havia também um anseio por parte da equipe, dos profissionais que atuavam na instituição, em preparar os alunos deficientes não só para a vida escolar, mas para a vida em sociedade e, conseqüentemente, para o mundo do trabalho.

Sendo assim, em 1992, a Escola Santa Clara começou a ofertar também as Oficinas Pedagógicas que, inicialmente, tratavam do ofício da Tapeçaria (PPP, 2010). O Plano Anual de Ensino da Turma: Oficina de Produção - Tapetes, do ano de 1996, da Professora Maria Lúcia da Silva Ferreira, aplicada aos DMU e DMT, que tinha como intenção proporcionar “oportunidades produtivas remuneradas e manter hábitos e atitudes durante o seu processo de atendimento, preparando o aprendiz para a vida” (PAEOPT, 1996, p.01), vislumbrava o desenvolvimento pessoal e a independência do aluno.

A Figura 13 a seguir mostra os tapetes disponibilizados na I Exposição de artes da Escola Santa Clara de Catalão, no ano de 1994, trabalhos que resultaram da Oficina de Tapeçaria.

Figura 13 – I Exposição de Artes da Escola Santa Clara de Catalão – Tapetes Confeccionados por Alunos em Oficina de Tapeçaria – Ano de 1994.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Dessa forma, além dos aspectos relacionados aos de ajustamento social e atividades da vida diária, eram ministrados conteúdos referentes à ocupação: habilidades manuais do trabalho de tapeçaria e noções sobre rotina de trabalho diário.

Complementando ainda mais essa ideia de preparação para o trabalho, outras Oficinas foram disponibilizadas aos alunos. Outro exemplo disposto no Plano Anual de Ensino, da Turma Oficina de Produção: Jardinagem e Hortaliça, do ano de 1993 (PAEOPJH, 1993) das Professoras Verondina Maria da Paixão Felício e Maria Antonieta Netto da Paixão, aplicado aos DMU, tinha como intuito:

Trabalhar a motricidade global, hábitos pessoais, de higiene, preparar o aluno para que o mesmo tenha hábitos de trabalho geral como usar a terra, a água, esterco e outros para o plantio de hortaliça e jardinagem, bem como fazer com que o aluno use seus membros de formas diferenciadas assim, usando seu corpo de forma diferenciada tornando-o independente...(PAEOPJH, 1993, p.01).

Figura 14 – Imagem da Oficina de Produção Jardinagem e Hortaliça – Ano de 1998 – Escola Santa Clara de Catalão.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

A Figura 14 demonstra imagens referentes à Oficina de Produção Jardinagem e Hortaliça do ano de 1998.

Nessa Oficina de Produção, além dos aspectos relacionados aos hábitos à mesa, hábitos higiênicos, vestuário, locomoção, saúde, comunicação, socialização, motricidade ampla e fina, esquema corporal, senso-percepção, percepção-temporo especial havia, também, os conteúdos relativos à ocupação com trabalhos manuais diversos, hortaliça e jardinagem.

Uma fonte documental também interessante a ser observada é o Plano Anual de Trabalho Treino Auditivo (PATTA), do ano de 1993, aplicado aos alunos DA pela Professora Tânia Verônica Bitencourt Peixoto, no período matutino. Tinha como principal função fazer com que os discentes “chegassem a utilização plena de seus resíduos auditivos” para assim poderem obter a “percepção total e melhor desempenho na comunicação” (PATTA, 1993, p.01). Esse Treino Auditivo era, dentro da organização pedagógica, uma Área de Apoio ofertada aos deficientes auditivos e possuía conteúdos específicos como percepção e reconhecimento de ruídos ambientais grosseiros e finos, ruídos de instrumentos, etc.

Sobre o Treino Auditivo, tem-se duas imagens (Figuras 15 e 16), que reproduzem as referidas práticas no período:

Figura 15 – Treino Auditivo – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Figura 16 – Treino Auditivo – Ano de 1986 – Escola Santa Clara de Catalão.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

A psicomotricidade era, também, uma Área de Apoio conforme se pode observar no Plano Anual de Trabalho Psicomotricidade (PATP), do ano de 1992, aplicado aos alunos DMT e DMU pelas professoras Mirna e Helena, no período matutino e vespertino, que tinha por finalidade “desenvolver destrezas básicas no campo viso-motor e sensório perceptivo que favoreçam ao educando a resolução de situações rotineiras e/ou ocupacionais” (PATP, 1992, p.01). Nessa área eram

oferecidos conteúdos relacionados à coordenação dinâmica global, equilíbrio, atenção, percepção visual, auditiva, tátil, gustativa, olfativa, orientação temporo-espacial, etc.

A seguir, a Figura 17 demonstra a atividade de apoio, chamada psicomotricidade, realizada na escola Santa Clara, no ano de 1995.

Figura 17 – Psicomotricidade – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Outra área de apoio oferecida por esta Instituição, no período, era a de Terapia da Linguagem. O Plano Curricular de 1989 demonstra que a Fonoaudióloga Ana Maria Mayrink e sua equipe denominada “terapeutas auxiliares”, composta: no período matutino por Dulcéria Peixoto Gonçalves, Fátima Pereira Carneiro e Mônica Prudente Guimarães; no período vespertino por Maria Augusta Dias Ferreira, Maria Aparecida Lopes Rossi, Maria de Jesus Mesquita e Mirna Aparecida F. da S. Assis, atuava junto aos alunos deficientes. O objetivo era dar atendimento fonoaudiólogo aos discentes da instituição vislumbrando o desenvolvimento da comunicação oral e escrita, além de orientar pais e professores para promover o melhor relacionamento com estes alunos. Os conteúdos programáticos abordados se referiam a exercícios

de reorganização neurológica, exercícios orofaciais, treinamentos e etc. A Figura 18 mostra esta prática de apoio sendo realizada no ano de 1995.

Figura 18 – Terapia da Linguagem – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Havia também na instituição a oferta de uma Oficina Pedagógica chamada Manutenção e Produção. Essa pode ser compreendida ao observar o Plano de Anual de Ensino da Oficina Pedagógica Manutenção e Produção (PAEOPMP) de 1996, ministrado pela docente Maria Aparecida Castro e Araújo aos DMU, no período vespertino, que se propunha prioritariamente a dar um reforço às aulas de matemática, comunicação e expressão, estudos sociais e ciências, objetivando melhor aprendizagem considerando a necessidade do desenvolvimento das potencialidades do aluno deficiente no atendimento desta oficina. Ou seja, além dos conteúdos de matemática, estudos sociais e ciências e português, há também a abordagem dos aspectos referentes ao reconhecimento do espaço físico (escola) – ajustamento social, atividades da vida diária, saúde e segurança, ocupação e cuidado.

Ao ampliar suas atividades, a Escola Santa Clara de Catalão assumia também atendimento domiciliar aos alunos deficientes que não tinham condições físicas e/ou psíquicas para frequentarem regularmente o ambiente escolar. Esse

atendimento era feito por docentes e outros profissionais assim como era feito para os demais alunos, só que de forma individualizada e a domicílio. Aqueles alunos DMU que por ventura fossem acamados, ou, ainda, muito agressivos para conviverem com colegas no âmbito escolar, tinham esse atendimento realizado em sua residência.

O Plano Anual de Ensino de Atendimento Domiciliar (PAEAD) ministrado pela Professora Anália Maria Vaz Rezende, no período matutino, no ano de 1996, tinha como objetivo fundamental proporcionar “recursos instrucionais adaptados às necessidades individuais do portador de DMU de modo que desenvolva suas potencialidades seguindo seu ritmo próprio e possibilidades de aprendizagem”. Os conteúdos dispostos no referido PAEAD tratam-se da área perceptiva, da área motora, da área da linguagem e etc.

Ao aprofundar nos detalhes da massa documental relacionada à organização pedagógica desta instituição é possível perceber que outras atividades educacionais foram desenvolvidas nessa instituição, como por exemplo: aulas de educação musical, atividades de fisioterapia, artesanatos, diversas oficinas, dentre outras.

Mas, de onde partia a capacitação oferecida aos profissionais dessa escola? De acordo com o PPP (1993) e outras fontes da pesquisa, os profissionais que atuavam nesta instituição eram corriqueiramente treinados/preparados para atuarem com os alunos deficientes. Eles necessitavam frequentemente de aprimoramento específico para o desenvolvimento de técnicas adequadas que proporcionassem melhor desenvolvimento do aluno deficiente e participavam comumente de cursos de formação, cursos temporários, especializações, tudo isso com o objetivo de conhecerem para poder desenvolver junto ao aluno deficiente as melhores técnicas para o seu aprendizado efetivo. A maioria dos treinamentos era oferecida pela Superintendência de Ensino Especial de Goiás - SUEE-GO, mas os servidores desta instituição também participavam de congressos, visitas a outras instituições de referência no país a fim de se prepararem para a atuação junto aos alunos. É importante destacar que, em sua maioria, os profissionais eram muito organizados e comprometidos com o projeto de ofertar ensino especializado com qualidade.

Em 1996, com a inauguração da piscina a escola também passou a oferecer um atendimento na área de Natação. Neste mesmo ano, foram oferecidos também atendimento odontológico e computação. A Figura 19 apresenta imagens da área da

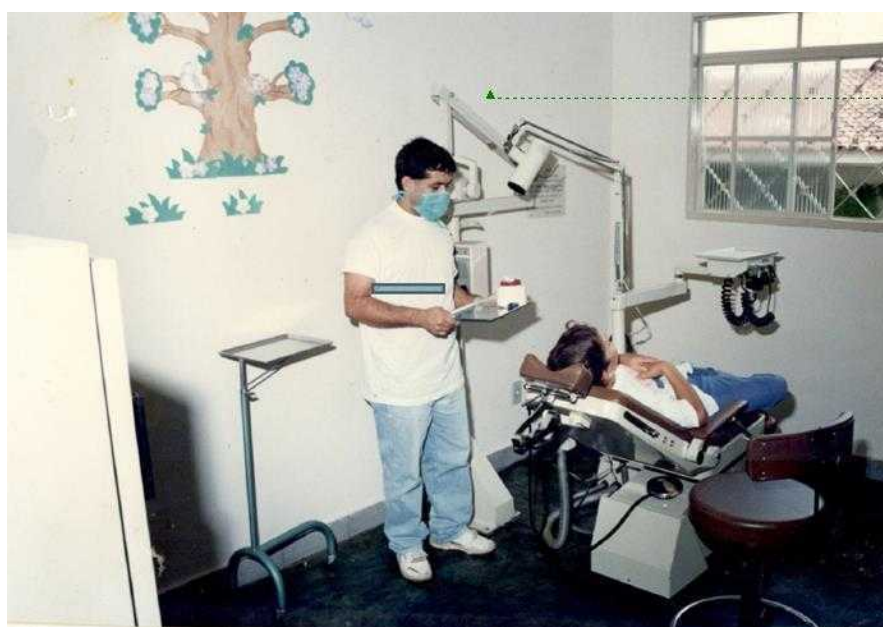
piscina recém-construída (ano de 1996) e a Figura 20 a sala de atendimento odontológico.

Figura 19 – Área da Piscina recém-construída – Ano de 1996 – Escola Santa Clara de Catalão.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Figura 20 – Sala de Atendimento Odontológico – Ano de 1995 – Escola Santa Clara de Catalão.



Fonte: Selecionado por FRANÇA (2015), a partir das fontes documentais avulsas de pesquisa.

Ainda segundo o PPP (2010), em 1998, atendendo à solicitação da Secretaria

Estadual de Educação – SEE de Goiás e de acordo com a proposta política educacional, que já vislumbrava atender à LDBEN 9394/96 no que se refere à proposta inclusiva, os alunos com deficiência auditiva foram para a rede regular de ensino, mas, no entanto, continuaram recebendo atendimento fonoaudiólogo e Treino auditivo na instituição.

No ano de 2000, atendendo à LDBEN 9394/96 e ao Programa Estadual de Educação para Diversidade numa Perspectiva Inclusiva da SEE/SUEE-GO, a estrutura institucional da Escola Santa Clara passou a se chamar Unidade de Referência Escola Santa Clara/Sociedade Pestalozzi, composta por três setores estruturados:

Setor de Reabilitação: destinado ao atendimento de alunos matriculados na Unidade de Referência, rede regular de ensino e comunidade, com o objetivo de oferecer um atendimento terapêutico nas áreas de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e atendimento odontológico.

Setor de Ensino Especial: prioriza o atendimento de alunos com comprometimentos graves, profundos e múltiplos através de atividades que o habilitem a viver e conviver, de maneira participativa, útil e produtiva, com a consciência de seus direitos e deveres sociais em busca do exercício pleno da cidadania.

Setor de Apoio à Inclusão: tem por finalidade apoiar as Unidades Inclusivas e Escolas da rede regular de ensino e comunidade, acompanhando, orientando e assessorando, conforme critérios a serem definidos pela equipe composta por psicólogo, Fonoaudiólogo, professor de métodos e recursos, instrutor de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, pedagogo e intérprete.

Os atendimentos oferecidos se caracterizam por: Psicoterapia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Educação física, Hidroterapia, Estimulação, Etapas II, III, Treino de Habilidades, Atendimento Domiciliar, Oficinas Pré - profissionalizante: Trabalhos Manuais, Artesanato, Culinária, Computação, Jardinagem e Hortaliça.

No esboço deste capítulo a ênfase está na arquitetura, estrutura física e organizacional, pessoal/profissionais envolvidos, projeto educacional singular de natureza multifuncional e multidisciplinar, obtendo-se, assim, a caracterização da Escola Santa Clara de Catalão – escola esta pioneira, referência em ensino especializado no município de Catalão e região.

Logo, no ano de 2000, fim do período de recorte desta pesquisa, a Escola

Santa Clara de Catalão passou por mudanças profundas em seu formato e definição institucional, alterando o foco de atendimento e se tornando Unidade de Referência (conforme descrito acima), com isso, perdeu grande parte de seus alunos que são encaminhados para as escolas públicas regulares do estado/município, atendendo ao disposto na LDBEN de 1996 sobre a inclusão de deficientes na rede regular de ensino.

5 CAPÍTULO IV – DAS DISPERSÕES E OCULTAMENTOS, AS DESCOBERTAS E DESVELAMENTOS

Constatado o cumprimento de todas as etapas preconizadas pela pesquisa: levantamento teórico, conceitual e metodológico; mapeamento de documentos obtidos no acervo da instituição; caracterização e demonstração dos dados levantados conforme o interesse do estudo; organização das informações centrais na forma de quadros e tabelas, compondo um arcabouço até então inexistente, visto estarem preservadas em acervo, porém dispersas, avulsas, reunir tais informações intencionalmente compondo um mapa geral de cargos, funções, sujeitos, posições, ações, atividades, subprojetos e programas configura algumas interfaces da instituição estruturada no período. Outras tantas podem ser desveladas e problematizadas.

Embora visualizadas lacunas que escaparam do propósito original do estudo, é imperativo encaminhar o foco para as análises acerca da constituição histórica e da estruturação da Escola Especial Santa Clara de Catalão. Ginzburg indica as possibilidades para fechar o estudo:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 2011, p. 177)

De posse dessas evidências e materialidades até aqui demonstradas e empreendendo-se o exercício de análise, direcionando as reflexões e interpretações de sínteses, alguns retornos se fazem necessários, no sentido de visualizar e compreender o objeto – Escola Santa Clara - no que tange ao ensino e ao atendimento especializado no interior de Goiás. Um aparente recuo no tempo histórico instiga a buscar no contexto algumas conexões que se estruturaram no desenrolar dos processos que resultaram na instituição projetada e consolidada no período de recorte. As informações dispersas em diferentes registros quando reunidas e articuladas fornecem indícios para se compreender e visualizar os

processos e percursos, desocultando dobras, assim como a presença e a importância estratégica de determinados sujeitos.

5.1. Contexto da demanda de Ensino Especializado em Catalão

Estas sínteses oriundas do processo de pesquisa, que inclui consulta a fontes oficiais, leitura de registros manuscritos, além de consulta a pessoas e instituições para a localização de dados, abrem-se às possibilidades de análise do contexto em que se insere a instituição investigada e os vínculos historicamente situados.

A dinâmica da cidade de Catalão, compreendida no movimento de expansão urbana ocorrido do final da década de 1970 e se estendendo até o período de recorte desta pesquisa, é explicitada por estudos no âmbito da geografia, em particular no que nos interessa diretamente. Tal articulação é pertinente, porque dialoga com o que encontramos em diferentes livros de atas, cujos registros atestam a participação de pessoas da sociedade civil, oriundas de outros estados e regiões brasileiras, pressupondo haver uma correspondência com as atividades econômicas e produtivas existentes na cidade e região. A Escola Santa Clara não seria uma ocorrência isolada. Catalão é também o município sede da Delegacia Regional de Ensino, jurisdiciona a rede estadual de educação com escolas em dez municípios da microrregião. O então delegado regional, prof. José Francisco Cândido, integra a equipe dos primeiros idealizadores de uma instituição de ensino especializado na cidade. É esposo de uma professora e pai de uma aluna com necessidades especiais.

No despontar da década de 1980, várias escolas estaduais foram instaladas em diferentes bairros de Catalão, assim como escolas rurais, sob a responsabilidade do município. Dados oficiais da estatística escolar apontam o incremento da rede escolar pública, estadual e municipal, no período. Exemplifica-se algumas: o Colégio Estadual Polivalente “Dr. Tharsis Campos”, no bairro Nossa Senhora de Fátima; a Escola Estadual “Abrahão André”, na Vila Liberdade; o Instituto de Educação “Matilde Margon Vaz”, no Setor Universitário; o Colégio Estadual “Anice Cecílio Pedreiro”, na Vila Santa Terezinha. Algumas com obras iniciadas ao final da década de 1970 e finalizadas nos anos 1980, enquanto outras foram instaladas na primeira metade da década de 1980. Em termos de localização espacial, tais instituições retratam uma distribuição espacial no atendimento escolar público.

Nessa dinâmica, a sede do grupo escolar “Luiz de Alcântara”, no bairro Pio Gomes, fica disponível para abrigar a segunda sede provisória da Fundação Escola de Surdos Santa Clara, em 1983.

Empreendimentos como o investimento em uma instituição para formação de menores aprendizes, subsidiada por recursos da LBA, além de programas de assistência às gestantes também foram instalados na mesma época, com aporte de entidades filantrópicas e da assistência social do município, algo inédito na cidade até então. É um momento em que diversas ações de natureza educativa e social emergem por meio de parcerias com o município. Os primeiros recursos destinados à Escola Santa Clara também chegam por essa via.

É conveniente assentar esse contexto marcado pelo fluxo migratório desencadeado nos anos setenta e oitenta em virtude da exploração da atividade mineradora por empresas multinacionais. A demanda de profissionais especializados trouxe para a cidade famílias de diversas regiões. Esse atrativo induziu a fixação de nichos populacionais direta ou indiretamente relacionados às empresas ou afiliadas. Simultaneamente, a produção agrícola também vivenciou transformações com a chegada de grandes produtores que se instalaram nas regiões de chapadas, abrindo novas fronteiras para a produção de monoculturas como milho, soja, feijão e outros cultivares.

Figura 21 – Tabela com a Relação de Municípios da Microrregião de Catalão: Sua População Total dos Anos de 1950 a 2000

Tabela 1 - Municípios da microrregião de Catalão: população total, 1950 a 2000

Municípios	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Anhanguera	1.559*	1.333	1.081	716	869	895
Campo Alegre de Goiás	4.497*	5.046	4.457	4.380	4.536	4.528
Catalão	24.562	26.098	27.338	39.168	54.525	64.347
Corumbaliba	7.985	7.499	7.488	5.906	5.529	6.655
Cumari	6.737	4.868	4.977	3.775	2.883	3.105
Davinópolis	---	---	3.205	2.449	2.118	2.109
Goiandira	9.548	6.964	6.033	5.718	5.368	4.967
Ipameri	16.901	18.503	20.518	20.338	20.794	22.628
Nova Aurora	2.424*	2.242	2.166	1.927	1.845	1.927
Ouvidor	3.458*	3.001	3.928	3.441	3.703	4.271
Três Ranchos	---	3.069	3.248	2.259	2.260	2.831
Microrregião de Catalão	77.671	78.623	84.439	90.077	104.430	118.263
Municípios de pequeno porte	53.109	52.525	57.101	50.909	49.905	53.916

Fonte: IBGE, 1982 e 2005. Org.: MELO, 2006.

Fonte: Organizada com Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por MELO (2006, p.04).

Ao observar a Figura 21, que se refere à tabela com as variáveis da população em Catalão e sua microrregião, verifica-se que enquanto os demais municípios vivenciam um decréscimo no número de habitantes, em Catalão ocorre o contrário, pois mantém um crescimento relativo que quase triplica a população em três décadas.

Tais fatores mobilizam uma dinâmica populacional diferenciada no município de Catalão, quando comparada a outros municípios de menor porte situados na mesma microrregião. Melo (2006), ao interpretar os dados populacionais do IBGE para esta região e tomando como amostra o intervalo entre 1950 e 2000, apresenta uma explicação sobre essas variáveis.

Verifica-se que o crescimento da população total da microrregião tem como centro o município de Catalão, pois este é o único que não está incluído na variável “município de pequeno porte da microrregião geográfica de Catalão”. Os dados dos censos demográficos demonstram que este município teve um crescimento total entre 1950 e 2000 de 39.785 habitantes, o que representa aproximadamente 161,98 % de ampliação no contingente populacional, (...) mesmo com os desmembramentos territoriais dos “antigos” distritos de Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis ocorridos nesse intervalo de tempo. O município de Catalão detinha em 1950 cerca de 31,62 % da população total da microrregião, em 1970 somou um valor aproximado 32,38 %. Já no ano de 2000 a população total deste município equivalia a 54,41 % do total da microrregião. (MELO, et al., 2007, p.5-6).

A influência das atividades de extração mineral na atração de fluxo populacional para a cidade de Catalão e região é mencionada por pesquisa de Mendonça (2004) e analisada pela perspectiva de êxodo rural, com transferência de população rural para a cidade. Porém, Deus (2003, p. 69-70), acrescenta outras explicações na dinâmica de indução do fluxo migratório para o município, ao pontuar que:

(...) para Catalão, diferentemente do restante das outras cidades do Sudeste Goiano, a década de 1970 foi especialmente importante. Além das novas culturas introduzidas na lavoura, foi a época da implantação das empresas de mineração para a extração de fosfato e nióbio nas jazidas de Catalão e Ouvidor, além da pavimentação asfáltica da BR 050, que colocou a região na rota dos fluxos do Sudeste do país. [...]. Ao mesmo tempo em que a cidade crescia, os municípios à sua volta decresciam ou tinham um desenvolvimento insignificante do número de habitantes. Esses municípios permaneciam tendo como atividade principal a agropecuária, com

comércio inexpressivo. A pequena distância entre as cidades da microrregião favorecia o crescimento do comércio catalano, que absorvia a riqueza produzida no entorno, fortalecendo seu domínio regional. Municípios que antes concorriam economicamente com o polo passaram a não ter força para competir, sendo dominados economicamente por Catalão. (DEUS, 2003 apud MELO et al., 2007, p. 9-10)

Estas pesquisas, embora não tangenciem a variável educação, apresentam dados e informações de contexto que nos auxiliam a compreender a presença de “forasteiros”, isto é, de pessoas aparentemente recém-chegadas na cidade, participando de reuniões e se apresentando para ocuparem cargos e funções em prol da Escola Santa Clara ou da Sociedade Pestalozzi. A chegada de profissionais da área da saúde, psicologia, educação, assistência social, terapia ocupacional, além de outras vinculadas ao judiciário ou ao ensino superior, poderia ser indutora do atendimento especializado preconizado desde as primeiras ações da Escola. A convergência de interesses entre profissionais estabelecidos no âmbito da educação na cidade, com a mobilização de outros que, por algum motivo, aportaram em Catalão na década de 1980 teria originado as condições de base para estruturar o projeto de atendimento especializado que resultou na Escola Santa Clara.

Estrategicamente, tanto profissionais que ocupavam cargos na educação estadual e municipal em Catalão, quanto profissionais liberais vinculados a empresas, assim como médicos, psicólogos e terapeutas que atuavam na cidade foram fundamentais para o desdobramento das ações iniciais para o atendimento especializado. Sem dúvida que os canais para o estabelecimento de parcerias e apoios por parte do município e de empresas foram decisivos para alavancar a proposta inicial, transformando-a em uma instituição escolar no decorrer da década de 1980.

5.2. Da Materialidade e Apropriação da Instituição Escola Santa Clara de Catalão-GO

O olhar sobre os documentos oriundos desta instituição nos remete a observar alguns pontos referentes à intencionalidade de origem e ao projeto efetivamente institucionalizado.

A compreensão sobre a rede de relações que motivou a criação da Escola Santa Clara é um tanto quanto singular. Partiu de uma demanda social específica.

Tratava-se de um grupo de pais, com filhos deficientes, que até então não tinham em Catalão uma escola onde pudessem matriculá-los, pois os mesmos necessitavam de atendimento educacional especializado, até então, não ofertado no município e região (PPP, 2010).

Uma destas crianças, em particular, era uma menina de nome Rinna Clara Aires Cândido, filha de Eliane Aires Cândido e de José Francisco Cândido, Delegado Regional de Educação (na época). Esse casal, juntamente com outros profissionais voluntários, conforme disposto no Quadro 2, foram idealizadores da instituição, pois tinham influência junto às lideranças políticas do município, podendo, dessa forma, capitanear apoio para a abertura desta escola. Mas não só os pais desses alunos deficientes eram os responsáveis por buscar apoios em diferentes instâncias a fim de tornar possível esse empreendimento. Profissionais como o Médico Otorrinolaringologista, o Sr. Mário Tsutsui, a Psicóloga, Sr^a. Lívia Maria Serradourada, a Pedagoga Ivani Felício da Silva, por exemplo, abraçaram essa ideia na condição de voluntários, com o propósito de prestarem atendimento aos alunos especiais que pudessem vir a se ingressar a essa instituição, mesmo antes desta ser realmente oficializada como instituição de ensino por meio da Registro da “Fundação Escola para Deficientes Auditivos” no ano de 1983.⁷

As atividades desta instituição de ensino especializado começaram em 1982, com um público pequeno de deficientes auditivos. E, mesmo sem estrutura adequada e quadro de funcionários limitado (não havia nessa época nem pessoal suficiente para assumir funções específicas como a de coordenador e/ou diretor), a escola passou a funcionar provisoriamente em uma sala cedida pelo Colégio Mãe de Deus e continuava contando com o apoio dos pais dos alunos (PPP, 2010). Uma mãe, que se destacou nesse apoio prestado instituição, foi a Sr.^a Silma Machado de Oliveira (que possuía um filho com síndrome de Down), que realizou, por quase dois anos, o transporte gratuito dos alunos da instituição em seu veículo próprio.⁸

As iniciativas para a melhoria do funcionamento da escola em prol de sua consolidação e o esforço dos pais e dos idealizadores em buscarem apoio de autoridades e parcerias com instituições como a UFG, o Rotary, empresas,

⁷ Os nomes dos profissionais assim como funções e cargos ocupados na Escola Santa Clara no período foram localizados em registros avulsos, em relatórios e anotações conservadas no acervo da instituição.

⁸ Tais informações estão foram localizadas em registros avulsos, em relatórios e anotações conservadas no acervo da instituição.

indústrias ou ainda com profissionais da área da saúde, médicos, psicólogos, etc., eram registrados nas Atas das primeiras reuniões da escola.

Foi fundamental também o apoio do prefeito municipal de Catalão recém-eleito, o Exmo. Sr. Haley Margon Vaz, proveniente de um compromisso assumido em sua campanha (junto aos pais de alunos e profissionais envolvidos no atendimento desses deficientes) de que a prefeitura de Catalão iria subsidiar a instituição. Os decretos e leis tanto de reconhecimento da Escola, quanto de repasse de verbas confirmam esta expectativa, assim como o papel estratégico da prefeitura municipal no provimento das ações iniciais que resultaram posteriormente na existência da Escola.

Em 1983 há então a criação/registro do Estatuto da “Fundação Escola Santa Clara” em que a escola ampliou sua demanda de atendimento, tornando-se conhecida em Catalão e região. O trabalho dos profissionais na instituição começa a despontar e a ser reconhecido. Gradativamente novos profissionais e equipamentos vão sendo incorporados em benefício dos diferentes atendimentos. Como consequência, faz-se necessária a mudança de prédio. Novamente, o empenho municipal se expressa na cessão do prédio localizado no bairro Pio Gomes. Observa-se que, nesse movimento, a equipe pioneira articula ações com a sociedade civil, empresarial e religiosa, enquanto a prefeitura municipal se faz presente no empenho principal de estrutura e composição da equipe de profissionais.

Em 1984, o casal Eliane Aires Cândido e José Francisco Cândido interrompe as atividades que realizavam junto à Escola. Ele deixa o cargo de delegado de ensino, mudam-se para Vilhena - Rondônia, onde passa a atuar na área de Direito.⁹ Outros profissionais passam a compor a mobilização em prol da Escola, enquanto alguns permanecem na equipe. Neste mesmo ano, inicia-se o segundo mandato do Exmo. Sr. Haley Margon Vaz, prefeito municipal e da Sr.^a Joana Gomides Margon, na época primeira dama, diretamente envolvida nas questões sociais. Sob o comando da ação social do município, gerida pela primeira dama, diversos empreendimentos de cunho social e filantrópico foram canalizados, com aporte de recursos estaduais e federais para essa área. O atendimento especializado na Escola Santa Clara foi beneficiário, em parte, desses investimentos.

⁹ Na documentação preservada no acervo verificam-se outras dispersões da equipe original, cujos nomes deixam de constar nos registros de atas e outras anotações.

É válido ressaltar que nesse mesmo interstício (1983-1984), sob a influência e apoio político do prefeito municipal, ocorrem os primeiros empenhos para a instalação de ensino superior em Catalão: a disponibilidade do antigo prédio do Centro de Formação de Professores Primários de Catalão (CFPPC), na avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, assim como a liberação de área para a construção da primeira sede do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). A presença do então diretor do Campus Avançado da UFG em Catalão, prof. Paulo Roberto de Macedo Olinto, em reuniões de mobilização da sociedade local em prol da Escola Santa Clara não se dá por acaso. Além do interesse pessoal no investimento, enquanto pai de aluno especial, a proposta da UFG à época para Catalão consistia na instalação de um campo de estágios para os cursos em funcionamento em Goiânia. A abertura de espaços para a atuação de estagiários oriundos de diversas áreas fazia parte do convênio celebrado com a prefeitura municipal.

Um empreendimento multifuncional suficiente para acolher a diversidade de atendimento especializado tem custos e requer a aquisição de equipamentos adequados, além de demandar a instalação de espaços próprios e adaptados, conforme vão surgindo as demandas. Provavelmente tal complexidade não era alheia aos idealizadores da instituição. Embora o aporte fornecido pela prefeitura municipal, juntamente com as doações avulsas da sociedade, concretizassem as primeiras ações no sentido de estruturar e prover o atendimento realizado na escola, a visualização da demanda em Catalão e região extrapolava a capacidade de recursos pela via do município. A consolidação e a ampliação do atendimento requeria investimentos mais vultosos, além do incremento no quadro de profissionais de diferentes áreas. Assim, foi criada em 1984 a Sociedade Pestalozzi em Catalão como uma maneira de captar e gerenciar recursos, pois, por meio dessa instituição filantrópica foi possível ampliar a oferta de vagas na escola e promover alternativas para garantir legalmente e oficialmente recursos orçamentários oriundos de diversas fontes, haja vista que as instituições de ensino de cunho especializado ao atendimento de deficientes necessitam (sem levar em conta o quantitativo de alunos) de estrutura diferenciada, adaptada e multifuncional, além de profissionais específicos para o atendimento nas mais diversas especialidades, que, por sua vez, são investimentos onerosos (ARCSPCG, 1984).

Segundo consta em registros, a primeira dama mobilizou vários membros da sociedade catalana, pais de alunos deficientes, profissionais envolvidos com a

escola no período, funcionários de instituições como a UFG (recebeu expressivo apoio do Diretor, no período, o Sr. Paulo Roberto Macêdo Olinto, que era pai de uma criança com deficiência), maçonaria, autoridades, profissionais da saúde, etc., para realizarem a primeira reunião de criação da Sociedade Pestalozzi em Catalão, com o intuito de, naquele momento/espço da reunião, discutirem a proposta de implantação da sociedade Pestalozzi em Catalão (a qual ela já havia levantado junto a Pestalozzi de Goiânia) e elegerem a primeira diretoria provisória entre os presentes. É válido ressaltar que a primeira presidente dessa Associação Pestalozzi, a Sr.^a. Isabel Christina Paranhos Escher, era uma pessoa engajada nas questões sociais, com contatos com a Sociedade Pestalozzi de Goiânia. Além disso, possuía formação em Assistência Social e era mulher do Exmo. Sr. Dr. Carlos Hipólito Escher, juiz da infância recém-transferido para o município de Catalão naquela ocasião (ATA29031984, 1984).

Nesse momento, fica explícito que, com a escassez de uma política pública efetiva voltada para a educação dos deficientes, que contasse com a disponibilização de recursos específicos para esse tipo de oferta de ensino especializado por parte das escolas públicas, o poder público tinha como artifício de saída, de contorno dessa situação “problema” transferir a responsabilidade de manter essa instituição de ensino para organizações não governamentais, como foi o caso da Sociedade Pestalozzi.

É nesse contexto que a oficialização da Escola se dá pelo empenho do Prefeito Municipal, o Exmo. Sr. Haley Margon Vaz, que sanciona a Lei de Criação da Escola Santa Clara no sentido de viabilizar parte dos recursos que vinham destinados à educação básica das escolas de primeiro grau também para a Escola Santa Clara.

Com o Advento da Sociedade Pestalozzi, foi possível articular diversos tipos de arranjos que culminaram na efetivação de novos convênios (nas três esferas governamentais – município, estado e federação) e com outras instituições ampliando os laços/contatos sociais, na expectativa de angariar mais recursos financeiros e apoio profissional de forma que tanto a Escola Santa Clara, quanto a Sociedade Pestalozzi pudessem, ambas, desenvolverem-se em Catalão.

O interesse desencadeado por uma minoria de indivíduos da sociedade civil ganhou, então, com a criação da Pestalozzi em Catalão, o alicerce necessário para a promoção do atendimento educacional especializado de qualidade, eficaz, mais

amplo, tanto em quantidade de vagas, quanto em tipo de deficiência para os alunos com necessidades especiais deste município do sudeste goiano e toda região.

Não deixa de ser intrigante perceber em algumas atas os conflitos existentes. É possível entender que, apesar de serem duas instituições que tinham o mesmo objetivo - promover ensino e assistência aos portadores de deficiências por meio da Escola Santa Clara - e a Pestalozzi ter sido constituída em Catalão para atender, exclusivamente, ao projeto desta instituição, em alguns momentos essas instituições, por meio de suas gestões, agiam de maneira “divergente” quando se tratava do recebimento/aplicação dos recursos financeiros. Isso em função das diferentes visões de gestão. Em alguns momentos parece haver disputas por se tratar de duas entidades distintas de poder/influência/domínio. Diversas Atas apontam registros que induzem a tais indícios, como por exemplo a Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão de 12/09/1989 (ARSPC, 1989, p.02-03).

Segundo consta foi acordado que os recursos oriundos da L.B.A. deveriam ser movimentados em prol da escola, por meio de uma conta conjunta entre a Diretora da Escola Santa Clara de Catalão e um membro da Diretoria da Sociedade Pestalozzi, designado para acompanhar o uso desses recursos, o que não estava sendo respeitado.

Em outra Ata (ARDSEPCECAE, 1989), percebemos mais conflitos quando a Presidente da Sociedade Pestalozzi registra:

Continuando ainda a Senhora Presidente falou como mãe de uma aluna da escola, não só de sua vontade, mas da real necessidade que a escola cresça, sabendo dos desafios e acreditando numa coesão de todos nossos esforços para se chegar a um denominador comum, trazendo assim ao nosso trabalho enriquecimento e dinamismo, ao invés de disputas e rivalidades... (ARDSEPCECAE, 1989, p.02).

É no mínimo estranho nos depararmos com essas situações, pois, a Sociedade Pestalozzi era, por princípio, a mantenedora da Escola Santa Clara, portanto, sua principal função era, fundamentalmente, angariar recursos com a finalidade de desenvolver a escola em questão. Logo, porque haviam conflitos e disputa pelo poder? Pelo controle financeiro? Pela decisão do que seria feito primeiro com os recursos angariados? Essas lacunas não puderam ser respondidas por meio das fontes documentais oficiais, no entanto, remetem à reflexão e

estimulam a realização de pesquisas futuras, utilizando também outros elementos metodológicos que permitam desvelar essa história de maneira mais completa.

Os cargos de gestão da Escola Santa Clara não poderiam, por hipótese alguma, ser indicados por outra entidade, governo ou pessoa, conforme diz a Ata da Reunião Extraordinária da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARESPC (1999):

A sociedade Pestalozzi de Catalão é a entidade mantenedora da Escola Santa Clara de Catalão e, como tal, de acordo com seu Estatuto, no Art. 17, letra “e”, a indicação para Diretor(a) e Secretário(a) da escola mencionada cabe à Entidade.” (ARESPC, 1999, p.01).

Existiam eleições para o cargo de diretor(a) da escola em que os (as) profissionais que atuavam na instituição registravam sua candidatura e eram votados(as). Mas, se eram todos funcionários da mesma instituição, que já trabalhavam/conviviam juntos para o mesmo fim (a educação e assistência dos alunos deficientes), porque haveria conflitos? Divergências no ponto de vista de gestão? Disputas por espaços e poder? Ou seriam as circunstâncias de vínculos diferenciados dos profissionais na Escola Santa Clara e na Sociedade Pestalozzi?

Outro fator importante e curioso a ser analisado neste contexto de gestão destas instituições é que, com base no que se apresenta nos documentos, havia certa longevidade dos mesmos profissionais à frente destas duas organizações. Pela documentação, os cargos assumidos por gestores na sociedade Pestalozzi eram obrigatoriamente voluntários (sem remuneração)? Apenas os cargos assumidos por gestores (Diretora e Secretária) da própria Escola Santa Clara eram remunerados (ocupados por servidores, concursados, oriundos do município/estado) e ficavam à disposição da escola e recebiam uma gratificação para desempenharem essas funções. A Sociedade Pestalozzi podia, via contrato, admitir profissionais, bem como pagar gratificações aos funcionários concursados colocados à disposição (via convênio) que desempenhavam atividades/funções na Escola.

É instigante compreender a teia de relações que se instala nas duas instâncias. Por ser um trabalho voluntário, não havia concorrência para os referidos cargos? Sob tal suposição, tornava-se um trabalho voluntário e compulsório (a pessoa fica no cargo meio que “obrigada” porque não há outra para assumir)? Ou, ainda, pela conveniência, por conhecerem a fundo sobre a instituição, sobre o que tem que ser feito, vão sendo os mesmos a se candidatarem? Por paixão, por amor,

por dedicação à causa? Seria por questões religiosas? Ou pela relação de poder, de articulação social alcançada? Por meio da documentação levantada foi possível, no entanto, realizar os apontamentos e não elucidar esses questionamentos em sua totalidade. Aqui, abre-se o leque para futuras pesquisas junto às próprias pessoas envolvidas (ainda vivas e lúcidas), que podem auxiliar no esclarecimento destas perguntas.

Contudo, com base na documentação levantada conclui-se que a indicação de que a Escola Santa Clara de Catalão / Associação Pestalozzi era uma instituição que possuía em sua composição pessoas dos mais diversos segmentos, atuando, de certa forma, na mesma. Compostas por vários profissionais da área da saúde como médicos, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, dentistas, etc., bem como advogados, contadores, políticos de diversos partidos, parentes de políticos de diversos partidos, profissionais liberais, funcionários de corporações privadas e autarquias, pais de alunos deficientes, pessoas portadoras de algum tipo de deficiências e com relativa influência no meio político, social e empresarial. Pessoas com relações e cargos no meio educacional, voluntários vinculados a alguma instituição religiosa e a clubes de serviços, Rotary e maçônicas, funcionários públicos, autônomos, migrantes, profissionais liberais vinculados a diferentes empresas, comerciantes ou autônomos. Muitos ocuparam cargos e desempenharam funções na Escola Santa Clara e na Sociedade Pestalozzi, com vínculos de naturezas diversas: voluntários ou cedidos (por meio de convênios) e/ou contratos.

5.3. A Instituição estruturada – Escola Santa Clara de Catalão-GO/Associação Pestalozzi no Sudeste Goiano

A escola de ensino especializado consolidada em Catalão foi denominada, ao final da década de 1990, como: Escola Santa Clara de Catalão/Associação Pestalozzi. Do atendimento inicial em 1982 de 11 alunos com deficiência auditiva, ano após ano, foi ampliando as vagas para outros tipos de deficiências, gradativamente. Em 1984, tinha 37 alunos (PPP, 2010). Em 1985, segundo a ATA12021985 (1985, p.02), contava com 60 alunos matriculados e, em 1991, com 163 alunos (conforme descrito no LMI, 1989 – 1992, p.47-88). O público atendido era composto por alunos deficientes residentes em Catalão e cidades

circunvizinhas, na área urbana, mas também havia alguns casos de moradores da zona rural.

Não havia faixa etária pré-estabelecida para que os alunos se matriculassem, exemplo: era possível que o responsável matriculasse uma criança de 01 ano de idade em uma turma de fisioterapia, ou um adulto de 27 anos em uma turma de oficina pedagógica ou, ainda, outro adulto de 29 anos em uma turma de atendimento domiciliar, etc. Mas é válido ressaltar que os alunos matriculados passavam por triagens, testes e avaliações realizadas pelos diversos tipos de profissionais (da área educacional, saúde e social) que atuavam na instituição, a fim de indicarem a turma em que os mesmos deveriam ser matriculados para seu desenvolvimento educacional, clínico, pessoal, psicológico, social e etc., com a finalidade de promover a formação completa do aluno respeitando suas limitações e explorando/ampliando suas potencialidades.

Devido ao aumento na oferta de vagas (em função da demanda social existente), a instituição teve, por diversas vezes, que mudar seu local de funcionamento. No ano de 1987, recebeu uma doação de um terreno situado na Vila Cruzeiro II, em Catalão, onde foi construída sua sede própria, que se encontra em funcionamento desde 1992 (PPP, 2010). O projeto dos prédios para a edificação das dependências da Escola teve a arquitetura projetada para o terreno doado, e o aproveitamento e a personalização dos espaços físicos para uso junto aos alunos e funcionários foram aspectos que, no período, já evidenciavam o diferencial desta escola, pensada e projetada para atender, de fato, às especialidades diversas, confirmando o caráter multifuncional não apenas do projeto institucional como também do projeto arquitetônico.

Um projeto avançado para a época lançava o olhar sobre o atendimento multifuncional e multidisciplinar especializado que a instituição vislumbrava, pois, além de conter salas de aula, salas de atendimento administrativo e pedagógico tradicionais existentes nas escolas comuns, outras salas para os atendimentos específicos, não comuns às escolas de 1º grau existentes no município e região, também foram materializadas, tais como: salas de ambulatório médico, gabinete odontológico, triagem, diagnóstico, assistência social, terapia da linguagem, fonoaudiologia, audiometria, terapia ocupacional, dentre outras atividades inerentes a subprojetos.

Quanto à acessibilidade física espacial, houve o cuidado no projeto arquitetônico de construir a instituição com rampas, amplas calçadas, sanitários/portas adaptados para o atendimento de possíveis alunos com deficiência física, considerando aspectos de acessibilidade que, no período, não eram levados em conta nas construções das escolas, pois nem mesmo eram exigidos pela legislação vigente.

O complexo de prédios e dependências internas se vinculou a setores/departamentos dispostos em uma organização institucional que possuía, além dos departamentos usuais como direção, coordenação, secretaria, outros de assistência social e odontológica, diagnóstico, etc. Havia outros espaços destinados às atividades e atendimentos característicos da área pedagógica, incluindo oficina pedagógica, estimulação, atendimento domiciliar, manutenção da escolarização, etapas I, II e III, atendimento psicológico, psicomotricidade, terapia da linguagem, treino auditivo, fisioterapia, (PPP, 1993), enfim, dependências e estruturas para acompanhamento diversificado, conforme as demandas específicas. A estrutura física foi ocupada por profissionais das mais diversas áreas profissionais que atuavam nos departamentos/setores da instituição junto aos alunos, vislumbrando atender ao projeto multifuncional adotado pela instituição para o atendimento especializado e diferentes áreas.

Compondo o quadro de profissionais atuantes na escola havia Professores que possuíam formação em magistério, letras, pedagogia, assistência social, educação física, etc.; Diretora; Secretária; Coordenadoras; Motoristas; Merendeiras; Auxiliares de Serviços Gerais; Odontólogos; Médicos: Otorrinolaringologistas, Fonoaudiólogos e etc.; Psicólogos; Fisioterapeutas; Assistentes Sociais; Horticultores; Auxiliares em Administração, etc. (PPP, 1993). Um aspecto que merece destaque é quanto à natureza do ofício desempenhado internamente por esse *corpus* de profissionais. Nas diferentes funções, a ênfase no cuidado, na integração social, na estimulação de habilidades, assim como o incentivo para que os alunos adquirissem relativa autonomia de ação se fazem presentes no modo de organizar e desenvolver as atividades. O foco no atendimento especializado tem como premissa o desenvolvimento integral do aluno nas situações internas e externas à Escola. Em manuais de treinamento, de formação continuada, em cursos temporários que a equipe da instituição participa, seja em promoções da Secretaria de Estado da Educação ou por meio da Sociedade Pestalozzi, fica evidente o

direcionamento dos distintos projetos no sentido de melhorar a qualidade de vida e a integração social do aluno atendido. A presença e a participação das famílias em atividades e eventos promovidos pela Escola também são particularidades do caráter multifuncional da instituição.

Até o ano de 1991, segundo PPP (2010), a organização das atividades pedagógicas estava configurada pelos chamados Períodos I, II e III (ofertados aos DMT) e a alfabetização, além dos apoios nas áreas de fisioterapia, assistência social, terapia da fala, treino auditivo, psicomotricidade, educação física, oficinas (apenas de artesanato). Em 1992, incluiu as etapas I, II e III (que substituíram os períodos I, II e III) para o mesmo público de DMT. Neste ano, passou também a oferecer as oficinas pedagógicas (iniciou com tapeçaria, mas houve ainda outras como horta, cozinha, etc.). A Alfabetização foi extinta neste ano, sendo retomada no ano de 1996. Em 1996, a instituição amplia os atendimentos odontológicos, de computação e natação que se seguem atrelados às demais ofertas de ensino, pedagógicas e de apoio. Com essa organização, o ensino promovido pela Escola Santa Clara de Catalão/Associação Pestalozzi, no período, era inédito, diferenciado e singular, tornando-a uma referência no ensino especializado no município e região.

Esse formato consolidado permaneceu em vigor até meados do ano 2000, quando a Escola foi instigada a realizar as mudanças exigidas pela legislação estadual, face ao programa de transferência e integração dos alunos atendidos para salas regulares das escolas públicas estaduais e municipais. A Instituição neste momento de reorganização perde sua autonomia no que se refere ao tipo de ensino e atendimento preconizado no projeto original. Na reestruturação, reduz a ênfase nas atividades de natureza didático-pedagógicas e reorienta a proposta multifuncional sob novas bases e prioridades. A Escola Santa Clara – Pestalozzi de Catalão torna-se uma instituição de apoio e assistência às escolas públicas com atendimento educacional na perspectiva da inclusão. A estrutura é utilizada para atendimentos terapêuticos nas áreas de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia e reabilitação. Fornece apoio às instituições e aos professores da rede regular de ensino com métodos de LIBRAS, pedagogos, interpretes, dentre outros tipos de assessoramentos. Mantém o caráter de atendimento especializado para um grupo restrito de alunos diagnosticados com comprometimentos graves, profundos e múltiplos que não estejam aptos a serem incluídos em salas inclusivas. Embora

prevaleça o atendimento multifuncional, o projeto se altera a partir de 2001 e novas demandas e articulações são postuladas. Encerra-se um ciclo. Formula-se uma nova proposta para o atendimento especializado na Escola Santa Clara. Os conflitos, as perdas e as permanências dessa nova fase devem ser objeto de outros estudos e investigações.

Ao encaminhar a síntese do estudo sobre a Escola Santa Clara explicitou-se dois aspectos considerados relevantes pela pesquisa. A composição do quadro de profissionais e o caráter voluntário dos cargos ocupados na Sociedade Pestalozzi. Embora a Escola Santa Clara tenha sua existência legalmente instituída pelo município de Catalão, ou seja, é uma Escola municipal, a disponibilidade de servidores oriundos da rede estadual, municipal e de outros órgãos públicos se manteve durante os dezoito anos em que delimitou-se o estudo. Soma-se a estes os contratos firmados pela Sociedade Pestalozzi para assegurar a cobertura de atendimentos específicos. Mas o caráter misto não se restringe a esses casos, na medida em que a presença de voluntários também se manteve nesse percurso. Isso é um indicativo de que, para operacionalizar as distintas atividades do atendimento especializado, a instituição aglutinou uma complexa teia de relações composta por profissionais não apenas de diversas áreas, mas também oriundos de diferentes órgãos e vínculos. Desse modo, é possível identificar na Escola profissionais que, em virtude do vínculo efetivo com a rede estadual ou municipal, construíram uma carreira articulada ao atendimento especializado, atuaram na mesma instituição durante todo o período investigado, enquanto outros, pela natureza do contrato temporário, foram ficando nas dobras de percursos, romperam ou se distanciaram do projeto multifuncional.

O segundo ponto em destaque se refere ao voluntariado na ONG. Uma entidade oficializada com a função de captar recursos, gerenciar a aplicação e prestar contas, com garantias estatutárias para fazer contratos de profissionais especializados em determinados atendimentos, compõe uma equipe diretiva exclusivamente por meio do trabalho voluntário. Isso não seria indícios de uma contradição interna? Se existe a prerrogativa de receber por cessão temporária servidores provenientes de outros órgãos – inclusive com a complementação salarial na forma de gratificações - o que justifica o voluntariado? Não seria esta uma contradição interna mantida pela própria entidade?

O mergulho nos registros do acervo suscita a questão do voluntariado exercido na Sociedade Pestalozzi como algo instigante, que sugere novos estudos. As especificidades e a natureza do trabalho voluntário talvez possam desvelar várias lacunas, esclarecer muitos conflitos e contradições observadas no percurso de constituição da Escola e de efetiva atuação da entidade. Os entraves verificados na legalização dos processos, assim como os empecilhos para que o provimento financeiro se traduza no atendimento especializado são um problema que não se resolve apenas com a criação de uma ONG. O embate a respeito das prioridades e a celeridade no atendimento de demandas, por vezes, determinam os contornos assumidos pelo projeto multifuncional. Tanto a temporalidade dos contratos quanto os limites do voluntariado podem se constituir em dificuldades concretas na operacionalização de atividades vitais da instituição.

A pesquisa sobre a Escola Santa Clara de Catalão/Associação Pestalozzi permitiu compreender que essa instituição escolar se constituiu no período de recorte em um espaço diversificado, multidimensional, de atendimento multifuncional e multidisciplinar, no qual se expressou o atendimento especializado. A instituição se estruturou sob uma organização pedagógica singular, sendo concebida nos moldes e adaptações necessárias à demanda atendida.

A despeito das possíveis contradições e conflitos situados em determinados momentos é inegável o pioneirismo do empreendimento à época para a cidade e a região. A iniciativa dos idealizadores, juntamente com o comprometimento do município em subsidiar as primeiras ações, mostrou-se eficiente na incorporação de recursos públicos municipais, um feito inédito na cidade até então. Isso atesta o perfil do gestor municipal enquanto alguém com visão para não apenas respaldar as demandas apresentadas, mas também para utilizar de sua influência em diferentes instâncias para induzir apoios e firmar convênios diversos.

Aliado à criação da Sociedade Pestalozzi, pode-se compreender que o empreendimento da Escola Santa Clara foi resultado de uma luta complexa, cujo êxito teve expressiva participação direta e indireta de diversos sujeitos, profissionais, pais, autoridades políticas, jurídicas, religiosas e civis, empresariado, entidades filantrópicas, clubes de serviço, enfim, uma mobilização ampla, que deu visibilidade às demandas e necessidades de atendimento especializado em uma instituição própria e equipada, que desde a origem já se mostrou diferenciada no formato e na estrutura requerida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender como se deu a concepção e a estruturação da Escola Santa Clara de Catalão no período de 1982 a 2000, por meio da consulta, demonstração e análise de fontes documentais oriundas do acervo da escola. O exercício de localização e seleção de fontes oficiais constituiu-se numa tarefa de garimpagem em que o principal empenho foi reunir informações e organizá-las de modo a configurar o argumento central do estudo, estabelecendo nexos em torno da estrutura e natureza da instituição historicamente situada. Buscou-se explicitar a história desta instituição relacionando-a com o todo, dando significado na medida em que se traz à luz o contexto social em que a instituição se encontrava inserida.

O diálogo conceitual e a definição conjuntural que envolveu as primeiras ações para a criação da Escola, assim como o esforço conjunto para o reconhecimento de sua natureza jurídica, provimento financeiro e existência legal foram tratados nos dois primeiros capítulos. Os aspectos de oficialização material, assim como a mobilização da sociedade em prol da proposta de uma escola especializada, estruturada para atender a uma demanda até então não contemplada pela rede escolar, constituiu-se como foco das ações. Travas e entraves também são abordados no sentido de explicitar os percursos que culminaram na criação da ONG – Sociedade Pestalozzi de Catalão - responsável por alocar e gerenciar os recursos de que a Escola Santa Clara necessitava para implementar o projeto institucional. No entanto, não se pode ignorar que os interesses eram, muitas vezes, comuns a ambas as entidades, principalmente no que se refere ao atendimento e desenvolvimento de portadores de deficiência, que é uma premissa da Sociedade Pestalozzi.

A (re)construção histórica da Escola Santa Clara de Catalão está localizada em fontes documentais diversas, incluindo alguns manuscritos, dados sobre a clientela, funcionamento, estrutura física, organizacional, pessoal e organização pedagógica, bem como nos atendimentos da área da saúde que eram oferecidos. Todas as informações obtidas das fontes oficiais no percurso da pesquisa permitem enxergar a singularidade desta instituição e perceber o projeto pioneiro, multifuncional, multidisciplinar, arrojado e diferenciado para a oferta de ensino especializado que a escola possuía para a época.

Na síntese e análise acerca da estrutura e organização do objeto de pesquisa – Escola Santa Clara de Catalão, (re)construiu-se a história desta instituição, situou-se o contexto social, econômico de Catalão das décadas de 1970 a 2000 e a demanda de ensino especializado existente na época, mencionada em fontes documentais, nas quais a escola em questão estava inserida, observando, para esta reflexão, os eixos de materialidade e apropriação e consolidação desta instituição.

Nesse exercício, percebe-se que as fontes oficiais são portadoras de aspectos centrais do estudo, porém, deixam dúvidas e interrogações quanto às questões relacionais, conflitos e disputas. Somente as fontes documentais não responderam a todos os questionamentos e não abarcaram todas as dúvidas que foram sendo construídas no decorrer da pesquisa.

Ao considerar, por exemplo, o disposto no quadro 1, p. 43, e o quadro 2, p. 47, ambos no capítulo II, é inevitável destacar o alerta de Le Goff a respeito das limitações das fontes documentais. Enquanto no primeiro quadro as pistas localizadas estão evidenciadas a partir de 1982, no segundo, algumas informações sobre a equipe inicial permanecem em descoberto. Ainda a ausência de alguma forma de registro impede que a pesquisa possa apreender a motivação inicial que teria originado a intenção e a necessidade da Escola por parte de algum membro dessa equipe, quando em caráter embrionário, o que teria de fato impulsionado as primeiras ações. Particularmente em relação ao período de 1982 a 1983, há poucos documentos ou registros a respeito de encaminhamentos e ações. Em geral, produz-se documentos mediante a necessidade de oficialização, ou seja, algumas formas de registros são produzidas por exigência oficial. As ações e procedimentos voluntários quase sempre não têm a preocupação com alguma forma de registro, salvo os casos em que há possibilidade de fazer uma foto, guardar mostra de tarefas, roteiros de atividades, tudo de modo disperso e sem uma intenção de guarda formal propriamente dita. Isso mostra que o disposto nos diferentes capítulos foi obtido por meio da busca exaustiva de alguma forma de registro, anotações, manuscritos sob a guarda do acervo institucional. O mérito de reuni-los, organizá-los e demonstrá-los já representa um passo significativo no desvelamento de informações esparsas sobre sujeitos e disposições que conduziram à criação e oficialização da Escola. Desse modo, cumpriu-se o que se propôs, porém, não se esgota nesse investimento, antes sugere outras possibilidades de pesquisas.

Apenas para indicar uma indagação, dentre outras que permanecem no plano da curiosidade investigativa, trata-se, por exemplo, de descobrir quem de fato teria empenhado diretamente as primeiras ações e atividades multidisciplinares que resultaram na mobilização do grupo original e, por desdobramento, criou as bases para a primeira fundação da Escola de Deficientes Auditivos Santa Clara. Os registros documentais são insuficientes para se responder a essa indagação. Daí a expectativa de que outros percursos de pesquisa possam elucidar as lacunas que a ausência de documentos não é capaz de indicar. Há especulações de que possivelmente a condição de uma mãe de aluno, integrante da equipe pioneira, pela condição de “do lar”, apoiada pelo marido professor e delegado regional de ensino, seria alguém que teria empenhado diretamente as ações iniciais, incentivada, inclusive, pelo atendimento da filha por especialistas buscados fora da cidade. Tais possibilidades somente podem ser alcançadas por meio dos desdobramentos de novas pesquisas, acionando outros instrumentos e processos, com o intuito de se chegar à confirmação e esclarecimento dessa fase embrionária, mantida no plano da intencionalidade e investimento de diferentes sujeitos e profissionais. São aspectos que instigam novos estudos e amarram outras interfaces no entorno do objeto Escola Santa Clara.

Quando da realização do balanço de estudos sobre instituições escolares, com especificidade em escolas especiais no Brasil, o resultado mostrou que ainda são escassas as pesquisas sobre instituições escolares de ensino especializado vinculadas à Associação Pestalozzi. Nosella e Buffa (2009) confirmaram o pouco investimento nesse campo de pesquisa ao sinalizarem que à época, dentre as diversas temáticas localizadas, apenas uma investigava uma instituição vinculada à APAE em SP. Ou seja, ainda há muito a ser conhecido e pesquisado sobre instituições especiais se considerar que, ao longo do século XX, diversas escolas foram projetadas e criadas sob diferentes iniciativas. Assim, ciente de colaborar com esse campo de pesquisa, compreende-se que a finalidade da investigação se cumpriu na medida em que se afirma a aplicação conceitual, metodológica, analítica e interpretativa do objeto – Escola Santa Clara de Catalão.

Fechado esse ciclo, dentro do recorte e delimitação temática, vislumbra-se a pertinência e a necessidade de outras pesquisas, com outros recortes e procedimentos, especialmente para conhecer os sujeitos que idealizaram a Escola. A referência documental levantada e reunida no presente estudo cumpre uma etapa

importante, no sentido de desvelar sujeitos localizados em registros avulsos. A pesquisa com a história de vida dos idealizadores e demais pessoas envolvidas na fase anterior à institucionalização pode trazer a lume outras questões e relações de interesse da Escola, do contexto local e da política educacional. Semelhante investimento poderá ser também dedicado aos profissionais que construíram uma carreira dentro da própria escola, assim como na Sociedade Pestalozzi. Talvez as contradições que envolvem o voluntariado, os contratos temporários de diferentes profissionais podem ser esclarecidos e explicitados por meio daquilo que os registros omitiram ou deixaram ocultos.

Outras diversas temáticas referentes à educação escolar também podem serem estudadas, como por exemplo: avaliação; progressão e desempenho; metodologias e procedimentos de ensino; adaptação de material didático; recursos pedagógicos adaptados; tecnologias assistivas; docência; processos de aprendizagem. Enfim, há um universo de possibilidades de investigação sobre o que foi produzido pelo projeto multifuncional dessa Escola no mesmo período. Fica a expectativa de que outros estudos possam referenciar as contribuições apontadas pela pesquisa que por hora foi finalizada.

Por meio deste estudo, é possível esclarecer, por exemplo, alguns equívocos relacionados à natureza institucional. Embora a Escola Santa Clara tenha sua existência material e estrutural assegurada por distintos convênios com órgãos públicos e privados, valendo-se do aporte de recursos de diferentes entes federados - governo estadual, governo federal, empresas privadas, ONGs, etc., a instituição faz parte da rede escolar municipal de Catalão. A existência da Sociedade Pestalozzi, enquanto organização não governamental, assegurou (e assegura) a primazia do atendimento das especialidades para as quais os subsídios financeiros são captados e gerenciados, segundo as previsões e rubricas constitucionais. Contudo sua natureza jurídica, conforme a Lei original de criação, é de uma instituição pública municipal, portanto, vinculada ao Município de Catalão.

Por fim, ao finalizar a pesquisa com a escrita da dissertação, assumiu-se que as fontes consultadas possibilitaram a localização de dados e aspectos relevantes para a composição e desenho do argumento central do estudo, qual seja, a constituição histórica e a estruturação da instituição investigada. Em termos formais e oficiais, foi possível reunir informações dispersas em diferentes documentos consultados, reunindo-as no texto dissertativo, produzindo novas fontes de interesse

da história da educação. Um segundo aspecto a ser realçado diz respeito à tarefa do pesquisador, quando se depara com uma variedade de fontes, por vezes desordenadas e sem um tratamento adequado em termos de classificação e organização. É um trabalho manual de garimpagem das fontes para a devida seleção e uso posterior no momento de composição do texto dissertativo. Nesse sentido, as anotações no diário de pesquisa se mostraram viáveis, na medida em que possibilitaram o registro de informações dispersas que depois tomaram forma de quadros e tabelas. Igualmente instigante foi o exercício de interpretar os dados e dar visibilidade ao conjunto estrutural da escola, confirmando as premissas iniciais de que o seu pioneirismo não expressou apenas a condição de primeira no atendimento especializado. Pioneirismo tomado enquanto proposta e estrutura organizacional, cujo caráter multidisciplinar e multifuncional tornou-se evidente em todos os aspectos e ações desempenhadas.

Do ponto de vista pessoal e profissional, ao depositar os resultados, outras motivações se abrem no sentido de compor, quem sabe, um futuro projeto de doutorado, que possa abrir novas possibilidades e operar outros desdobramentos a partir desse objeto. A vontade de conhecer a história de vida do grupo pioneiro, composto por profissionais e autoridades, é algo que fica latente no desejo de continuar a pesquisa sob outros enfoques e olhares.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. B. de. **Do especial ao inclusivo?** Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, 1995.
- ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. **NBR – 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR – 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- _____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2008.
- _____. Ministério da Educação. **Marcos político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: SEESP, 2010.
- BUENO, J. G. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ., 1993.
- _____. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba/SP, UNESP, vol. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.
- BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em historia da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/ SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.
- BUFFA, E.; PINTO, G. de A. A Educação Infantil e o Espaço Escolar: Três instituições criadas no final do século XX. In: GONÇALVES NETO, W.; MIGUEL, M.

E. B.; FERREIRA NETO, A. (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: Currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**. Vitória, ES: EDUFES, 2011. p. 229-254.

CARMO, S. M. **Um breve panorama do que já foi feito pela educação especial no Brasil e no mundo**. Brasília/DF: MEC/SEF. 1997.

CASTRO, H. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico – social**. Trabalho apresentado à Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. Goiânia/GO, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

DEUS, J. B. de. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade Federal de Goiás, 2003.

FONSECA, V. da. **Educação especial: programa de estimulação precoce/uma introdução às ideias de Fewerstein**. 2 ed. Rev. Aumentada. Porto Alegre: Artmed Editora, 1995.

FREITAS, R. A. M. M.; ZANATTA, B. A. O Legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. UCG/VIEIRA, 2006. Goiânia. **Anais...** Goiânia/GO: UCG, 2006. p. 1-10.

GARCIA, V. G. As pessoas com deficiência na história do mundo. In: SILVA, O. M. da (Org.). **Epopeia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje** (1987). 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial - Acesso em 05/06/2015>.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. 2ª ed. 4ª reimpressão. Tradução de Frederico Carotti. SP: Companhia das Letras, 2011.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HENRIQUES, E. A. P. **O Movimento Pestalozzi**. 2015. Disponível em: <http://brasilblog.com.br/?p=2622> Acesso em: 10/06/2015.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

JIMÉNEZ, R. B. Modalidade de escolarização. A classe especial e a classe de apoio. In: _____. (Coord.) **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Education exceptional children**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1987.

LANNA JUNIOR, M. C. M. **As primeiras ações e organizações voltadas para as pessoas com deficiência.** 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso em 08/06/2015.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 5 ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (Orgs.) **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998. p.51-69.

_____. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.) **História da educação em perspectiva.** Campinas - SP: Autores Associados; Uberlândia - MG: EDUFU, 2005.

MELO, Nágela Aparecida de. Dinâmica populacional dos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão: As adversidades da segunda metade do século XX In.: **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, Edição Especial, p. 51 – 64, 2007.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano.** 2004. 458 f. Tese (Doutorado) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** 1995. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Breve histórico da educação especial no Brasil. In: **Revista Educación y Pedagogia**, São Carlos/SP, vol. 22, n. 57, 2010.

MENDES JUNIOR, E.; TOSTA, O. I. L. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. IX ANPED SUL. Porto Alegre/RS, 2012. **Anais...** Porto Alegre/RS, 2012.

MELNIKOFF, E. A. A. **A construção histórico cultural da deficiência e os aspectos atuais de inclusão.** 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/>. Acesso em 05/06/2015.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial.** A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental. 2003. Tese (Doutorado), UNIMEP, 2003.

NOSELLA, P.; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PESTALOZZI, J. H. **Antologia de Pestalozzi**. Trad. Lorenzo Luzuriaga. Buenos Aires: Losada, 1946.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro de Atendimento Especializado Santa Clara (CAE Santa Clara) Associação Pestalozzi de Catalão**. Elaborado pela equipe administrativa e pedagógica. Catalão/GO, 2010.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA. **World Health Organization, The World Bank**. tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012.

RIBEIRO, M. L. Perspectivas da escola inclusiva: Algumas reflexões. In: RIBEIRO, M. L.; BAUMEL, R. C. (Org.). **Educação especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003. p.41-51.

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S. B. de. **Educação Inclusiva**: marcos históricos que produziram a educação atual. **Anais...** Curitiba/PR, 2008.

RODRIGUES, O. M. P. R. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: CAPELLINI, V. L. (Org.) **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru/SP: MEC/FC/SEE, 2008.

SALES, E. Deficiência e Educação: uma perspectiva histórica da educação de surdos. In: **Interfaces da Educação**, UEMS, Paranaíba/MS, vol. 03, n. 09, p. 30-44, 2012.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M. [et.al.] (Orgs) **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 75-94. (Coleção Memória da Educação).

_____. História, instituições escolares e gestores educacionais. In: **Revista HISTEDBR on-line**, Número especial, Ago/2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, D. (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEGA, M. V. D. **Educação Inclusiva**. Anais... Jacarezinho/PR, s/d. Disponível em: <http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/artigos/20.pdf> Acesso em 10/06/2015.

SILVA, R. A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira**: das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã. Monografia, Especialização Latu Sensu "A Educação Inclusiva na Deficiência Mental", São Paulo: PUC, 2003.

SILVA, L. M. G. Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal. **Anais do I Simpósio Internacional: História, Políticas e Saberes em Educação**. Uberlândia, MG: 2005.

SILVA, M. R. da. **A formação dos professores de atendimento educacional especializado de Goiás**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Catalão/GO, 2014.

SIQUEIRA, L de L. **A família e a escola como ambientes formadores segundo Pestalozzi**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas/SP, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Relação de Documentos oriundos da Escola Santa Clara de Catalão que foram referenciados no texto desta pesquisa

- Ata da Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi – ARDSPC – (1984).
- Ata da Reunião da Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão para Esclarecimentos da Verba da Legião Brasileira de Assistência – ARDSPCEVLBA – (1988).
- Ata da Reunião da Diretoria desta Sociedade para Esclarecimento da Promoção Conjunta Escola Santa Clara e Academia Esbelt – ARDSEPESCAE – (1989).
- Ata da Reunião da Diretoria, Conselho Fiscal e Deliberativo da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARDCFDSPC – (1990).
- Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARSPC12091989 – (1989).
- Ata da Reunião da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARSPC13051989 – (1989).
- Ata da Reunião do dia doze de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e cinco - ATA12021985 – (1985)
- Ata da Reunião do dia vinte e cinco de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete ATA25051987 – (1987).
- Ata da Reunião do dia vinte e nove de março de hum mil novecentos e oitenta e quatro - ATA29031984 – (1984).
- Ata da Reunião do dia vinte e três de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro - ATA23101984 – (1984).
- Ata da Reunião Extraordinária da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARESPC – (1999).
- Ata da Reunião Ordinária da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO – ARODSPC – (1988).
- Ata da Reunião para Aprovação dos Estatutos da Sociedade Pestalozzi de Catalão – ARAESPC – (1984).
- Ata de Eleição e Posse da Primeira Diretoria da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO – AEPDSPC – (1984).
- Ata de Reunião de Criação da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO –

- ARCSPCG – (1984).
- Ata para Resolução da Verba da Legião Brasileira de Assistência – ARVLBA (1985)
 - Decreto Federal nº. 2.512 de 09/03/1998.
 - EFEDASC – Estatuto de Fundação da Escola Para Deficientes Auditivos Santa Clara (1983).
 - Estatuto da Sociedade Pestalozzi de Catalão-GO – ESPCGO – (1984).
 - LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 - Lei Municipal nº. 1.196 de 14/09/1992.
 - Lei Municipal nº. 1.301 de 08/09/1993.
 - Lei Municipal nº. 3345 de 07/05/1984.
 - Lei Municipal nº. 344 de 07/05/1984.
 - Livro de Anotações das Atas das Reuniões de Funcionários da Escola Santa Clara I – LAARFESCI – (1987 – 2013).
 - Livro de Anotações das Atas das Reuniões de Funcionários da Escola Santa Clara II – LAARFESCII (1989 – 2000).
 - Livro de Matrícula I - LMI – (1989 – 1991).
 - Livro de Matrícula II – LMII – (1994 – 1997).
 - Plano Anual de Ensino de Atendimento Domiciliar – PAEAD – (1996).
 - Plano Anual de Ensino de Educação Física – PAEEF – (1996).
 - Plano Anual de Ensino Estimulação – PAEE – (1996, 1997).
 - Plano Anual de Ensino Estimulação Individual – PAEEI – (1996).
 - Plano Anual de Ensino Oficina de Produção de Tapetes – PAEOPT – (1996).
 - Plano Anual de Ensino Oficina de Produção Jardinagem e Horta – PAEOPJH – (1993).
 - Plano Anual de Ensino Oficina Pedagógica Manutenção e Produção – PAEOPMP – (1996).
 - Plano Anual de Trabalho Psicomotricidade – PATP – (1992).
 - Plano Anual de Trabalho Treino Auditivo – PATTA – (1993).
 - Plano Curricular de Terapia da Linguagem (1989).
 - Plano de Ensino Etapa I – PEEI – (1992).
 - Plano de Ensino Etapa II – PEEII.
 - Plano de Ensino Etapa III - PEEIII.

- Plano de Ensino Língua Portuguesa – PELP (1988).
- Planta Baixa de Corte feita para a Construção da Sede Própria da Escola Santa Clara de Catalão.
- Projeto Político Pedagógico – PPP – (1993, 2010).
- Termos de Convênio firmados entre a Escola Santa Clara de Catalão / Sociedade Pestalozzi e o Governo Municipal (1992 – 1993; 1994 – 1996; 1997 – 1998; 1999 – 2004)

8 ANEXOS

Levantamento dos Antecedentes Históricos do Atendimento Educacional e/ou da Educação Especial no Brasil

ANO	ANTECEDENTES HISTÓRICOS
1835	O Deputado Cornélio Ferreira apresenta à Assembleia Projeto de Lei objetivando a criação do cargo de Professor de Primeiras Letras para o ensino de cegos e surdos-mudos.
1854	Decreto Imperial nº 1.426 criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.
1855	Chega ao Brasil Edouard Huet, professor surdo francês que viria a dirigir o primeiro Instituto Brasileiro para atendimento a surdos-mudos.
1857	Instalado o Instituto dos Surdos-Mudos, sob a direção de Edouard Huet.
1869	Benjamin Constant assume a direção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 24/01/1891 que, através do Decreto nº 1.320, receberia o seu nome.
1900	O Dr. Carlos Eiras apresenta, no IV Congresso de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, sua monografia sobre doentes mentais intitulada “Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas”.
1910	Três cegos, após cursarem o Inst. Benjamin Constant, conseguem ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo.
1913	- No Hospício D. Pedro II, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, começa o funcionamento intensivo do Pavilhão Bourneville, com atendimento a menores anormais; - Aparece o livro do Professor Clementino Qualio, da Escola Normal de São Paulo, intitulado “A educação da infância anormal da inteligência”.
1915	Inaugurada em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a sede do Instituto Nacional de Surdos.
1926	Inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael Para Cegos.
1927	Surge, em Canoas/RS, a primeira instituição brasileira dedicada aos excepcionais, com o nome de Pestalozzi.
1929	No Rio de Janeiro, a Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal inclui em seu Regulamento disposições sobre a seleção de alunos brilhantes.
1930	No Nordeste, o Dr. Ulisses Pernambucano desenvolve trabalho pioneiro em favor dos excepcionais, unindo Psiquiatria, Psicologia e Pedagogia
1931	Criado, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Pavilhão Fernandinho Simonsens com uma classe especial para alfabetização e ensino primário de crianças internadas por longos períodos naquele hospital.
1932	Fundada por Helena Antipoff a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
1933	A Comissão do Ensino Secundário do Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 291 permite o ingresso de aluno cego em escola do sistema regular de ensino, na cidade de Curitiba.
1935	Criado, graças à iniciativa de Helena Antipoff, o Instituto Pestalozzi na cidade de Belo Horizonte.
1940	Instalada em Ibité, nos arredores de Belo Horizonte, a Granja-Escola da Fazenda Rosário pertencente à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
1942	- Inaugurado o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro; - Edição em Braille pelo Instituto Benjamim Constant da primeira Revista Brasileira para Cegos.
1943	- Inaugurados vários Institutos para cegos no Brasil: em São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Ceará; - A Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº144, autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; - O Decreto nº 14.165 dá ao Inst. Benjamim Constant competência para ministrar o

	ensino primário e secundário.
1945	- Por iniciativa de Helena Antipoff, é fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Brasil; - Helena Antipoff realiza, na Sociedade Pestalozzi, no Rio de Janeiro, experiências com alunos superdotados.
1946	Criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com a finalidade de divulgar o livro em Braille.
1949	Portaria Ministerial nº 504 garante a distribuição gratuita dos livros em Braille para todo o Brasil.
1950	- Começa o ensino integrado no Brasil, com alunos que concluíram o curso Ginásial no Instituto Benjamin Constant. Em São Paulo, no Instituto Caetano de Campos, criada, a título experimental, a primeira classe Braille com alunos em regime escolar comum; - Criada, em São Paulo, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), com classes para deficientes físicos
1953	- Portaria Ministerial nº 12 autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de ensino secundário, reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Autoriza, ainda, a interpretação da legislação de ensino, pelo Conselho Nacional de Educação, para facultar o acesso de cegos nos cursos universitários; - Parecer nº 50 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, dá parecer favorável ao ingresso de aluno cego no curso de Geografia e História da Faculdade Fluminense de Filosofia.
1954	- Fundada, no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); - Fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).
1955	Lançada a recomendação nº 99, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre programas de reabilitação profissional, obtenção e retenção de empregos por deficientes.
1957	- Criadas em São Paulo, por inspiração da AACD, classes especiais para deficientes físicos, nos Grupos Escolares da rede escolar comum; - Alunos cegos do Curso Primário são admitidos nas escolas comuns; - Lei 3.198 alterou a denominação do Instituto dos Surdos e Mudos para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); - Decreto nº 42.728 criou a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB).
1958	- Portaria Ministerial nº 114 dá instruções para a organização e execução do programa de ação da Campanha (CESB); - Decreto 44.236 institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão; - Portaria Ministerial nº 477 fixa instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, campanha ligada diretamente à direção do Instituto Benjamin Constant; - Lei nº 5.029 cria o Instituto de Reabilitação, para funcionamento junto à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
1960	- Decreto nº 48.252 desvincula a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant, passando a ser subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, com a denominação "Campanha Nacional de Educação de Cegos" (CNEC); - Decreto nº 48.961 cria a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).
1961	- A Fundação para o Livro do Cego no Brasil cria o Centro de Reabilitação de Cegos no Brasil; - Lei 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação, em seu Título X, enquadra a educação de excepcionais no sistema geral de educação, visando à integração desses alunos na comunidade e prevê apoio financeiro às entidades privadas dedicadas a essa especialidade.
1963	- Criação da Federação Nacional das APAES; - Decreto nº 53.264 dispõe sobre a reabilitação profissional na Previdência Social.
1964	- Campanha Nacional de Educação de Cegos obtém do MEC a destinação de fundos para sua ação, recursos que foram incluídos no Plano Nacional de Educação;

	- Portaria Ministerial nº 582 designa Grupo Executivo para reformular as atividades do MEC no campo da Educação Especial. Conselheiros da CADEME, integrantes desse Grupo, sugerem, sem êxito, a criação de uma Secretaria de Educação Especial no MEC.
1967	Criada no Ministério da Educação e Cultura junto ao Conselho Federal de Educação, comissão com a finalidade de estabelecer critérios para identificação e atendimento aos superdotados
1968	Criada a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais/ABEDEV.
1969	- Parecer nº 252, do Conselho Federal de Educação, determina que o Curso de Pedagogia deva ter uma ou duas habilitações em Educação Especial; - Decreto nº 64.920 cria no MEC Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional em seus vários aspectos. Esse Grupo produziu e encaminhou à Direção do MEC vários anteprojetos objetivando a criação de órgão em âmbito nacional para cuidar do problema dos excepcionais; - Emenda Constitucional nº 1 altera a Constituição do Brasil de 1967 que, em seu Art. 175, parágrafo 4º, passa a dispor sobre a educação de excepcionais; - Decreto Lei nº 1.044 dispõe sobre tratamento especial para alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênicas e/ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas determinantes de distúrbios agudos ou agudizadores.
1970	Criada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.
1971	- Portaria nº 86 cria o Grupo Tarefa Educação Especial no MEC, com vistas a implantar uma sistemática de trabalho educacional dirigida aos excepcionais, em todas as suas formas, em todo o território brasileiro; - Portaria do Conselho Federal de Educação, cria Comissão Especial para estudar o currículo mínimo para os cursos de formação de pessoal em Educação Especial no nível universitário; - Lei 5.692 de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, prevê em seu artigo 9º tratamento especial para os excepcionais.
1972	Resolução nº 7/72 do Conselho Federal de Educação fixa os conteúdos mínimos a serem observados na habilitação específica em educação de deficientes do áudio comunicação, no Curso de Pedagogia.
1973	- Criada em Belo Horizonte, junto à Fazenda Rosário, a Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência às Vocações de Bem-Dotados (ADAV); - Decreto nº 72.425 cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).
1974	- Inclusão do Projeto Prioritário nº 35, sobre Educação Especial no I Plano Setorial de Educação e Cultura; - Parecer nº 3.763 do Conselho Federal de Educação, dispõe sobre tratamento especial para cegos no exame vestibular.
1975	Portaria nº 550/MEC aprova o Regimento Interno do CENESP, como órgão central de direção superior, gozando de autonomia administrativa e financeira.
1976	Resolução 31/123, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, proclama o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
1977	Portaria Interministerial nº 477 (MEC/MPAS) estabelece diretrizes básicas para a ação integrada do MEC e do MPAS no campo do atendimento a excepcionais, dispondo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médico psicossocial e de educação especial. Menciona o atendimento no sistema regular de ensino e em instituições especializadas.
1978	- Portaria Interministerial nº 186 (MEC/MPAS) regulamenta a Portaria Ministerial nº 477, de 10/08/77 que define e delimita a clientela a ser atendida pela Educação Especial, e dispõe sobre diagnóstico, encaminhamento, supervisão e controle; - Emenda Constitucional nº 12 assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, inclusive com educação especial.
1979	Plano Nacional de Educação Especial (PLANESP) estabelece diretrizes de ação para a Educação Especial.
1980	- Decreto nº 84.819 cria no Brasil a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD), com o objetivo de ação compatibilizada da ONU, sintetizado no lema Igualdade e Participação Plena; - Discussão na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Chile, de um

	Plano de Ação em Longo Prazo, em favor dos excepcionais.
1981	- Instrução Normativa nº 123, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) estabelece normas para adaptação e elaboração de novos projetos de edificações, de modo a permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência; - Portaria nº 696 aprova o Regimento do CENESP como órgão autônomo.
1985	- Realizada, em Brasília, cerimônia para assinatura do Decreto que institui o Comitê para o Aprimoramento da Educação Especial. Discursaram o Presidente da República, o Ministro da Educação, a Diretora-Geral do CENESP e representante dos pais dos deficientes. O Comitê sugeriu ao Presidente da República a transformação do CENESP em Secretaria de Educação Especial e a criação de um órgão de coordenação da política voltado para pessoa portadora de deficiência; - Decreto nº 91.827 institui o Comitê Nacional para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a Educação Especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotados.
1986	- Lançamento do Plano Nacional de Ação Conjunta, elaborado pelo Comitê Nacional instituído pelo Decreto nº 91.872, de 04/11/85; - Portaria nº 69/MEC expede normas para a fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular; - Decreto nº 93.481 institui a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispendo sobre a atuação da Administração Federal, no que concerne às pessoas portadoras de deficiência; - Indicação nº 15/86/MEC propõe criação de uma Comissão composta por membros do Conselho Federal de Educação e do CENESP para incentivar ações de atendimento ao aluno superdotado; - Portaria 88/86/MEC constitui a Comissão para elaboração de subsídios que permitiam aos Conselhos Estaduais de Educação incentivar ações de atendimento ao superdotado.
1987	Lançamento da Revista Integração com circulação em todo o território nacional.
1988	- Constituição Federal Brasileira garante a educação como direito de todos, instituindo no Inciso III, do Art. 208, do Capítulo III que, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino; - Criação da União Brasileira de Cegos.
1990	- Extinta a Secretaria de Educação Especial. As atribuições relativas à educação especial passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica/SENEB; - Criada a estrutura da SENEB do Departamento de Educação Supletiva e Especial/DESE, com competências específicas em relação à Educação Especial; - Incluída na estrutura da DESE a Coordenação de Educação Especial.
1992	Recriada a Secretaria de Educação Especial na estrutura do Ministério da Educação.
1993	Decreto 914/89 Coordenadoria de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, estabelece direitos dos portadores de Deficiência Visual.
1994	- Lançamento da Política de Educação Especial/MEC; - Portaria 1793/94 recomenda inclusão de conteúdos e disciplina de Educação Especial nos cursos de formação de professores de nível superior.
1995	- Criação da Associação Brasileira de Síndrome de Down; - Decreto nº 1.744/95 institui benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso; - Veiculação da Série sobre Educação Especial no programa Salto para o Futuro, TVE; - Reunião técnica com os países componentes do MERCOSUL e OIT, visando incluir o tema "Educação Especial" na agenda do MERCOSUL Educativo.
1996	- Criação do Fórum Permanente das Instituições de Ensino Superior - IES sobre as questões relativas às pessoas com necessidades especiais; - Aviso Ministerial 277 do GM recomenda a criação de condições próprias para possibilitar acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Superior; - Criação do Programa de Distribuição de Materiais Didáticos para Deficientes Visuais; - Lançamento do Programa de Implantação de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais; - Elaboração do Programa de Capacitação de Professores do Ensino Regular para

	atuação com alunos com necessidades educacionais especiais.
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Veiculação da Campanha de Sensibilização da Sociedade para a Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais; - Inclusão na TV Escola da Série Educação Especial. Implementação de um Programa de Capacitação de Educadores com o material da UNESCO - Necessidades Educacionais Especiais em Sala de Aula; - Implantação da Tecnologia do software DOS-VOX no Sistema Sintetizador de Voz, para suporte na educação dos cegos.
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do Congresso Internacional e III Ibero Americano sobre Superdotação, em Brasília; - Realização do III Congresso Ibero Americano de Educação Especial, em Foz do Iguaçu; - Elaboração do documento Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
1999	<ul style="list-style-type: none"> - Produção e lançamento do Programa de Capacitação, pela TVE sobre Educação Especial; - Criação da Comissão Brasileira de Braille, junto à Secretaria de Educação Especial - SEESP.
2000	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento da produção do Livro Didático em Braille; - Realização do V Congresso Nacional de Arte-Educação na Escola Para Todos; - VI Festival Nacional de Artes sem Barreiras, em Brasília.
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, elaborado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, com representantes de Organizações de Surdos; - Decreto nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência; - Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
2002	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria 657/MEC institui a Comissão Brasileira de Estudo e Pesquisa do Soroban; - Integração da Secretaria de Educação Especial (SEESP) à Rede Nacional de Formadores, da Secretaria de Educação Fundamental (SEF).

Fonte: ARANHA, 2005, p 33-48.

**Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal da Sociedade Pestalozzi
Período de 1984 – 2001.**

Diretoria Eleita para Mandato de Fevereiro de 1984 a Abril de 1986		
Cargo	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Isabel Christina Paranhos Escher	
Vice-presidente	Maria Abadia de Souza	Professora; Mãe de aluno com deficiência.
1ª Secretária	Maria Christina Neto Silva	
2ª Secretária	Marina Vilela Rezende Fernandes	
3ª Secretária	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.
1º Tesoureiro	Agostinho Ivo de Souza	Advogado
2º Tesoureiro	Luziano Eurípedes da Cruz	Advogado e servidor público

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Abril de 1986 a Julho de 1987		
Cargo	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Isabel Christina Paranhos Escher	
Vice-presidente	Maria Abadia de Souza	Professora; Mãe de aluno com deficiência.
1ª Secretária	Maria Christina Neto Silva	
2ª Secretária	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.
3ª Secretária	Marina Vilela Rezende Fernandes	
1º Tesoureiro	Agostinho Ivo de Souza	Advogado
2º Tesoureiro	João Meirelles Júnior	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Julho de 1987 a Março de 1988		
Cargo	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Abadia de Souza	Professora; Mãe de aluno com deficiência.
Vice-presidente	Lúcia Helena Müller Netto de Lamadrid	
1ª Secretária	Maria Christina Netto Silva	
2ª Secretária	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.
3ª Secretária	Marina Vilela Rezende Fernandes	
1º Tesoureiro	Agostinho Ivo de Souza	Advogado
2º Tesoureiro	João Meirelles Júnior	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Março de 1988 a Março de 1989		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Abadia de Souza	Professora; Mãe de aluno com deficiência.
Vice-presidente	Aparecida de Fátima Paranhos Neto	
1ª Secretária	Maria Christina Neto Silva	
2ª Secretária	Márcia Bezerra Maya Faiad	
3ª Secretária	Ozelina David de Souza Netto	
1º Tesoureiro	Agostinho Ivo de Souza	Advogado
2º Tesoureiro	Avany Dayrell Borges	Cursilista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Março de 1988 a Março de 1989		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Fernando Antônio Aires	
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Meirelles Júnior	
4	Manoel Januário	
5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	
2	Dalva Rosa Badico	
3	Lúcia Netto Tartuci Lorenzi	
4	Maria Ângela Borges de Mesquita	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Março de 1988 a Março de 1989		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Zoraida Aparecida Marques Santos	
2	Cláudia Aires Teixeira	
3	Lucy Marcelino Meireles	
4	Sebastião da Luz Mesquita	
5	Stella Maria Badico Dantas Rosa	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Silma Machado de Oliveira	
2	Fátima Marcelino de Paula	
3	Gabriel Pedro da Silva	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Março de 1989 a Março de 1990		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Cristina Netto Silva	
Vice-presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
1ª Secretária	Lúcia Netto Tartuci Lorenzi	
2ª Secretária	Ozelina David de Souza Netto	
3ª Secretária	Silma Machado de Oliveira	
1º Tesoureiro	Cláudia Aires Teixeira	
2º Tesoureiro	Avany Dayrell Borges	Cursilista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo Março de 1989 a Março de 1990		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Fernando Antônio Aires (Presidente)	
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Meirelles Júnior	
4	Manoel Januário	
5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	
2	Márcia Bezerra Maya Faiad	
3	Maria Ângela Borges de Mesquita	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal Março de 1989 a Março de 1990		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Gabriel Pedro da Silva	
2	Aparecida de Fátima Paranhos	
3	Lucy Marcelino Meireles	
4	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	
5	Fátima Marcelino de Paula	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	
2	Maria Aparecida Lopes Rossi	
3	Eleusa Lamounier Santana	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Março de 1990 a Maio de 1992		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Cristina Netto Silva	
Vice-presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
1ª Secretária	Lúcia Netto Tartuci Lorenzi	
2ª Secretária	Ozelina David de Souza Netto	
3ª Secretária	Silma Machado de Oliveira	
1º Tesoureiro	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	
2º Tesoureiro	Avany Dayrell Borges	Cursilista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo- Março de 1990 a Maio de 1992		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Fernando Antônio Aires (Presidente)	
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Meirelles Júnior	
4	Manoel Januário	
5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	
2	Maria Ângela Borges de Mesquita	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Março de 1990 a Maio de 1992		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Mario Tsutsui (Presidente)	Médico – Otorrino
2	Gabriel Pedro da Silva	
3	Lucy Marcelino Meireles	
4	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	
5	Fátima Marcelino de Paula	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Maio de 1992 a Maio de 1993		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Cristina Netto Silva	
Vice-presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
1ª Secretária	Lúcia Netto Tartuci Lorenzi	
2ª Secretária	Ozelina David de Souza Netto	
3ª Secretária	Silma Machado de Oliveira	
1º Tesoureiro	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	
2º Tesoureiro	Avany Dayrell Borges	Cursilista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Maio de 1992 a Maio de 1993		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Fernando Antônio Aires (Presidente)	
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Meirelles Júnior	
4	Manoel Januário	
5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	
2	Maria Ângela Borges de Mesquita	
3	Francisco Neto de Campos	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Maio de 1992 a Maio de 1993		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Mario Tsutsui (Presidente)	Médico – Otorrino
2	Gabriel Pedro da Silva	
3	Lucy Marcelino Meireles	
4	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	
5	Fátima Marcelino de Paula	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	
2	Sandra Virgínia Pires Castro	
3	Antônio C. Oliveira	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Maio de 1993 a Fevereiro de 1995		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Maria Cristina Netto Silva	
Vice-presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
1ª Secretária	Lúcia Netto Tartuci Lorenzi	
2ª Secretária	Ozelina David de Souza Netto	
3ª Secretária	Silma Machado de Oliveira	
1º Tesoureiro	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.
2º Tesoureiro	Aparecida de Fátima Netto	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Maio de 1993 a Fevereiro de 1995		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Mário Tsutsui (Presidente)	Médico Otorrino
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Joaquim da Silva	
4	Lillyan de Lourdes Toledo Tartuci	
5	Maria Lúcia da Silva Ferreira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Kênia Marcelina de Paula Rosa Paschoal	
2	Maria Ângela Borges de Mesquita	
3	Francisco Neto de Campos	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Maio de 1993 a Fevereiro de 1995		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Wanja Paranhos Netto	
2	Maria Lúcia da Cruz Oliveira	
3	José Saturnino de Castro	
4	Antônio Cândido de Oliveira	
5	Maria José de Souza Rios	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Nilda Maria Conceição Prudente Guimarães	
2	Sandra Virgínia Pires Castro	
3	Jussara de Moraes	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Fevereiro de 1995 a Fevereiro de 1997		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
Vice-presidente	Sandra Virgínia Pires Castro	
1ª Secretária	Lillyan Lurdes Toledo Tartuci	
2ª Secretária	Maria do Rosário Mesquita Pereira	
3ª Secretária	Silma Machado de Oliveira	
1º Tesoureiro	Lúcia Neto Tartuci Lorenzi	
2º Tesoureiro	Jane Darc C. S. Martins	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Fevereiro de 1995 a Fevereiro de 1997		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Mário Tsutsui (Presidente)	Médico Otorrino
2	Rômulo Lucas Pereira	
3	João Joaquim da Silva	
4	Teresinha de Assis O. Pinto	
5	Leila Vieira Nunes Faria	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Maria Cristina Netto Silva	
2	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	
3	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Fevereiro de 1995 a Fevereiro de 1997		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Antônio Cândido de Oliveira	
2	José Saturnino de Castro	
3	Maria José de Souza Rios	
4	Maria de Jesus Mesquita	
5	Neuza Maria de S. Evangelista	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Nancy Maria Aires	
2	Márcia Paiva G. da Rocha	
3	Tânia Verônica B. Peixoto	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Fevereiro de 1997 a Fevereiro de 1999		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
Vice-presidente	Silma Machado de Oliveira	
1ª Secretária	Lillyan Lurdes Toledo Tartuci	
2ª Secretária	Maria do Rosário Mesquita Pereira	
3ª Secretária	Maria Abadia da Silva Pereira	
1º Tesoureiro	Lúcia Neto Tartuci Lorenzi	
2º Tesoureiro	Jane Darc C. S. Martins	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Fevereiro de 1997 a Fevereiro de 1999		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Rômulo Lucas Pereira (Presidente)	
2	João Joaquim da Silva	
3	Teresinha de Assis O. Pinto	
4	Leila Vieira Nunes Faria	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Maria Cristina Netto Silva	
2	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	
3	Avany Dayrell Borges	Cursilhista da igreja católica, leiga, engajada em filantropia e projetos sociais.

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Fevereiro de 1997 a Fevereiro de 1999		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Antônio Cândido de Oliveira	
2	José Saturnino de Castro	
3	Maria José de Souza Rios	
4	Edna de Fátima Gomes	
5	Neuza Maria de S. Evangelista	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Anália Maria Vaz Resende	
2	Márcia Paiva G. da Rocha	
3	Tânia Verônica B. Peixoto	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Diretoria Eleita para Mandato de Fevereiro de 1999 a Março de 2001		
Cargo de Diretoria Executiva	Nome	Profissão/Atuação
Presidente	Zoraida Aparecida Marques Santos	
Vice-presidente	Leila Vieira Nunes Faria	
1ª Secretária	Maria do Rosário Mesquita Pereira	
2ª Secretária	Lillyan Lurdes Toledo Tartuci	
3ª Secretária	Edna de Fátima Gomes	
1º Tesoureiro	Lúcia Neto Tartuci Lorenzi	
2º Tesoureiro	Jane Darc C. S. Martins	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Deliberativo - Fevereiro de 1999 a Março de 2001		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Rômulo Lucas Pereira (Presidente)	
2	Mário Tsutsui	Médico – Otorrino
3	Rubens Joaquim da Costa	
4	Teresinha de Assis O. Pinto	
5	Silma Machado Oliveira	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Carmem Lúcia de Oliveira Freitas	
2	Jesuína Maria de Souza	
3	Aparecida de Fátima Paranhos Netto	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

Conselho Fiscal - Fevereiro de 1999 a Março de 2001		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Antônio Cândido de Oliveira	
2	Josefina Ferreira Passos Costa	
3	Maria José de Souza Rios	
4	Maria Abadia da Silva Pereira	
5	Neuza Maria de S. Evangelista	
Suplentes		
Item	Nome	Profissão/Atuação
1	Anália Maria Vaz Resende	
2	Márcia Paiva G. da Rocha	
3	Jussara de Moraes	

Fonte: Fontes Documentais da pesquisa (2015)

ESCOLA SANTA CLARA DA SOCIEDADE PESTALOZZI			
PLANO ANUAL DE TRABALHO			
TURMA: Alfabetização		TURNO: Matutino	ANO: 1996
DISCIPLINAS: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências PROFESSOR: Joaquina Pereira Rodrigues			
OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do ano os alunos deverão ser capazes de: - Desenvolver a capacidade de ler corretamente, entender, interpretar textos e personagens, familiarizando-os com a língua escrita. - Consolidar aquisição dos conceitos básicos reforçando a alfabetização. - Conhecer e reconhecer sílabas estudadas. - Formar palavras conhecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretação de texto (pequeno) - Alfabeto: maiúsculo e minúsculo - Vogais e consoantes - Encontros vocálicos e consonantais - Sílabas simples de ba a za - Revisão de todas as sílabas da Cartilha do Rê - Algumas sílabas: Ce, ce, rra, ga, ssa, nha, oc, so, zo, gua, ga, an, al, ar, â, ha, os, ces, gos, dra, bro, era, fra, gra, vna, blo, clo, az, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do alfabeto, vogais e encontros. - Revisão de todas as famílias com jogos de introdução de sílabas. - Formação de palavras e sentenças. - Leituras e interpretações. - Exercícios mimeografados. - Aplicações oral e escrita das sílabas em histórias e textos lidos - Exercícios variados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de avaliação nos seguintes aspectos: - Observação; assiduidade; participação; interesse; trabalho em grupo; arguição - orais; atividades escritas; provas objetivas auto-avaliação. - Observação do interesse; aplicação; ordem e disciplina dos alunos. - Debates. - Pesquisas. - Utilizar-se dos instrumentos de avaliação para verificar se o aluno reconhece as sílabas estudadas.

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Formar frases com palavras conhecidas. - Empregar convenientemente palavras conhecidas e estudadas nas leituras, composições e exposições orais. - Ler silenciosamente evidenciando habilidades e hábitos específicos da leitura silenciosa e de compreensão. - Ler oralmente textos evidenciando habilidades específicas da leitura oral. - Saber usar adequadamente sinais gráficos e pontuação - Grafar corretamente as palavras - Empregar a concordância verbal e nominal, sabendo aplicar conceitos gramaticais - Empregar corretamente o til (´) - Distinguir os sinais de acentuação e usá-los corretamente - Empregar a pontuação correta nos diálogos 	<ul style="list-style-type: none"> - Leituras suplementares - Leitura básica do livro texto - Leitura suplementares e informativas seguindo os passos básicos da leitura. - Ortografia - Acentuação - Diálogo - Tipos de frases - Aspectos gramaticais: - Pontuação, acentuação (expressar os sinais de pontuação estudados: ; ? ! - e - Restruturação de pequenas frases. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios variados. - Composições. - Interpretação de leituras, seguindo os passos básicos da leitura. - Cartazes geradores, textos mimeografados e livro básico - Exploração de gravuras e palavras desconhecidas. - Dramatizações - Seguir os passos básicos para leitura oral e silenciosa. - Seguir passos para o Treino Ortográfico - Discutir com as crianças o significado das palavras desconhecidas e exercícios variados. Leitura pela professora, evidenciando a entonação correta da frase solicitando a pontuação adequada - Copiar frases, observando a pontuação - Pontuar frases, pequenos textos, diálogos - Análise da palavra que apresenta o chapeu do vovô (´) e o grampo do vovô (´) - Explicação quanto ao seu aberto e fechado 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta - Caderno do aluno - Atividades no quadrogiz. - Através dos instrumentos de avaliação verificar se o aluno: - Traduz informações claramente expressas no texto - Identifica personagens - Compreende o significado das palavras. - Exercícios orais e escritos:

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	ÁVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir os tipos de frases corretamente e empregá-las. - Saber dividir as sílabas de primeira palavra e classificá-la quanto ao número de sílabas. - Distinguir substantivo (nome) próprio e comum - Conhecer e empregar os nomes e antônimos - Identificar e empregar os gêneros masculino e feminino. - Conhecer as formas do plural - Conhecer as formas do grau - Perceber o valor do adjetivo e empregá-lo com êxito - Conhecer os coletivos - Distinguir os pronomes (nomes e funções) - Identificar os verbos (ações) e tempos e empregá-los. - Elaborar e transmitir mensagens de sentido completo expressas 	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação de palavras quanto ao número de sílabas - Monossílabo, dissílabo, trissílabo, polissílabo. - Nomes: substantivo próprios e comuns - Sinônimos e antônimos - Gênero: masculino e feminino - Número: singular e plural - Grau: aumentativo e diminutivo - Adjetivo: qualidade - Ações: verbos e sujeito simples - Coletivos: coletivos - Expressão oral e escrita: (composição prática, aviaos, bilhetes, recados e convites) 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios variados. - Ler pausadamente determinadas palavras mostrando para as crianças o número de sílabas existentes na palavra. - Apresentação em forma de cartas de frases, sondando a criança, maneiras diferentes de escrever a mesma - Levantamento do significado das palavras com as crianças - Exercícios variados - Aproveitar leituras do livro básico o texto para identificar nomes, gênero, número e grau - Trabalho com frases mostrando, diversos tipos de ações. - Ilustrações mostrando quando realiza a ação. - Observações - Descrever a figura vista - Dramatização 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios variados - Arguições orais - Testes - Caderno do aluno - Exercícios - Arguição oral - Tarjetas - Debates - Atividades quadro-giz etc. - Através das Composições elaboradas pelos alunos

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	ÁVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - falando-se com clareza - Reproduzir histórias ouvidas - Montar histórias corretas a partir da imaginação - Montar histórias aplicando-se em figuras - Aprender a técnicas de redação e bilhetes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Composição criadora: 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades livres e criativas - Livros de histórias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aviaos, bilhetes, recados e convites redigidos - Redação - Caderno do aluno <p style="margin-top: 20px;">OBS: Este plano anual de ensino é flexível, podendo sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento dos alunos.</p>

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do ano os alunos deverão ser capazes de: - revisar e fixar conceitos básicos quantitativos quanto: tamanho, quantidade, posição, ordem, valor, capacidade e espessura, formas, cores, dimensões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos quantitativos - Tamanho - Espessura, grosso, fino, liso, áspero - Posição: frente, atrás, dentro, fora - Quantidades: muito, pouco - Ordens (1º, 2º, 3º, ... último) - Valor (parco, barato, etc) - Capacidade (cheio, vazia) - Formas e cores - Peso (leve e pesado) - Distância (aquí, ali, perto, longe, próximo, distante). 	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios variados - Uso de material concreto - Trabalhar com sucata - Flanelógrafo - Gravuras - Desenhos 	<ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do desenvolvimento dos conteúdos os alunos serão avaliados através de: - Exercícios no quadro-giz - Arguição oral - Exercícios escritos - Testes - Atividades realizadas em classe e em casa - Participação nas aulas - Observação direta e indireta - Questionários - Cadernos - trabalho em grupo - Atividades orais - interesse pelos conteúdos.
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, reconhecer sabendo representar conjuntos através da correspondência - Conjunto unitário e vazio - Comparar conjuntos - Complementar e união de conjuntos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntos - Correspondência entre conjuntos - Conjunto unitário e vazio - Comparação entre conjuntos - Complementação e união de conjuntos - Símbolos \cup, \cap, \bar{A}. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de material concreto e semi-concreto - Uso de flanelógrafo - Exercício do livro - Folhas mimeografadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes - Caderno do aluno - Participação nas aulas
<ul style="list-style-type: none"> - Revisar a leitura e escrita de numerais de 0 a 100 	<ul style="list-style-type: none"> - Numerais - revisão unidade, dezena e centena - Composição e decomposição 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso do quadro de pregas Q.V.L. - Uso da linha numérica - Folha mimeografada 	<ul style="list-style-type: none"> - Arguições orais - Atividades no quadro-giz - Testes.

- 6 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Compor e decompor numerais até 100 - Ler e escrever numerais com 03 algarismos - Identificar pares e ímpares até 30 - Identificar números ordinais até 20 - Identificar números romanos até 10 - Identificar dúzia e meia dúzia - Identificar ordem crescente e decrescente 	<ul style="list-style-type: none"> - Contagem em série 2 em 2, 5 em 5, 10 em 10 - Antecessor e sucessor até 100 - Arredondamento para dezena mais próxima - Leitura e escrita de numerais envolvendo 3 algarismos - Revisão de pares e ímpares até 30 - Revisão de ordinais até 20 - Revisão de números romanos até 10 - Revisão de dúzia e meia dúzia - Ordens crescente e decrescente 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso do quadro de pregas Q.V.L. - Uso de linha numérica - Folha mimeografada - Exercícios complementares do livro - Uso de material concreto 	<ul style="list-style-type: none"> - Arguição oral - Atividades no quadro-giz - Testes
<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar operações (+ e -) resolver cálculos e problemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Números naturais - Operações + e - - Revisão - famílias 5,4,3,2,1 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de material concreto e semi-concreto e simbólico - Flanelógrafo, Q.V.L., operações, cálculos, problemas e exercícios 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes - Arguições orais - Observação direta
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir numerais de 100 a 500 	<ul style="list-style-type: none"> - Numerais - leitura e escrita de 100 a 400 - Composição e decomposição - Antecessor e Sucessor - Arredondamento para a dezena mais próxima 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de Fichas - Q.V.L. - Quadro de pregas - Folhas mimeografadas - Exercícios do livro - Linha numérica 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes - Atividades no quadro-giz - Caderno do aluno
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer pares e ímpares até 50 	<ul style="list-style-type: none"> - Pares e ímpares até 50 		
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer romanos até 20 e ordinais até 30 	<ul style="list-style-type: none"> - Romanos até 20 e ordinais até 30 		

- 6 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
- Ordenar numerais na ordem crescente e decrescente	- Ordem crescente e decrescente		
- Contar em série	- Contagem em série - 2em2, 5em 5, 10 em 10	- Uso de material concreto, semi-concreto e simbólico - Q.V.L. Folhas mimeografadas - Aplicação dos fatos conhecidos em operações, cálculos mentais, problemas e exercícios etc.	- Observação direta
- Efetuar operações, cálculos e resolver problemas com as famílias do 6,7,8,9,10,11,12	- Numeros naturais operações + e - das famílias de 6 a 10		- Exercícios
- Revisar geometria	- Geometria - (Revisão)	- Desenhos de figuras	- Teste
- Revisar unidades, dezena e centena	- Numerais - 400 a 800	- Recortes	- Observação direta
- Efetuar operações, cálculos e resolver problemas com as famílias de 13 a 18	- Revisão da unidade, dezena e centena - Composição e decomposição	- Folhas mimeografadas	
	- Leitura e escrita dos numerais	- Uso do Q.V.L.	- Arguições orais
	- Pares e ímpares - revisão e introdução (100)	- Linha numérica	- Exercícios
	- Revisão do ordinal e romanos	- Folhas mimeografadas	- Testes
	- Ordem crescente, decrescente	- Exercícios complementares	
	- Revisão de numerais até 400 e introdução de 400 a 800	- Exercícios do livro	
- Efetuar operações, cálculos e resolver problemas com as famílias de 13 a 18	- Numeros naturais - operações + e -	- Uso de material concreto e semi-concreto	- Caderno do aluno
	- Introdução das famílias 13 a 18	- Q.V.L. - Folhas mimeografadas, fatos conhecidos, Exercícios	- Exercícios

- 7 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
- Reconhecer linhas abertas simples e linhas fechadas.	- Geometria - linhas simples abertas e fechadas	- Figuras (recorte e desenhos).	- Observação direta
- Reconhecer as medidas de comprimento, massa e capacidade	- Medidas - Introduzir metro, kilo, litro	- Folhas mimeografadas e exercícios do livro	- Teste
- Reconhecer, dobro, triplo, quádruplo, quántuplo	- Noções de dobro, triplo, quádruplo e quántuplo	- Explicação e folhas mimeografadas	- Teste
- Efetuar operações de adição e subtração com reserva e reagrupamento	- Numeros naturais		- Exercícios
	- Operação soma e subtração	- Uso de material concreto, semi-concreto	- Testes
	1- 1ª parcela e o número e a outra é dezena exata	- D.V.L.	- Caderno do aluno
	2- Adição de colunas revisoras		
	3- Coluna revisora em que 1ª das parcelas é zero		
	4- Adição elevada difícil (reagrupamento)		
	5- Subtração elevada difícil (reserva)		
	Adição e subtração envolvendo centenas		
- Introduzir a multiplicação e divisão com as famílias do 2,3,4,5.	- Revisão das noções de dobro, triplo, quádruplo e quántuplo	- Uso de material concreto, semi-concreto e simbólico	- Teste
- Reconhecer figuras geométricas: cubo, esfera, cone, e cilindro	- Geometria: figuras geométricas: cubo, esfera, cone e cilindro	- Flanelógrafo - Q.V.L. Exercícios, folhas mimeografadas	- Caderno do aluno
		- Desenho de figura	- Teste
		- Recortes	
		- Folhas mimeografadas	

- 8 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir as noções de inteiro e metade <p>No decorrer do ano, os alunos deverão ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relacionar bem com os grupos sociais: família, escola e vizinhança - Identificar a organização e estrutura de uma família e reconhecer-se como elemento integrante desta estrutura. - Reconhecer e nomear as pessoas que compõem o grupo familiar: tios, avós e primos. - Identificar as atividades de cada membro da família e reconhecer a importância da cooperação entre eles. - Conhecer a importância das comemorações cívicas, sociais e religiosas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Números racionais - Inteiro e metade <ul style="list-style-type: none"> - A Família <ul style="list-style-type: none"> • Quem sou eu? (própria história) • Formação da família • Como se vive em família • As festinhas de minha família - Profissões dos pais: <ul style="list-style-type: none"> • as pessoas da família que trabalham • Finalidade do trabalho na família • as diferenças de trabalho • as diferenças sociais • importância da profissão dos pais para a vida da família e da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de material concreto, semi-concreto e simbólicos, folhas mimeografadas <ul style="list-style-type: none"> - Uso de fichas contendo dados do aluno - Conversa informal - Colagens sobre a família, em cartazes e no caderno - Exercícios variados - Entrevista a uma mãe ou pai para falar sobre a família - Confecção de mural - Colagem de gravuras que representam o grupo familiar - Desenho das atividades de cada membro da família - Dramatizações - Anotações - Conversa informal explicando o valor, a importância das várias festas em família 	<ul style="list-style-type: none"> - Caderno do aluno - Arguição oral - Teste <p>OBS: Este plano anual de ensino é flexível, podendo sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento dos alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do ano, verificar se os objetivos propostos foram alcançados, através de: <ul style="list-style-type: none"> - Exercícios mimeografados - Exercícios orais - Testes

- 9 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a importância de sua casa - Conscientizar sobre o valor do lar - Identificar os diversos locais de compra e venda de produtos - Distinguir os vários tipos de moradia <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a comunidade em que se localiza sua escola - Reconhecer a importância da escola e sua função social - Identificar as instalações que compõem a escola - Identificar as várias pessoas que trabalham na escola e suas respectivas funções. <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais meios de transportes. - Reconhecer a importância de cada meio de transporte e sua utilização - Identificar comportamentos corretos no trânsito - Relacionar a observação com maior ou menor intensidade do tráfego 	<ul style="list-style-type: none"> - A casa <ul style="list-style-type: none"> • A rua onde mora • Construção de uma casa • Divisões de uma casa (comodos) - A importância do lar <ul style="list-style-type: none"> • Vamos às compras • Tipos de moradia: casa, sobrado e edifícios • O trabalho - A Escola <ul style="list-style-type: none"> • Dependências • Localização (endereço) • Pessoas que trabalham na escola • O que se faz na escola • Funcionários da escola • Direitos e deveres do aluno - Meios de transportes <ul style="list-style-type: none"> • Trânsito • Cuidados - Sinais 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto com leitura, interpretação e cópia - Desenho da casa do aluno - Conversa informal e leitura informal - Montagem de uma casa - Casa Pedagógica <ul style="list-style-type: none"> - Exploração de textos e conversa dirigida para reconhecimento da importância da escola - Exercícios variados - Passeio dentro da escola para conhecimento de cada dependência - Confecção de mural - Listagem dos direitos e deveres do aluno <ul style="list-style-type: none"> - Exploração através de leitura, interpretação de textos e cópia - Recortes dos meios de transportes marítimos, aéreos e terrestres - Desenhos - Colagens - Excursões 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes - Observação direta do interesse, participação <ul style="list-style-type: none"> - Verificar através de observações orais e atividades escritas se os objetivos propostos foram alcançados.

- 10 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Interpretar e empregar o vocabulário sobre o trânsito. - Identificar os meios de comunicação mais usados - Reconhecer a importância da comunicação para o relacionamento entre as pessoas. - Orientar-se pelo sol - Conceituar nascente e poente - Conhecer a importância das comemorações cívicas, sociais e religiosas - Reconhecer a importância de certos fatos e acontecimentos históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Meios de comunicação - Orientação pelo sol, meses do ano, estações do ano, dias da semana (calendário) - Comemorações cívicas, sociais e religiosas - Dia do Trabalho (Estudo das Profissões) 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura, interpretação e cópia de textos - Carimbos - Pesquisas - Recortes e colagens - Desenhos - Observação do lugar onde o sol aparece e do lugar onde o sol desaparece para orientação - Aula expositiva - Calendário - Cartazes - Promoção de festas com a participação dos alunos para comemoração de datas importantes - Gincanas - Recortes e colagens - Entrevistas - Exercícios - Leitura, interpretação e cópia de textos - Pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Testes - Exercícios no quadro-giz - Arguições orais - Verificar através de observações, arguições orais e exercícios escritos, se o aluno: <ul style="list-style-type: none"> - orienta-se usando o sol como ponto de referência - identifica e nomeia nascente e poente - Verificar, através de observações participativas e o interesse e a cooperação dos alunos nas comemorações. <p>OBS: Este plano anual de ensino é flexível, podendo sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento dos alunos.</p>

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do ano os alunos deverão ser capazes de: <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as características dos seres vivos - Distinguir os seres vivos dos não vivos. - Identificar os órgãos dos sentidos e suas funções - Identificar a planta como ser vivo - Reconhecer a importância das plantas para o homem - Identificar as necessidades vitais da planta - Reconhecer e nomear as partes e funções das plantas - Conhecer a reprodução da planta através de sementes ou mudas - Identificar os frutos produzidos por diversas plantas - Reconhecer e nomear os animais úteis e os animais nocivos - Distinguir os animais 	<ul style="list-style-type: none"> - Os seres que nos cercam <ul style="list-style-type: none"> . seres vivos . seres não vivos - órgãos dos sentidos - Plantas <ul style="list-style-type: none"> . Ar, luz, calor . Partes . Funções . Reprodução - Os animais <ul style="list-style-type: none"> . Úteis e nocivos . Domésticos e selvagens 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura, interpretação e cópia de textos - Desenhos - Questionários - Pesquisas - Observações - Exploração do próprio corpo - Uso de material concreto - Exercícios - Revisão de seres vivos - Conversa informal - Experimento (plantar feijão e observar o nascimento e desenvolvimento, condições favoráveis) - Ilustrações, pesquisas, visitas a horta; cultivo de plantas - Recortes; colagens; álbuns etc. - Leitura, interpretação e cópia de textos - Pesquisas - Desenhos 	<ul style="list-style-type: none"> - No decorrer do ano, verificar se os objetivos propostos foram alcançados através de: <ul style="list-style-type: none"> - Testes - Folhas mimeografadas - Arguições orais - Folhas mimeografadas - Arguições orais - Folhas mimeografadas - Arguições orais - Exercícios - Testes

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os animais domésticos e selvagens - Identificar os animais vertebrados e os invertebrados com nomes-lêx - Distinguir as diferentes formas de cobertura do corpo (penas, pêlos, escamas) - Identificar as diferentes formas de reprodução dos animais - Identificar os principais recursos naturais: água, ar, solo - Conhecer e valorizar os recursos naturais - Reconhecer a importância do meio ambiente para a sobrevivência dos seres vivos - Identificar a origem dos alimentos - Reconhecer a importância de uma alimentação adequada - Formar hábitos de higiene - Conhecer as normas de segurança, para evitar acidentes - Reconhecer a importância das vacinas para a prevenção de doenças 	<ul style="list-style-type: none"> • Vertebrados e invertebrados • Cobertura do corpo • Reprodução - Meio ambiente <ul style="list-style-type: none"> • Água • Ar • Solo • Alimentação <ul style="list-style-type: none"> • Origem dos alimentos - Higiene e Saúde <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção às doenças • Vacinas 	<ul style="list-style-type: none"> - Recorte e colagens de figuras - Montagem de murais - confecção de álbum - Conversa informal - Exploração de textos - leitura de gravuras - Leitura, interpretação e cópia de textos - Recorte e colagens de alimentos - Aula expositiva - Conversa informal - Quadro informativo das principais vacinas - Leitura, interpretação e cópia de textos - Desenhos - Entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Caderno do aluno - Folhas mimeografadas - Interesse e participação - Exercícios - Trabalho de grupo - Arguições orais - Atividades no quadro-giz - Exercícios.

- 13 -

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os cuidados que devemos ter com a água e o lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidados com a água • Cuidados com o lixo 	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras 	<p>OBS: Este plano anual de ensino é flexível, podendo sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento dos alunos.</p>

- 14 -

ESCOLA SANTA CLARA PLANO DE ENSINO - 1.992
 AREA M.T. TURMA ETAPA III
 PERÍODO VESPERTINO
 PROFESSORA FÁTIMA PEREIRA CARMEIRO

OBJETIVO GERAL:

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	MATERIAL	AValiação
I- Possibilitar condições que ajudem o educando a desenvolver sua independência, inter-relação e integração na família, na escola e na comunidade. - Formar hábitos e atitudes de relacionamentos e comunicação inter-pessoal, através de técnicas, métodos e processos específicos.	I- Ajustamento Social. - Revisar, utilizar os conteúdos das Etapas anteriores.	I- Atravé de conversa informal, expositiva, demonstração, recreação, música, dramatização, pesquisa, excursão com comentários a respeito de cada dependência da escola e observação. 1-Reconhecer a autoridade dos superiores; 2-Visitar outras salas na própria escola; 3-Assistir as festividades promovidas pela escola; 4-Participar das festividades promovidas pela escola, executando atividades solicitadas; 5-Servir de sicerone na própria escola.		I-A avaliação será feita através de observação no decorrer das aulas como também em fichas próprias, de todas as atividades do semestre, verificando assim se os objetivos propostos foram atingidos.

que atendam seus interesses e possibilidades.				
II-Favorecer a aquisição de hábitos de auto-suficiência em relação à higiene pessoal, à saúde ea segurança, através de atividades práticas.	II-Atividades de Vida Diária. -Revisar os conteúdos das Etapas anteriores e mais: A-Alimentação B- Movimentação no Ambiente C- Higiene	II-Através de conversa informal, aula expositiva e prática 1- Arrumar adequadamente a mesa de refeições; 2- Lavar frutas e verduras; 3- Lavar pequenos utensílios; 4- Preparar fáceis alimentos, como: suco, salada, etc.; 5- Servir-se de água, leite, suco contido num jarro ou garrafa; 6- Alimentar-se usando garfo e faca com ajuda; 7- Servir adequadamente visitas: café, suco, chá, doce, etc.. 1- Acomodar e limpar objetos fora da mesa; 2- Carregar uma mesa; 3- Abrir e fechar uma caixa com um pequeno cadeado. 1- Cortar as unhas; 2- Arrumar a cama; 3- Lavar pequenas peças do vestuário	II-Material de Higiene Corporal: escova de dente, pasta dental, maquiagem, bonete, pente, toalha. -Material Pedagógico: tinta, lápis, giz, cola, areia, massa de modelar, tesoura, folha de papel, revistas, graxa, etc..	II-Idem, idem.

<p>III-Explorar e ampliar o vocabulário do aluno, ajudando-o a organizar seu pensamento, através de exercícios de desenvolvimento da fala da linguagem expressiva, de fonação, de articulação e compreensão da linguagem.</p> <p>-Favorecer a aquisição e enriquecimento do vocabulário a fim de possibilitar sua melhor integração c/ o meio em que vive.</p>	<p>D- Vestuário</p> <p>E- Saúde e Segurança</p> <p>III- Desenvolvimento da Linguagem.</p> <p>+ Revisar os conteúdos das Etapas anteriores.</p>	<p>1- Limpar e engraxar sapatos;</p> <p>2- Despir-se e vestir-se de acordo com as ocasiões;</p> <p>1- Dizer corretamente seu nome completo;</p> <p>2- Reconhecer seu ônibus;</p> <p>3- Pagar sua passagem;</p> <p>4- Reconhecer o ponto onde deve descer e fazer o sinal adequado;</p> <p>5- Receber chamadas telefônicas.</p> <p>1- Escrever seu nome completo;</p> <p>2- Treinar a emissão de fonemas a partir do repertório verbal da criança;</p> <p>3- Introduzir a leitura incidental; palavras do ambiente escolar e da rotina da criança;</p> <p>4- Reconhecimento de cédulas monetárias.</p>	
--	--	---	--

<p>IV-Adquirir hábitos que permitam um controle das atividades motoras, facilitando a sua interação com o meio, através da utilização correta de seus movimentos</p>	<p>IV-Desenvolvimento Psicomotor.</p> <p>A-Coordenação Dinâmica Global</p> <p>B-Equilíbrio Dinâmico</p> <p>C-Equilíbrio Estático</p>	<p>1-<u>Arremessar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Arremessar bola na parede com uma das mãos, esperar picar no chão e pegar com as duas mãos; . Arremessar bola no cesto de lixo; . Arremessar bola em um bambolê fixado na parede; <p>2-<u>Tragar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Subir e descer de cadeiras, mesas, utilizando mãos e pés, mãos e joelhos, ou, pés. <p>3-<u>Saltitar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Saltitar em direção a um objeto; . Saltitar acompanhando ritmos; brincadeiras de rodas: "A galinha do vizinho", "Cirandacirandinha", etc. <p>4-<u>Dancar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Movimentar livremente ao som de música; . Coordenar movimentos de mãos, pés e cabeça ao ritmo de uma melodia. <p>1-Andar em linhas curvas e quebradas, iniciando com limites maiores.</p> <p>2-Andar em objetos suspensos.</p> <p>3-Fazer movimentos rotativos de cabeça(direita, esquerda, pra frente/prá trás).</p> <p>1-Equilibrar objetos nas mãos, cabeça (sentado)</p> <p>2-Equilibrar objetos nas mãos, cabeça(de pé)</p>	
--	--	---	--

	<p>3-Equilibrar objetos nas mãos, pés, (deitado) + Seguir a sequência de complexidade do freio inibitório(paradas pré-determinadas)</p>
<u>D-Coordenação Motora Fina</u>	<p>1-Movimentar as mãos como se estivesse jogando água, pegando mosquito. 2-Abrir e fechar as mãos fortemente. 3- Tocar um dedo de cada vez no polegar. 4-Coordenar movimentos de mãos e movimentos faciais.</p>
<u>E-Esquema Corporal</u>	<p>1-Consciência Corporal - Mostrar as partes solicitadas pelo professor, em frente ao espelho; - Identificar as pessoas do grupo da sala - gas conforme forem parando ao espelho.</p>
<u>F-Lateralidade</u>	<p>1-Reconhecimento do lado não dominante. 2-Passar a executar atividades que envolvam o lado não dominante, após a criança reconhecer seu lado dominante direita ou esquerda. 3-Inversão 4-Reversibilidade</p>
<u>G-Condução Perceptiva Motora</u>	
1- Atenção	<p>- O professor deve estimular o aluno a focalizar a atenção nos estímulos adequados da tarefa que está sendo executada. Devendo ser trabalhada durante toda atividade e em todos os momentos da sua vida escolar. Solicitar dos pais o reforço em casa.</p>

<u>2-Percepção Visual</u>	
+ Visão-Motora	<p>1-Colorir com limites menores 2-Colagem com limite 3-Recortar franjas largas e estreitas 4-Amassar papéis menores 5-Traçar círculos, quadrados, triângulos, retângulos com lápis preto 6-Punção: pontuar papel cortiço, isopor, etc. 7-Exercícios gráficos, usando lápis preto e observando a sequência de complexidade 8-Encaixe 9-Reprodução de desenhos</p>
+ Figura-fundo	<p>1-Quebra cabeça sem fundo 2-Contorno de entrelaçadas</p>
+ Coarência Perceptual	<p>1-Cores: primárias, secundárias e nuances - Apresentar um conceito de cada vez. Fazer com que as crianças manipulem materiais que tenham a forma trabalhada, em posições variadas. 2-Formas geométricas: identificação do conceito referente a forma e cor. 3-Conceitos: igual/diferente, pequeno/grande, maior/menor, alto/baixo, fino/grosso, cheio/vazio, sendo que será apresentado uma dupla de cada vez.</p>
+ Posição Espacial	<p>1-Conceituar: perto/longe, frente/atrás, lados em cima/em baixo, dentro/fora, primeiro/último, meio/seguinte anterior. Serão apresentados um de cada vez.</p>

	3-Percepção Auditiva	1- Memória auditiva sequencial .Reproduzir estórias simples contadas pelo professor; 2- Discriminação auditiva .Discriminar sons fortes e fracos, tanto de instrumentos diferentes quanto iguais.		
	4-Percepção Tátil	1- RECONHECER as sensações táteis, passando, por várias partes do corpo, objetos e coisas descrevendo-as experiências oralmente. 2- DE olhos vendados, reconhecer objetos de sua vivência pelo toque de mãos e outras partes do corpo.		
	5-Percepção Gustativa	1- Apresentar aos alunos um mesmo produto, com aspecto diferentes açúcar refinado e açúcar cristal, para que experimentando, concluam que o sabor é o mesmo, a diferença é apenas aparente. 2- Vendar as crianças e colocar em suas línguas uma pitada de açúcar ou sal, algumas gotas de limão, pedaço de pão ou de banana, etc., para que possam perceber que podem dizer o que estão comendo ou bebendo sem olhar.		
	6-Percepção Olfativa	1- Começar o trabalho utilizando os momentos de A.V.D. e lanche, para possibilitar que as crianças identifique cheiro de creme dental, sabonete, comidas, cheiros agradáveis e desagradáveis. 2- Utilizar vários produtos, tais como cebola, alho, frutas, flores, perfumes, sabonetes, etc., para que as crianças possam notar que as coisas se diferem pelo cheiro, cada coisa tem seu cheiro próprio e é pelo nariz que sentimos o cheiro.		

V-Estimular a auto expressão, permitindo a expansão de seus sentimentos e emoções livremente.	G-Orientação Temporo-espacial V-Atividades Criadoras A- Atividades Manuais B- Atividades Musicais C- Atividades Recreativas VI-Informações Básicas	1- Conceitos: depressa/devagar, curto/longo 1- Dobraduras: chapéu, barco, loque, avião e outros. 1- Dançar com par e grupo 1- Teatros: dramatização		
VI-Estabelecer condições de experimentação p/ o desenvolvimento dos conteúdos matemáticos, que possam ser úteis para sua vida prática. -Levar o educando a conhecer e identificar os elementos do meio natural da Comunidade.	A- Matemática B- Ciências - Quanto a alimentação - Quanto a água - Quanto ao ar - Quanto a animais	1- Contagem mecânica até 50 2- Contagem significativa até 20 3- Efetuar adição e subtração no concreto 1- Reconhecer a importância e origem dos alimentos. 2- Diferenciar os diversos tipos de alimentos. 1- Reconhecer a importância da água na vida do homem e sua origem. 1- Reconhecer a necessidade do ar na vida do homem. 1- Identificar animais domésticos e os cuidados que se deve ter com os mesmos. 2- Diferenciar animais com pelo, pena e escamas 3- Diferenciar animais úteis e nocivos 4- Diferenciar animais vertebrados e invertebrados.		

ESCOLA SANTA MARIA ATUA Treino Auditivo FÍSICO Antônio FUNDAMENTA Vânia Tereza de Menezes Peixoto		PLANO DE ENSINO - 1983 TÍTULO	
OBJETIVO geral: O aluno deverá chegar à utilização plena de seus resíduos auditivos, o que contribuirá para sua percepção total e melhor performance na comunicação.			
OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIÇÃO
O aluno deverá ser capaz de perceber, reconhecer e discriminar ruídos ambientais grosseiros (atenção e presença dos mesmos, bem como adquirir memória e localização auditivas).	* Ruídos ambientais grosseiros: . campainha, palmas, batidas na porta e de porta, arrastar de cadeiras, descarga de banheiro, despertador, batidas de martelo. . da cozinha: panela de pressão, liquidificador, batedor. . do próprio corpo: tosse, espirro, risada, assobio. . de meios de transporte: avião motor de carro, moto, navio, freio do carro, sirene, trem-de-ferro.	* Vivência de situações do cotidiano: . excursões à cozinha da escola, às salas circunvizinhas e às imediações da escola. * Observação de si próprio, dos colegas e dos professores. * Mímica e reprodução dos ruídos apresentados e vivenciados. * Uso conjugado de fitas-cassete e álbuns com gravações afins. * Apresentação de ruídos bem opostos (discriminação grosseira).	* Observação direta e registro. * Jogos * dramatizações * histórias contadas pela criança * reconhecimento de sons bem opostos.

O aluno deverá ser capaz de perceber, reconhecer e discriminar ruídos ambientais refinados (atenção e presença, bem como adquirir memória e localização auditivas).	* Ruídos ambientais refinados: . religião, buldômetro, buzina e assobiar papel. . da cozinha: pratos, copos, água (na torneira, no copo e na panela), rascar ratoro, fritura. . da secretaria: máquina, máquina de escrever, telefone. . do próprio corpo: batido, estalar de dedos, marcha, beicinho, salto de sapato. . da natureza: chuva, vento, trovão, mar. . da linguagem: voz baixa, ruído. . de animais: cachorro, gato, cavalo, pinto.	* Observação e vivência de situações afins * mímica e dramatizações * uso conjugado de fitas-cassete e álbuns com gravações afins. * apresentação de sons bem opostos (discriminação refinada).	* Observação direta e registro. * dramatizações * Jogos * histórias contadas pela criança * reconhecimento de sons bem opostos.
O aluno deverá ser capaz de perceber, reconhecer e discriminar sons de instrumentos musicais (atenção e presença dos mesmos, bem como adquirir memória e localização auditivas).	* Ruídos de instrumentos musicais: . pandeiro, reco-reco, corneta, triângulo, coco, adufe, sino, sargaço, prato, agogô. . ritmo (compasso binário). . sons quanto à duração (breve e longo).	* contato direto com os instrumentos musicais programados. * Confecção de "instrumentos" musicais para o acompanhamento, com suco (a atenção e presença de sons). * acompanhamento e criação de ritmo (atividades livres). * estabelecimento de código para os sons quanto à intensidade e quanto à duração. forte fraco longo breve	* Observação direta e registro * confecção e uso das sugestões apresentadas * reconhecimento de sons quanto à intensidade e quanto à duração * percepção da presença

<p>o aluno deverá ser capaz de emitir fonemas, nomes e expressões utilizadas com a entonação devida, bem como realizar análise e síntese vocálica.</p>	<p>• sons quanto à intensidade (forte e fraco).</p> <p>• sons da fala (ex: traços do léxico da criança)</p> <p>• expressões cotidianas: oi, tchau, bom dia, sim, não muito bem, obrigado, com licença, bom dia, tudo bem</p> <p>• nomes de crianças, de professor(a), da escola, da diretora, mamãe, papai, vovó, vovô, de animais de estimação.</p> <p>• de mobiliário: da casa, da sala de aula</p> <p>• estrutura: de vocabulários e de frases do cotidiano</p> <p>• análise e síntese multivocal de vocábulos.</p>	<p>• análise fonêmica, vocabular e frasal (do cotidiano)</p> <p>• estabelecimento de ordens curtas e direcionamentos (apresentar figuras relacionadas)</p> <p>• confusão e apresentação de figuras com expressões cotidianas e nomes em geral</p> <p>• confusão de arachís</p> <p>• dramatizações</p> <p>• estruturas físicas</p> <p>• uso do código escrito para fixação da interação em nome</p> <p>• estruturação de vocábulos (análise e síntese) acompanhamentos com instrumentos musicais e canções.</p> <p>• histórias de sequência lógica</p> <p>• parábolas (carga, gravuras)</p> <p>• jogos de memória.</p>	<p>• observação direta e registro</p> <p>• confecção e uso das sugestões para sentenças.</p> <p>• vivência (adesão fonêmica e vocabular e cumprimento de ordens e direcionamentos)</p> <p>• identificação de sons e expressões (memória auditiva).</p>
--	--	---	--

Carina Helena B. Pereira

Escola Santa Clara - Catalao - Go - 1.992
 Area: Psicomotricidade
 Turmas: DNT e DMU TURNO: Matutino e Vespertino
 Professoras: Mirna e Helena

Objetivo Geral: Desenvolver destrezas basicas no campo viso-motor e sensorio perceptivo que favorecam ao educando a resolucao de situacoes rotineiras e/ou ocupacionais.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	CONTEUDO	ESTRATEGIAS	MATERIAL DIDATICO	AVALIACAO
- Conseguir um desenvolvimento gradual e global da atividade dos grandes musculos levando a obter um dominio progressivo de si mesmo e do controle dos Movimentos.	COORDENACAO DINAMICA GLOBAL 1- Rolar 2- Arrastar 3- Sentar 4- Engatinhar 5- Andar 6- Correr 7- Pular 8- Arremessar 9- Trepar 10- Dançar	1- Rolar livre, rolar segmentado, etc. 2- arrastar livre, arrastar segurando uma bola. 3- Sentar numa cadeira equilibrando um livro na cabeça, etc. 4- Engatinhar livre, engatinhar com liante, etc. 5- Andar livre, andar dirigido, etc. 6- Correr livre, correr dirigido. 7- Pular livre, pular dirigido. 8- Arremessar livre e dirigido. 9- Subir, descer, saltitar, etc. 10- Movimentar livremente ao som de musica, relacionamento com a musica.	1- Colchonete, bola 2- Bola. 3- Cadeira, livro. 4- Carteira, cordao. 5- Giz, tabuas, etc. 6- Bola, giz, pinceis. 7- Corda, giz, bambole. 8- Bola, cinto, bambole. 9- Cadeiras, barras, etc. 10- Aparelho de som, instrumentos musicais.	A avaliacao sera feita atraves da observacao no decorrer das aulas, como tambem as fichas proprias de todas as atividades do semestre verificando assim se os objetivos propostos foram atingidos.
Manter o equilibrio motor geral e fino e movimentar-se ritmicamente.	EQUILIBRIO 1- Dinamico 2- Estatico	1- Sentar e levantar-se de diversos objetos, movimentos rotativos de cabeça, etc. 2- Equilibrar objetos nas mao em diversas posicoes e membros, Prelo Inibitorio, etc.	1- Cadeira, colchao 2- Livro, baloes, bastao, xito, tambor, etc.	

Escola Santa Clara - Catalao - Go - 1.992
 Area: Psicomotricidade
 Turmas: DNT e DMU TURNO: Matutino e Vespertino
 Professoras: Mirna e Helena

Objetivo Geral: Desenvolver destrezas basicas no campo viso-motor e sensorio perceptivo que favorecam ao educando a resolucao de situacoes rotineiras e/ou ocupacionais.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	CONTEUDO	ESTRATEGIAS	MATERIAL DIDATICO	AVALIACAO
- Conseguir um desenvolvimento gradual e global da atividade dos grandes musculos levando a obter um dominio progressivo de si mesmo e do controle dos Movimentos.	COORDENACAO DINAMICA GLOBAL 1- Rolar 2- Arrastar 3- Sentar 4- Engatinhar 5- Andar 6- Correr 7- Pular 8- Arremessar 9- Trepar 10- Dançar	1- Rolar livre, rolar segmentado, etc. 2- arrastar livre, arrastar segurando uma bola. 3- Sentar numa cadeira equilibrando um livro na cabeça, etc. 4- Engatinhar livre, engatinhar com liante, etc. 5- Andar livre, andar dirigido, etc. 6- Correr livre, correr dirigido. 7- Pular livre, pular dirigido. 8- Arremessar livre e dirigido. 9- Subir, descer, saltitar, etc. 10- Movimentar livremente ao som de musica, relacionamento com a musica.	1- Colchonete, bola 2- Bola. 3- Cadeira, livro. 4- Carteira, cordao. 5- Giz, tabuas, etc. 6- Bola, giz, pinceis. 7- Corda, giz, bambole. 8- Bola, cinto, bambole. 9- Cadeiras, barras, etc. 10- Aparelho de som, instrumentos musicais.	A avaliacao sera feita atraves da observacao no decorrer das aulas, como tambem as fichas proprias de todas as atividades do semestre verificando assim se os objetivos propostos foram atingidos.
Manter o equilibrio motor geral e fino e movimentar-se ritmicamente.	EQUILIBRIO 1- Dinamico 2- Estatico	1- Sentar e levantar-se de diversos objetos, movimentos rotativos de cabeça, etc. 2- Equilibrar objetos nas mao em diversas posicoes e membros, Prelo Inibitorio, etc.	1- Cadeira, colchao 2- Livro, baloes, bastao, xito, tambor, etc.	

OBJETIVOS ESPECIFICOS	CONTEUDO	ESTRATEGIAS	MATERIAL DIDATICO	AVALIACAO
Estimular o aluno a focalizar a atencao nos estímulos adequados da tarefa que esta sendo executada.	ATENCAO 1- Dntato visual pessoal/pessoa e pessoa/objeto. 2- Fixacao visual.	1- Imitar gestos: escravos de Jo, tren maluco, etc. 2- Colocar 3 objetos, retirar um e pedir a criança o que esta faltando.	2- Objetos, brinquedos, etc.	
Reconhecer e discriminar os estímulos visuais e de interpretar-los associando a experiencias anteriores.	PERCEPCAO VISUAL 1- Coordenacao visomotora 2- Figura-fundo 3- Constancia Perceptual 3.1- Cores primarias, secundarias e nuances 3.2- Formas geometricas: circulo, quadrado, triangulo, retangulo. 3.3- Conceitos: igual/diferente, grosso/fino, alto/baixo, largo/estreito, comprido/corto, suito/soco, mais/menos.	1- Rasgar papel, rabiscar com gizao, lapis, desenhos, enfilagens, movimentos de pinca, colorir, recortar, colagem, encaixe, etc. 2- Montar e desmontar quebra-cabeça. Pedir a criança um bloco redondo numa caixa que contenha botoes quadrado, etc. 3.1- Fazer com que as crianças manipulem materiais que tenham cores trabalhadas. 3.2- Apresentar placas, figuras, blocos logicos para identificacao do conceito referente a forma e cor. 3.3- Esses conceitos deverao ser apresentados uma de cada vez, primeiramente serao trabalhados atraves da manipulacao de materiais, a seguir pela identificacao e por ultimo transposicao.	1- Lapis, papel, gizao, contas com crificios grande e pequeno, tesoura, cola, brinquedo de encaixe, etc. 2- Gravuras, quebra-cabeça 3.1- Pinos coloridos, brinquedos, lapis de cor, etc. 3.2- Blocos logicos 3.3- Blocos de madeira, objetos diversos.	

OBJETIVOS ESPECIFICOS	CONTEUDO	ESTRATEGIAS	MATERIAL DIDATICO	AVALIACAO
	4- POSICAO ESPACIAL			
	4.1- Conceitos: perto/longe, frente/trás/lado, em cima/abaixo, dentro/fora, primeiro/ultimo.	4.1- Apresentar um conceito de cada vez e de forma especifica na rotina da escola. Sequencia: 1- O observador em rel/ a objetos concretos; 2- O observador em rel/ a figuras; 3- O observador em rel/ a exercicios, graficos.	4.1- Objetos	
	4.2- Mosaico	4.2- Picar papel e colar obedecendo o limite da figura	4.2- Papel, cola.	
	4.3- Copia de modelos	4.3- Desenhar o círculo e pedir para o aluno reproduzir a figura no papel, etc.	4.3- Lapis, papel.	
	4.4- Seriação grafica	4.4- Riscar um círculo, um quadrado e pedir o aluno para riscar obedecendo a sequencia.	4.4- Blocos logicos, objetos, lapis, papel, etc.	
	5- RELACAO ESPACIAL			
	5.1- Empilhamento	5.1- Escolher objetos	5.1- Brinquedos, etc.	
	5.2- Identificacao de um objeto em rel/ a outro	5.2- O que está em cima da mesa, o que está em baixo, o que está longe, etc.	5.2- Objetos diversos.	
	5.3- Seriação com material concreto	5.3- Utilizar blocos, palitos, pinos.	5.3- Blocos logicos	
	5.4- Mosaico	5.4- Colar o papel picado obedecendo o limite.	5.4- Cola, papel.	

OBJETIVOS ESPECIFICOS	CONTEUDO	ESTRATEGIAS	MATERIAL DIDATICO	AVALIACAO
Classificar os sons pela sua propriedade	PERCEPCAO AUDITIVA			
	1- Conciencia Auditiva	1- Resgir a estímulos sonoros como: chamados, sons ambientais, ruidos, etc.	1- Tambor, cadeiras, etc.	
	2- Localizacao Auditiva.	2- Esconder e chamar a criança pelo nome, ela deve ir ou apontar o local de onde vem o som, etc.	2- Apito e outros objetos que produzem ruidos.	
	3- Identificacao Auditiva.	3- Reconhecer sons verbais e nao verbais.		
	4- Atencao Auditiva	4- Cumprir ordens dadas pelo professor, etc.		
	5- Memoria Auditiva	5- Responder perguntas sobre uma estoria contada pelo professor ou colegas, etc.		
	6- Memoria Auditiva Sequencial	6- Procurar objetos numa caixa, apresentando-os na mesma ordem das palavras ouvidas, etc.	6- Brinquedos e outros objetos.	
	7- Discriminacao Auditiva.	7- Discriminar sons fortes e sons fracos, tanto de instrumentos diferentes como iguais, sons nao verbais, sons verbais, etc.	7- Tambor, etc.	
Tornar consciente dos objetos, através do tato.	PERCEPCAO TATIL	De olhos vendados, reconhecer objetos (de sua vivencia) pelo toque de mãos e outras partes do corpo, etc.	Objetos diversos.	
Tornar consciente dos diversos gostos que as coisas podem ter.	PERCEPCAO GUSTATIVA	Perceber os diferentes sabores dos alimentos através da experimentacao (doce, salgado, azedo, amargo)	Frutas, açúcar, sal, chocolate, gelatina.	
Diferenciar os diversos odores que as coisas podem ter.	PERCEPCAO OLFATIVA	Utilizar de diversos produtos com odores diferentes através da experimentacao	Perfumes, alcool, vinagre	
Aviilar intervalos de tempo e estar ciente dos conceitos temporais.	ORIENTACAO TEMPORAL			
	1- Ritmo	1- Observar o ritmo proprio da criança em todas as atividades oferecidas, etc.	1- Aparelho de sons, instrumentos musicais.	
	2- Conceitos: antes/depois, manha/tarde/noite, antes/hoje/amanha, dias da semana, mês, ano, data de nascimento.	2- Observar situacoes e identificar os conceitos (horario que estuda, hora de levantar, o que fez antes do recreio, etc.)	2- Gravuras, calendario	

Escola SANTA CLARA - Catalão, GO

Plano Curricular - 1989

FONOAUDIOLOGIA - Terapia da Linguagem

Área de deficiência: auditiva

mental

física

psicomotora

de linguagem

Fonoaudióloga: Anna Maria Mayrink

CRFa. 2459

Terapeutas auxiliares:

Turno da manhã: . Dulcécia Peixoto Gonçalves

. Fátima Pereira Carneiro

. Lúcia Eudonta Guimarães

.

Turno da tarde: . Maria Augusta Dias Ferreira

. Maria Aparecida Lopes Rossi

. Maria do Jesus Mesquita

. Mirna Aparecida F. da S. Assis

Sector de exames: .

OBJETIVO GERAL:

- . Dar assistência fonoaudiológica individual e/ou coletiva aos alunos desta escola, visando o aperfeiçoamento da comunicação oral e escrita.
- . Orientação de pais e professores que se relacionam com estas crianças.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- . Diagnóstico de todos os alunos
- . Triagem de crianças novas
- . Encaminhamento para atendimento com outros profissionais
- . Estudo de caso em equipe multidisciplinar
- . Atendimento individual e/ou pequenos grupos
- . Orientação a pais e professores


 Anna Maria Mayrink
 Fonoaudióloga
 CRFa: 2459

- . Reavaliação de crianças quando necessário
- . Supervisão , treinamento e orientação de trabalho das terapeutas auxiliares
- . Diagnóstico dos exames realizados
- . Indicação de próteses e encaminhamento de pacientes quando necessário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- . Exercícios de Reorganização Neurológica:
 - Poltronizar
 - Rolar
 - Rastejar
 - Engatinhar
 - Marchar
 - Pular
 - Coordenação mão/olho ...
- . Exercícios orofaciais:
 - Respiração
 - Vocalização
 - Sopro
 - Sucção
 - Mastigação
 - Trabalho com: língua, lábios, bochecha, mandíbula, palato
- . Treinamento de: fonemas
 - palavras
 - frases
 - histórias

Mayrink
 Anna Maria Mayrink
 Fonoaudióloga
 CRFAC 2499

ESCOLA SANTA CLARA		PLANO DE ENSINO 1996	
ÁREA: OFICINA DE PRODUÇÃO - TAPETES		TURMA: D.M.T. D.M.U.	
PERÍODO: MATUTINO			
PROFESSORA: MARIA LÚCIA DA SILVA FERREIRA			
OBJETIVO GERAL: A Oficina de Produção tem como objetivo propiciar oportunidades produtivas remuneradas e manter hábitos e atitudes durante o seu processo de atendimento, preparando o aprendiz para a vida através de sua auto valorização e independência.			
OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<p>Favorecer a adaptação e socialização ao meio ambiente, através de atividades de integração.</p> <p>Na Oficina de Produção, o excepcional é considerado aprendiz que se educa pelo trabalho e para o trabalho, levando em conta que o trabalho é um poderoso fator de integração social".</p> <p>Neste contexto o Trabalho Protegido tem como objetivo a formação e preparação do aprendiz para a vida através</p>	<p>J- Ajustamento Social</p> <p>01- Identificar os sinais de entrada, para a sala, início e término de recreio, término da aula;</p> <p>02- Formar fila;</p> <p>03- Andar em fila;</p> <p>04- Sentar na postura correta;</p> <p>05- Cumprimentar;</p> <p>06- Responder a cumprimentos;</p> <p>07- Saber ouvir, aguardar sua vez para falar;</p> <p>08- Pedir licença;</p> <p>09- Pedir por favor;</p> <p>10- Desculpar-se;</p> <p>11- Agradecer;</p> <p>12- Oferecer alguma coisa a alguém;</p> <p>13- Esperar sua vez na realização de tarefas;</p> <p>14- Escolher o material individualmente;</p> <p>15- Guardar seu material e o material utilizado;</p> <p>16- Respeitar os colegas;</p> <p>17- Ajudar o colega;</p> <p>18- Manter seu lugar, sala de aula limpo e arrumado;</p> <p>19- Contar notícias do dia;</p>	<p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto;</p> <p>- Observações dirigidas;</p> <p>- Demonstração prática;</p> <p>- Excursão acompanhada da professora pelas dependências da escola;</p> <p>- Festas na escola;</p> <p>- Comemoração de aniversários;</p> <p>- Ida ao supermercado, armazinhos, etc;</p> <p>- Limpeza da sala e depósito;</p> <p>- Pagamento das porcentagens;</p> <p>- Trabalho em duplo;</p>	<p>Observação contínua pela professora.</p> <p>Acompanhamento das atividades propostas.</p> <p>Auto-avaliação do aprendiz e avaliação cooperativa realizada em grupo.</p> <p>Caderno de frequência.</p> <p>Relatórios semestrais descritivos das tarefas e realizações do aprendiz no desempenho das mesmas.</p> <p>Reforços remunerados no final de cada mês de acordo com o desempenho das tarefas.</p> <p>Mapa de produção.</p> <p>Acompanhamento do aprendiz nas várias</p>

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<p>vés de sua auto-independência integrando-o à sociedade de forma produtiva.</p> <p>Nesta fase o aprendiz deverá:</p> <p>- adquirir hábitos e atitudes de trabalho, ordem, pontualidade, disciplina, assiduidade, organização pessoal e ambiental, estabilidade no ritmo de trabalho, resistência à fadiga, responsabilidade, etc.</p> <p>- Reconhecer e manusear adequadamente o equipamento utilizado.</p> <p>- Confeccionar produtos utilizando as técnicas de execução de tarefas, procurando trabalhar com relativa independência da professora.</p>	<p>20- Reconhecer a autoridade dos superiores;</p> <p>21- Visitar outras salas na própria Escola;</p> <p>22- Assistir as festividades promovidas pela Escola;</p> <p>23- Fazer compras;</p> <p>24- Reconhecer o valor do dinheiro;</p> <p>11- Atividade de Vida Diária</p> <p>A- Alimentação</p> <p>01a- Arrumar adequadamente a mesa de refeições;</p> <p>02a- Lavar pequenos utensílios;</p> <p>03a- Preparar feccis alizantes como: suco, salada, etc;</p> <p>04a- Servir-se de água, leite, suco contido em jarras;</p> <p>05a- Servir adequadamente visitas: café, suco, chá, doces; etc;</p> <p>06a- Controlar a quantidade de líquido a ser ingerido de cada vez;</p> <p>07a- Aguardar ser servido;</p> <p>08a- Utilizar adequadamente os talheres;</p> <p>09a- Mastigar bem os alimentos;</p> <p>10a- Comer de boca fechada;</p> <p>11a- Manter-se em silêncio enquanto mastigar;</p> <p>12a- Usar guardanapo adequadamente;</p> <p>13a- Usar <i>telemão e vidros</i></p> <p>B- Higiene</p> <p>01b- Manter unhas cortadas e limpas;</p> <p>02b- Pentear os cabelos - horário adequado;</p> <p>03b- Utilizar corretamente o papel higiênico, tamanho e movimento correto;</p> <p>04b- Dar descarga após o uso do vaso sanitário;</p> <p>05b- Lavar as mãos e enxugá-las;</p> <p>06b- Lavar o rosto utilizando sabonete e toalha;</p> <p>07b- Escovar os dentes - horário e movimentos corretos;</p>	<p>- Demonstração prática café e almoço no refeitório;</p> <p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto;</p> <p>- Idas a lanchonetes e restaurantes.</p> <p>- <i>Uso da casa pedagógica</i></p> <p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto.</p> <p>- Filmes ilustrativos, revistas.</p> <p>- Atividades práticas no banheiro.</p>	<p>atividades propostas.</p> <p>Entrevista com a família ou responsável.</p> <p>Fichas de avaliação.</p>

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
	<p>C- Vestuário</p> <p>01c- Limpar e engraxar sapatos;</p> <p>02c- Despir-se e vestir-se de acordo com as ocasiões;</p> <p>03c- Identificar peças do vestuário e usá-las adequadamente, conforme o tempo;</p> <p>04c- Cuidar bem dos objetos pessoais;</p> <p>D- Saúde e Segurança</p> <p>01d- Dizer corretamente seu nome e endereço completos;</p> <p>02d- Recaber chamadas telefônicas;</p> <p>03d- Andar pela calçada longe do meio fio;</p> <p>04d- Ter noções de perigo: faca, fósforo, fios elétricos, escadas etc;</p> <p>05d- Reconhecer o semáforo, faixa de segurança;</p> <p>06d- Observar atentamente o trânsito, olhando para a direita e a esquerda ao atravessar a rua;</p> <p>07d- Reconhecer as marquises de parada de ônibus;</p> <p>08d- Fazer sinal para o ônibus;</p> <p>09d- Ligar e desligar eletrodomésticos;</p> <p>E- Comunicação e Expressão:</p> <p>01e- Linguagem compreensiva e expressiva;</p> <p>02e- Escrita e leitura;</p> <p>03e- Tempo e medidas.</p> <p>III- Ocupação:</p> <p>+ Habilidades manuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fazer trabalhos simples independentes; - selecionar tecidos; - preparar e organizar material para o trabalho; 	<p>- Conversa informal sobre o assunto;</p> <p>- Visita à família.</p> <p>- Atividades práticas;</p> <p>- Excursão pela cidade acompanhada pela professora.</p> <p>- Avisos;</p> <p>- Fichas com nome dos alunos;</p> <p>- Relógio, régua e fita métrica.</p> <p>- Grade, barbante, malha, tesoura, agulha e tela.</p>	

-3-

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
	<ul style="list-style-type: none"> - embanhar tela; - montar o adorno com barbantes, trançar com tecidos; - dar acabamento; - tapetes de barbante; - tapetes de fitas. <p>+ Trabalho diário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pontualidade; - assiduidade; - iniciar as tarefas sem solicitação da professora; - apresentar destreza manual e rapidez; - preocupar-se com a qualidade do trabalho; - demonstrar resistência à fadiga; - cuidado com o material repassado 	<p>- Livro de ponto;</p> <p>- Mapa de produção;</p> <p>- Observações dirigidas;</p> <p>- Conferir material repassado.</p>	

-4-

ESCOLA SANTA CLARA / SOCIEDADE PESTALOZZI DE CATALÃO - ANO: 1996
 TURMA: ESTIMULAÇÃO-DV. PERÍODO: VESPERTINO
 PLANEJAMENTO INDIVIDUAL - ALUNO: BENÍCIO MARQUES NETO PROFESSORA: LINEIDA
 JUSTIFICATIVA: Fica proposto que o aluno Benício Marques Neto, além do plano curricular trabalhado em sua turma com objetivo de prepará-lo para uma pré-alfabetização em Braille, lhe será acrescido determinados conteúdos que se seguem.
 OBJETIVO GERAL: Estimular ao aluno desenvolver e aperfeiçoar suas capacidades cognitivas e táteis para aquisição de novos conhecimentos.

OBJETIVO	CONTEÚDO / PROCEDIMENTO	RECURSO	AValiação
1- Dar ao aluno condições para desenvolver ao máximo seu sentido tátil.	<p>* Percepção Tátil</p> <p>* Reconhecer formas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer diferentes legumes e frutas - Conhecer letras e números recortados em cartão e em alto relevo. - Separar objetos diversos - Jogos de acasalamento: objeto com objeto, objeto com figura em alto-relevo - Reconhecimento de formas vazadas em papel cartão. - Identificação de roupas - Reconhecer objetos retirados de uma caixa - Procurar objetos dos pares numa caixa <p>§ Reconhecer diversos tamanhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer diferentes tamanhos maiores e menores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Frutas, legumes, saco, botões, contas, sementes, brinquedos diversos, caixas diversas. 	* A avaliação será contínua, realizada pelo educador.

OBJETIVO	CONTEÚDO / PROCEDIMENTO	RECURSO	AValiação
2- Proporcionar ao aluno oportunidades para desenvolver aptidões para uma pré-alfabetização.	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar objetos em ordem por tamanho, em caixas. - Dispor em fila, botões de diferentes tamanhos - Separar por tamanho objetos da mesma espécie, ex.: colheres de sopa, sobresselas, chá, café, etc. - Introduzir pedras de vários tamanhos em um orifício feito em uma caixa, percebendo que nem todos passarão pelo orifício <p>* Dobras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Papel, lenços, roupas, etc. - Dobrar arames dando-lhe formas, como ondas e pirâmides, frutas, formas geométricas, etc. - Conhecer figura em alto relevo - Explorar ambientes pelo tato - Identificar móveis pelo tato - Conhecer figuras geométricas pelo tato, ex: círculo, quadrado, etc. <p>* Aspecto cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dramatizar histórias - Conhecer seu sobrenome, sexo e idade * Adquirir conceitos numéricos: <ul style="list-style-type: none"> • contar os dedos • contar músicas que contém números • contar brinquedos • contar objetos diversos, como: caixas, latas, copos, etc. • contar os coláges. - Conhecer o lado direito e esquerdo - Preencher jogos de 6 pontos, ex: caixa de ovo, caixa de sapato. - Conhecer figuras geométricas em relevo - Conhecer letras do alfabeto em relevo. Ex.: A, B,... 	<p>* Talheres, pedras</p> <p>caixas, papel, lenços, roupas, arames, móveis, etc.</p> <p>* Livros de histórias, brinquedos, caixas, latas, copos, caixas, papéis, rolete, pulso.</p>	* Deverá ser realizada continuamente através das respostas dadas pelo educando.

OBJETIVO	CONTEÚDO / PROCEDIMENTO	RECURSO	AVALIAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer cores. Ex.: preto, vermelho, branco- Fazer movimentos com as mãos que expressem partes de uma música- Conhecer a reglete- Rabiscar com o pulso- Desenho em relevo- Exercício de preencher os pontos da reglete.		

ESCOLA SANTA CLARA DA SOCIEDADE PESTALOZZI DE CATALÃO			
PLANO ANUAL DE ENSINO			
TURMA: <u>Atendimento Domiciliar - D.M.U.</u> TURNO: <u>Matutino</u> ANO: <u>1996</u>			
PROFESSORA: <u>Anália Maria Vaz Rezende</u>			
OBJETIVO GERAL: Proporcionar recursos instrucionais adaptados às necessidades individuais do portador de D.M.U. de modo que desenvolva suas potencialidades seguindo seu ritmo próprio e possibilidades de aprendizagem.			
OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o ouvido como órgão da audição. - Reagir a sons - Localizar sons - Localizar os órgãos da visão - Seguir objetos com os olhos 	<p>ÁREA PERCEPTIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Percepção auditiva - Órgão da audição - Sons diversos . Percepção visual - Órgão da visão 	<ul style="list-style-type: none"> - Chamar o aluno de diversos pontos - Pedir que mostre o órgão da audição - Provocar diversos sons e nomeá-los: tosse, espirro, riso - Brincar de esconderijo, cobra-cega, seguir objetos com os olhos 	<p>A avaliação será feita através da observação direta das atividades propostas e registradas em forma de relatos semestrais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a pele como órgão do tato - Distinguir quente/frio 	<ul style="list-style-type: none"> . Percepção Tátil - Órgão do tato - Conceitos: quente/frio 	<ul style="list-style-type: none"> - Passar a mão no corpo estimulando sensações táteis - Comida quente e fria (picolé, gelo, água) 	
<ul style="list-style-type: none"> - Localizar o órgão da gustação - Distinguir os sabores: doce e salgado. 	<ul style="list-style-type: none"> . Percepção gustativa - Órgão da gustação - Sabores: doce/salgado 	<ul style="list-style-type: none"> - Levar açúcar e sal e provar diferenciando os sabores e localizando o órgão 	
<ul style="list-style-type: none"> - Localizar o órgão do olfato - Perceber diferentes cheiros 	<ul style="list-style-type: none"> . Percepção Olfativa - Órgão do olfato - Cheiros: sabonete e café 	<ul style="list-style-type: none"> - De olhos vendados cheirar objetos de sua vivência: sabonete, café, etc. 	

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades que favoreçam o desenvolvimento da motricidade. - Desempenhar movimentos utilizando grandes e pequenos músculos. 	<p>ÁREA MOTORA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Equilíbrio . Rolar . Arrastar . Engatinhar . Movimentos de mãos 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentar e levantar (com ajuda e sem ajuda) - Movimentar rotativamente a cabeça - Equilibrar objetos nas mãos - Rolar com ajuda e sem ajuda - Virar de um lado para o outro - Deitado flexionar e estender os membros superiores e inferiores - Arrastar com ajuda e sem ajuda - Engatinhar com ajuda e sem ajuda - Pegar mosquito - Espirrar água - Apertar bola - Bater palmas 	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar seu próprio corpo - Localizar as grandes partes do corpo 	<ul style="list-style-type: none"> . Esquema Corporal - Grandes partes . Relação espacial - Empilhamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Passar a mão no próprio corpo - Música de esquema corporal - Empilhar toquinho, latas, livros, caixas etc. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as partes do dia 	<ul style="list-style-type: none"> . Orientação temporo-espacial - manhã, tarde, noite 	<ul style="list-style-type: none"> - Figuras; observação do tempo; conversa 	
<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a comunicação oral a nível de emissão e recepção 	<p>ÁREA DA LINGUAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> . Exercícios respiratórios . Exercícios lábios . Exercícios língua . Conversas espontâneas 	<ul style="list-style-type: none"> - Soprar velas - Inspirar pelo nariz e expirar pela boca - Jogar beijinhos de "Xuxa" e de "Velha" - Girar a língua sobre os dentes - Conversas espontâneas 	

OBJETIVO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AVALIAÇÃO
<p>- Desenvolver hábitos e atitudes de cuidados pessoais necessários para a vida diária.</p>	<p>TREINAMENTO DE HÁBITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Higiênicos • Vestuário • Alimentos 	<p>- Através de atividades práticas como: comer de boca fechada; lavar as frutas; conhecer direito e avesso das roupas; pentear cabelo; escovar dentes etc.</p>	<p>NOTA: Atendimento Domiciliar: Atendimento Educacional prestado ao portador de necessidades educativas especiais, em sua casa, face à impossibilidade de sua frequência à escola.</p> <p>Anália</p>

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<p>ESCOLA SANTA CLARA</p> <p>ÁREA: OFICINA DE PRODUÇÃO - TAPETES</p> <p>PERÍODO: MATUTINO</p> <p>PROFESSORA: MARIA LÚCIA DA SILVA FERREIRA</p> <p>OBJETIVO GERAL: A Oficina de Produção tem como objetivo propiciar oportunidades produtivas remuneradas e manter hábitos e atitudes durante o seu processo de atendimento, preparando o aprendiz para a vida através de sua auto valorização e independência.</p>	<p>PLANO DE ENSINO 1996</p> <p>TURMA: D.M.T. D.M.U.</p>		
<p>Favorecer a adaptação e socialização ao meio ambiente, através de atividades de integração.</p> <p>Na Oficina de Produção, o excepcional é considerado aprendiz que se educa pelo trabalho e para o trabalho, levando em conta que o trabalho é um poderoso fator de integração social.</p> <p>Neste contexto o Trabalho Protegido tem como objetivo a formação e preparação do aprendiz para a vida através de sua auto-independência integrando-o à sociedade de forma produtiva.</p> <p>Nesta fase o aprendiz deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - adquirir hábitos e atitudes de trabalho, ordem, pontualidade, disciplina, assiduidade, organização pessoal e ambiental, estabilidade no ritmo de trabalho, resistência à fadiga, responsabilidade, etc. - Reconhecer e manusear adequadamente o equipamento utilizado. - Confeccionar produtos utilizando as técnicas de execução de tarefas, procurando trabalhar com relativa independência de professora. 	<p>I- Ajustamento Social</p> <p>01- Identificar os sinais de entrada, para a sala, início e término de recreio, término da aula;</p> <p>02- Formar fila;</p> <p>03- Andar em fila;</p> <p>04- Sentar na postura correta;</p> <p>05- Cumprimentar;</p> <p>06- Responder a cumprimentos;</p> <p>07- Saber ouvir, aguardar sua vez para falar;</p> <p>08- Pedir licença;</p> <p>09- Pedir por favor;</p> <p>10- Desculpar-se;</p> <p>11- Agradecer;</p> <p>12- Oferecer alguma coisa a alguém;</p> <p>13- Esperar sua vez na realização de tarefas;</p> <p>14- Escolher o material individualmente;</p> <p>15- Guardar seu material e o material utilizado;</p> <p>16- Respeitar os colegas;</p> <p>17- Ajudar o colega;</p> <p>18- Manter seu lugar, sala de aula limpa e arrumada;</p> <p>19- Contar notícias do dia;</p>	<p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto;</p> <p>- Observações dirigidas;</p> <p>- Demonstração prática;</p> <p>- Excursão acompanhada da professora pelas dependências da escola;</p> <p>- Festas na escola;</p> <p>- Comemoração de aniversários;</p> <p>- Ida ao supermercado, armazinhos, etc;</p> <p>- Limpeza da sala e depósito;</p> <p>- Pagamento das porcentagens;</p> <p>- Trabalho em dupla;</p>	<p>Observação contínua pela professora.</p> <p>Acompanhamento das atividades propostas.</p> <p>Auto-avaliação do aprendiz e avaliação cooperativa realizada em grupo.</p> <p>Caderno de frequência.</p> <p>Relatórios semanais descritivos das tarefas e realizações do aprendiz no desempenho das mesmas.</p> <p>Reforços remunerados no final de cada mês de acordo com o desempenho das tarefas.</p> <p>Mapa de produção.</p> <p>Acompanhamento do aprendiz nas várias atividades propostas.</p> <p>Entrevista com a família ou responsável.</p> <p>Fichas de avaliação.</p>

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
<p>Reconhecer a autoridade dos superiores;</p> <p>Visitar outras salas na própria Escola;</p> <p>Assistir as festividades promovidas pela Escola;</p> <p>Fazer compras;</p> <p>Reconhecer o valor do dinheiro;</p> <p>Atividade de Vida Diária</p> <p>A- Alimentação</p> <p>01a- Arrumar adequadamente a mesa de refeições;</p> <p>02a- Lavar pequenos utensílios;</p> <p>03a- Preparar fáceis alimentos como: suco, salada, etc;</p> <p>04a- Servir-se de água, leite, suco contido em jarra;</p> <p>05a- Servir adequadamente visitas: café, suco, chá, doces; etc;</p> <p>06a- Controlar a quantidade de líquido a ser ingerido de cada vez;</p> <p>07a- Aguardar ser servido;</p> <p>08a- Utilizar adequadamente os talheres;</p> <p>09a- Mastigar bem os alimentos;</p> <p>10a- Comer de boca fechada;</p> <p>11a- Manter-se em silêncio enquanto mastigar;</p> <p>12a- Usar guardanapo adequadamente;</p> <p>13a- Usar telhas e vidros.</p> <p>B- Higiene</p> <p>01b- Manter unhas cortadas e limpas;</p> <p>02b- Pentear os cabelos - horário adequado;</p> <p>03b- Utilizar corretamente o papel higiênico, tamanho e movimento correto;</p> <p>04b- Dar descarga após o uso do vaso sanitário;</p> <p>05b- Lavar as mãos e enxugá-las;</p> <p>06b- Lavar o rosto utilizando sabonete e toalha;</p> <p>07b- Escovar os dentes - horário e movimentos corretos;</p>	<p>20- Reconhecer a autoridade dos superiores;</p> <p>21- Visitar outras salas na própria Escola;</p> <p>22- Assistir as festividades promovidas pela Escola;</p> <p>23- Fazer compras;</p> <p>24- Reconhecer o valor do dinheiro;</p>	<p>- Demonstração prática: café e almoço no refeitório;</p> <p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto;</p> <p>- Ida a lanchonetes e restaurantes.</p> <p>- Uso da casa pedagógica</p> <p>- Diálogo com os alunos sobre o assunto.</p> <p>- Filmes ilustrativos, revistas.</p> <p>- Atividades práticas no banheiro.</p>	<p>Atividades propostas.</p> <p>Entrevista com a família ou responsável.</p> <p>Fichas de avaliação.</p>

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
	<p>C- Vestuário</p> <p>01c- Limpar e engraxar sapatos;</p> <p>02c- Despir-se e vestir-se de acordo com as ocasiões;</p> <p>03c- Identificar peças do vestuário e usá-las adequadamente, conforme o tempo;</p> <p>04c- Cuidar bem dos objetos pessoais;</p> <p>D- Saúde e Segurança</p> <p>01d- Dizer corretamente seu nome e endereço completos;</p> <p>02d- Receber chamadas telefônicas;</p> <p>03d- Andar pela calçada longe do meio fio;</p> <p>04d- Ter noções de perigo: faca, fósforo, fios elétricos, escadas etc;</p> <p>05d- Reconhecer o semáforo, faixa de segurança;</p> <p>06d- Observar atentamente o trânsito, olhando para a direita e a esquerda ao atravessar a rua;</p> <p>07d- Reconhecer as marquises de parada de ônibus;</p> <p>08d- Fazer sinal para o ônibus;</p> <p>09d- Ligar e desligar eletrodomésticos;</p> <p>E- Comunicação e Expressão:</p> <p>01e- Língua compreensiva e expressiva;</p> <p>02e- Escrita e leitura;</p> <p>03e- Tempo e medidas.</p> <p>III- Ocupações:</p> <p>+ Habilidades manuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fazer trabalhos simples independentes; • selecionar tecidos; • preparar e organizar material para o trabalho; 	<p>- Conversa informal sobre o assunto;</p> <p>- Visita à família.</p> <p>- Atividades práticas;</p> <p>- Excursão pela cidade acompanhada pela professora.</p> <p>- Avisos;</p> <p>- Fichas com nome dos alunos;</p> <p>- Relógio, régua e fita métrica.</p> <p>- Grade, barbante, malha, tesoura, agulha e tela.</p>	

-3-

OBJETIVO ESPECÍFICO	CONTEÚDO	ESTRATÉGIA	AValiação
	<ul style="list-style-type: none"> • embanhar tela; • montar o adorno com barbantes, tramar com tecidos; • dar acabamento; • tapetes de barbante; • tapetes de fitas. <p>+ Trabalho diário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • pontualidade; • assiduidade; • iniciar as tarefas sem solicitação da professora; • apresentar destreza manual e rapidez; • preocupar-se com a qualidade do trabalho; • demonstrar resistência à fadiga; • cuidado com o material repassado. 	<p>- Livro de ponto;</p> <p>- Mapa de produção;</p> <p>- Observações dirigidas;</p> <p>- Conferir material repassado.</p>	

-4-

Deficientes Auditivos



Uso da Bandinha



— 1985 —

Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Uso da Bandinha da Escola – Turma de Deficientes Auditivos – Ano de 1985.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Trabalho Manual – Turma de Deficientes Auditivos – Ano de 1985.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara - Comemoração ao Dia do Índio – Turma de Deficientes Auditivos – 1986.



Fia do
Índio.

Deficientes
Mentais.



- 1.986 -

Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara - Comemoração ao Dia do Índio – Turma de Deficientes Mentais – 1986.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Atividades Recreação – Ano de 1995.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Bandinha com Alunos da Escola – Ano de 1986.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Turma Etapa III – Ano de 1995.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Turma Alfabetização – Ano de 1995.



Fonte de Pesquisa: Escola Santa Clara de Catalão – Servidores da Associação Pestalozzi e da Escola Santa Clara confeccionando o material para uso nas comemorações da Páscoa. Ano de 1995.
Observação: Os Tapetes aí dispostos foram confeccionados pelos alunos nas Oficinas de Tapeçaria.